

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

FERNANDA BONOMO BERTOLA

**A MULHER ESTUPRADA COMO OBJETO DO DISCURSO: ANÁLISES SOBRE
ENUNCIADOS JORNALÍSTICOS**

MARINGÁ
2019

FERNANDA BONOMO BERTOLA

**A MULHER ESTUPRADA COMO OBJETO DO DISCURSO: ANÁLISES SOBRE
ENUNCIADOS JORNALÍSTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos – Estudos do Texto e do Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa

MARINGÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

B546m	<p>Bertola, Fernanda Bonomo</p> <p>A mulher estuprada como objeto do discurso : análises sobre enunciados jornalísticos / Fernanda Bonomo Bertola. -- Maringá, PR, 2019. 148 f.: il. color.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.</p> <p>1. Discurso - Linguística textual. 2. Mulher - Genero. 3. Estupro - Análise do discurso. 4. Mídia jornalística - Aspectos linguísticos. 5. Dispositivo de poder - Comunicação de massa - Análise do discurso . I. Barbosa, Pedro Luis Navarro, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 418.4</p>
-------	--

FERNANDA BONOMO BERTOLA

**A MULHER ESTUPRADA COMO OBJETO DO DISCURSO: ANÁLISES SOBRE
ENUNCIADOS JORNALÍSTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos**.

Aprovada em 29 de agosto de 2019.

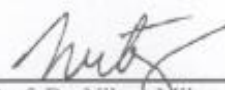
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -



Prof. Dr. Eliane Rose Maio
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. Nilton Milanez
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, com quem Deus me deu o privilégio de viver por 17 anos. Mulher que me permitiu a descoberta do tamanho da minha força, encorajando-me a conquistar o mundo com um suporte que jamais alguém foi capaz de me proporcionar. Por ter apresentado de forma tão sublime o elo inquebrável e eterno que só o amor de verdade é capaz de criar entre duas pessoas.

À minha irmã, mulher da minha vida, que me mostra e me inspira a cada dia, mostrando-me como a força brota de forma natural quando se tem fé em si mesmo. Obrigada pelo modo delicado e amoroso com que me acolhe, coloca a caneca de chá ao meu lado, me motiva às caminhadas nos fins de tarde. Obrigada pela forma como me toca jogando sua perna sobre a minha quando estamos deitadas dividindo o tempo. Esse gesto, automaticamente, faz com que eu sinta meu coração batendo dentro de você. Estamos juntas.

Ao meu pai. Por seu esforço e amor incondicionais sou capaz de seguir em frente. Porque me aconselhou, desde que posso me lembrar, a lutar pelos meus objetivos, a buscar independência e a respeitar as pessoas, sei que você é o melhor pai do mundo. Obrigada por contar, cheio de orgulho, para quem você conhece, que sou jornalista e que entrei para o Mestrado na Universidade Estadual de Maringá. Seu olhar, especialmente nesses momentos, me faz explodir de amor. Obrigada por ser quem é e me tornar quem sou.

À minha inspiradora amiga Ivy, a quem carinhosamente chamo de dog, a fiel amiga da mulher! Por sua causa, essa jornada tornou-se possível. Sem seu apoio, eu não teria chegado até aqui. Cada áudio que trocamos sobre teorias foucaultianas, mas principalmente os sobre a vida, tornaram-me uma pessoa mais corajosa. Obrigada por ter ocupado, por mim, a posição de mãe, de irmã, de psicóloga, de filha, de amiga. Não há formas de agradecer uma dedicação tão grande e espontânea em querer simplesmente me fazer mais feliz. É só isso o que também quero para você. Isso é amizade! Isso é amor!

Ao meu marido Igor, por estar ao meu lado todos os dias na escrita deste trabalho, por querer ser amor para mim e por aceitar meu querer ser amor por você. Por junto de mim desejar e ajudar na superação dos desafios diários e lutar para que consigamos dias melhores. Por me respeitar! Não é caso de gratidão, mas ao mesmo tempo pode ser, de certo modo, sua forma de encarar com naturalidade minha recusa ao seu sobrenome, dada a minha surpresa diante de uma atitude que ainda parece ser rara entre os homens. E obrigada por dividir comigo os gatos (que me revitalizam), as roupas de dormir, a vida.

Aos colegas e chefes do trabalho que sempre se prontificaram a reorganizar agendas por causa das minhas ausências para realizar esta pesquisa, gratidão. Em especial, à minha amiga Juliana, que me incentivou com brilho nos olhos a entrar para o processo seletivo do Mestrado, e ao Roberto, que dividiu comigo momentos de angústia e de alegria.

Ao meu orientador Pedro, por acreditar no meu trabalho e conduzir de forma tão especial o andamento desta pesquisa. Sem seu olhar e tato tão humanos para nos apresentar com tanta humildade saberes complexos, não teria sido possível acessar a obra de Foucault. Obrigada por refletir com tanto carinho sobre cada linha que escrevemos, buscando a compreensão do nosso modo de pensar e nos direcionando ao caminho mais adequado com respeito e competência.

Aos colegas do Grupo de Estudos Foucaultianos (GEF), obrigada por me acolherem e compartilharem discussões teóricas.

Agradeço aos professores Nilton e Eliane por aceitarem contribuir com o processo de desenvolvimento da pesquisa e por comporem a banca examinadora.

*“A vontade de saber é reconduzida pela
maneira como o saber é disposto
numa sociedade.”*

Michel Foucault

RESUMO

Nesta pesquisa, objetivamos analisar o modo como a mulher estuprada é discursivizada no discurso jornalístico brasileiro. O ponto de partida para este trabalho é um caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 2016 contra uma jovem, que nos provocou indignação e despertou para números de estupros contra a mulher no Brasil que geram angústia permanente em algumas mulheres, aspectos que justificam a escrita deste trabalho. Visto como acontecimento discursivo, por materializar discursos, neste caso, jornalísticos, o referido caso possibilitou pensarmos outros enunciados a partir de então, até março de 2019, para analisarmos, em materiais pretensamente neutros, processos de objetivação da mulher que sofre estupro. A mídia jornalística, entendida como um espaço social, faz circular discursos, com moldura de verdade, sobre estupros contra a mulher e mulheres estupradas, por isso buscamos compreender se e em que medida essa prática colabora para a perpetuação de uma sociedade patriarcal que tenta dominar o corpo da mulher, onde esse crime encontra solo. Problematizando os discursos sobre o crime, esse trabalho se justifica por se fazer resistência diante de práticas de subjugação da mulher. Diante de um extenso arquivo com o qual deparamos, definimos como material de análise 19 reportagens e notícias que inferimos que tenham sido mais lidas dentre as publicações feitas pelos portais G1, R7, UOL e Folha de São Paulo. Chegamos a essa noção de que foram mais vezes consumidas por leitores, ao filtrar as matérias dos sites a partir de chamadas realizadas em *fanpages*, por exibirem mais comentários e curtidas – materialidades que não estão em análise, mas que foram utilizadas como critério de seleção. As leituras que realizamos foram feitas sob a perspectiva dos Estudos do Texto e do Discurso, por esta permitir que atravessemos a espessura material dos discursos, evocando os pressupostos teórico-metodológicos de Michel Foucault. Para responder às questões sobre quem é a mulher estuprada que aparece nos enunciados jornalísticos e quais saberes e poderes regem o modo como a mulher estuprada é objetivada no discurso, acionamos principalmente conceitos constantes em duas fases do trabalho do filósofo, da arqueologia e da genealogia, em razão das discussões acerca do saber e do poder que fazem emergir discursos. Pelo viés arqueológico, é possível pensar a função enunciativa dos discursos. Sob o olhar genealógico, procedemos à constituição do poder que se exerce. Para a viabilidade das análises, identificamos seis séries enunciativas, que pressupõem regularidades discursivas: a) Substâncias alucinógenas e alcoólicas, b) Saber científico, c) Discurso político, d) Discurso de resistência, e) Virgindade, f) Voz da mulher. Examinamos as mesmas segundo o conceito de dispositivo de poder. Os aspectos dos materiais analisados, contendo efeitos de regularidades e rupturas, confirmam a influência de um poder patriarcal que gera dispositivos que regem construções discursivas acerca da divisão que identificamos entre sujeito mulher digna, sujeito mulher indigna e sujeito mulher estuprada. Constatamos que, nesse sentido, as práticas jornalísticas não podem ser neutras como se pretendem. E ainda que deem espaço à resistência, continuam a colocar em circulação o discurso da culpabilização.

Palavras-chave: Discurso. Mulher. Estupro. Mídia jornalística. Dispositivo de poder.

ABSTRACT

In this research, we aim to understand how raped women are portrayed in the Brazilian journalistic discourse. The starting point for this paper is a crime in Rio de Janeiro in May 2016, when a teenager was gang raped, leading to outrage and raising awareness for the number of women, teenage girls and children being raped in Brazil. Such crimes cause permanent distress, which justifies the writing of this work. Seen as a discursive event, because it materializes discourses, in this case, journalistic, such event allowed us to think about other reports from then until March 2019, to analyze objectification processes, in supposedly neutral materials, about women who had been raped. Journalistic media, understood as a social space, spreads discourses about rapes against women and raped women, so we seek to understand if and to what extent this practice contributes to the perpetuation of a patriarchal society where this kind of crime happens. Problematizing discourses about crime, this work is justified by resisting practices of women's subjugation. Given an extensive archive that we come across, we defined as analysis 19 material reports and news that we infer that have been most read among the publications made by portals G1, R7, UOL and Folha de São Paulo. We understand that they were most often consumed by readers by screening site material from fanpage headlines, which allowed us to select the ones that possibly actually led to the full content, as they displayed more comments and likes – those which are not under analysis but were used only as a selection criterion. We read the articles from the perspective of Text and Discourse Studies, by allowing us to go through the material depth of the discourses, evoking Michel Foucault's theoretical-methodological assumptions. In order to answer the questions about who is the raped woman that appears in the journalistic statements and what knowledge and powers govern the way the raped woman is objectified in the discourse, we mainly triggered notions in two phases of the philosopher's work, archeology and genealogy, because of the discussions about knowledge and power that give rise to discourses. From the archaeological bias, it is possible to think about the enunciative function of the discourses. Under the genealogical view, we proceed to the constitution of the power that is exercised. For the viability of the analyzes, we identified six enunciative series, which presuppose discursive regularities: a) Hallucinogenic and alcoholic substances, b) Scientific knowledge, c) Political discourse, d) Resistance discourse, e) Virginity, f) Woman's voice. We examine them according to the concept of power dispositive. The aspects of the analyzed materials, containing effects of regularities and ruptures, confirm the influence of a patriarchal power that generates mechanisms that govern discursive constructions on raped women. We note that, in this sense, journalistic practices cannot be neutral as intended. And even though they give way to resistance, they continue to spread the blaming discourse.

Keywords: Discourse. Woman. Rape. Journalistic media. Power dispositive.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Material de análise.....	17
Quadro 2 – a) Substâncias alucinógenas e alcoólicas.....	82
Quadro 3 – b) Discurso jurídico.....	86
Quadro 4 – c) Discurso político.....	91
Quadro 5 – d) Virgindade/dignidade.....	94
Quadro 6 – e) Resistência.....	96
Quadro 7 – f) Mulher em voz ativa.....	104

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Acusado de incitar estupro, Bolsonaro se exalta em sessão sobre o tema.....	124
ANEXO 2 – Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: ‘socorro’	125
ANEXO 3 – Anonymous está procurando os envolvidos no estupro coletivo realizado no Rio de Janeiro.....	126
ANEXO 4 – Atrasado, Temer repudia estupro e cria ala da PF de crimes contra mulher.....	127
ANEXO 5 – Bolsonaro vira réu no STF, acusado de incitar estupro em briga com deputada.....	129
ANEXO 6 – Cena de estupro em “O Outro Lado do Paraíso” choca web; Gael vira vilão.....	131
ANEXO 7 – Enterro de namorado de vítima de estupro é marcado por revolta no Piauí.....	132
ANEXO 8 – ‘Estupro está provado’, diz delegada sobre caso do Rio.....	133
ANEXO 9 – Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidores.....	135
ANEXO 10 – Jovem foi estuprada e morta com taco de baseball; suspeito é gerente de bar na zona Leste.....	136
ANEXO 11 – Jovem liga para amiga durante estupro e criminoso é preso.....	137
ANEXO 12 – Jovem presenciou estupro de namorada antes de ser degolado, diz polícia.....	138
ANEXO 13 – Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga.....	139
ANEXO 14 – Mulher é estuprada por três homens em condomínio na Barra da Tijuca.....	140
ANEXO 15 – ‘Não dói o útero e sim a alma’, diz menina vítima de estupro coletivo.....	141
ANEXO 16 – Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo.....	142
ANEXO 17 – ‘Sofri um estupro coletivo no dia do meu casamento’.....	143
ANEXO 18 – Vídeo prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio.....	146
ANEXO 19 – Vítima de estupro coletivo volta a ser molestada por criminoso em viatura....	147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A DOMINAÇÃO DO HOMEM SOBRE A MULHER.....	20
1.2 UM CORPO QUE SE QUER DOMINAR.....	30
1.3 ESTUPRO: UM INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO.....	33
1.3.1 SEXUALIDADE E ESTUPRO EM DISCUSSÃO.....	41
2 CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA NA INVESTIGAÇÃO DE SABERES SOBRE A MULHER ESTUPRADA.....	47
2.1 ACONTECIMENTO: DA PERSPECTIVA HISTÓRICA À DISCURSIVA.....	50
2.2 A TAREFA DA DESCRIÇÃO DOS ENUNCIADOS.....	56
2.3 ARQUIVO: O LUGAR DE COEXISTÊNCIA DOS ENUNCIADOS.....	61
3 O EXERCÍCIO DO PODER.....	68
3.1 O FUNCIONAMENTO DE UMA ORDEM DISCURSIVA NO JORNALISMO.....	70
3.2 O DISPOSITIVO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA.....	74
3.2.1 A OBJETIVAÇÃO DA MULHER ESTUPRADA.....	78
3.2.1.1 A) SUBSTÂNCIAS ALUCINÓGENAS E ALCOÓLICAS.....	82
3.2.1.2 B) DISCURSO JURÍDICO.....	86
3.2.1.3 C) DISCURSO POLÍTICO.....	91
3.2.1.4 D) RESISTÊNCIA.....	94
3.2.1.5 E) VIRGINDADE.....	96
3.2.1.6 F) MULHER EM VOZ ATIVA.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS.....	123

INTRODUÇÃO

Era um encontro entre amigos, em 2016, regado a conversas soltas. Estava com um grupo de sete pessoas, homens e mulheres, ao redor de uma mesa, quando abri o aplicativo do Facebook no celular, sem motivo, manutenção do hábito de rolar a página procurando algo que não existe, até cansar. Mas, daquela vez, foi diferente. Congelei em uma publicação que saltou à tela. Uma página jornalística noticiava que uma jovem de 16 anos fora estuprada por 33 homens.

Do lugar de jornalista, com vivência diária em redação de impresso e de *on-line*, antes de ensaiar qualquer comentário fiz uma busca específica nessa mesma rede. Pulularam *posts* noticiosos com verbos no futuro do pretérito e termos como “supostamente”, “favela”, “funk”, “drogas”, “armas”. Demorei alguns minutos e, então, coloquei em questão o assunto: — Vocês viram isso? A maior parte dos colegas já sabia do ocorrido também por notícias *on-line*, compartilhadas em redes sociais, os demais souberam ali, por mim.

Naquela mesa, ouvi gente incrédula, debochada, espantada, horrorizada, sarcástica e ignorante, no sentindo cru da palavra, indagando a mesma coisa, pautada no que se espetacularizava: — 33? Dos comentários feitos, lembro-me de apenas alguns, porque entrei em uma espécie de choque. De tão equivocados, ou absurdos, tornaram-se acusações repletas de “procurou”, “é mentira dela”, “não é flor que se cheire”. Também houve quem revelasse o medo de ser estuprada e quem proferisse expressões como “meu Deus?!” e “aonde vamos parar?”. Já quanto aos estupradores ou sobre a atrocidade que é um estupro, opiniões sequer foram ventiladas.

Acompanhei perplexa, limitando-me a dizer que não conseguia entender frieza ou desdém diante da dor de uma mulher estuprada e que o crime, seja cometido por muitos ou um único agressor, acontece todos os dias nas ruas, nas casas, nas escolas, nos hospitais, nas universidades. Tive como resposta o silêncio. Ou ensurdeci.

Como mulher, senti-me ultrajada, mas ainda mais encorajada a quebrar padrões. Como jornalista, nutri a vontade de entender que jornalismo é esse que as pessoas estão lendo, que trabalho é esse que estamos fazendo, que contribui para o debate basicamente restrito ao comportamento da mulher estuprada. O ressoar desse incômodo é que me motivou a realizar esta pesquisa, desenvolvida com base em análises discursivas de materiais jornalísticos que repercutiram no Brasil sobre casos de estupro contra mulheres. Eu precisava fazer mais do que aderir a campanhas de internet de combate à violência contra a mulher.

Deu-se no Rio de Janeiro o crime que desencadeou essa particular missão de tentar identificar no discurso jornalístico um saber sobre a mulher estuprada. Na Cidade Maravilhosa, em maio de 2016, 33 homens apareceram em imagens que circularam por plataformas digitais, em uma cena de estupro coletivo contra uma jovem de 16 anos. No vídeo lançado nas redes, os agressores tocam o corpo da jovem desacordada. Um deles chega a dizer: — “mais de 30 engravidou”, ao repetir o trecho de uma música.

O ato violento ocorreu em uma comunidade na Zona Oeste do estado, tornando-se amplamente conhecido em todo o Brasil poucos dias depois. Em seu depoimento, a jovem contou que fora estuprada na casa do rapaz com quem mantinha um relacionamento de cerca de três anos.

Rapidamente, o assunto ganhou as redes sociais, que se tornaram espaços para julgamentos, mas também para debates e ativismo. Incontáveis usuários do Facebook aderiram à campanha “Eu luto contra a cultura do estupro”, por meio de um filtro que pôde ser adicionado sobre a foto de perfil. Autoridades se pronunciaram, incluindo a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e o vice-presidente Michel Temer, no comando do país interinamente à ocasião. Lideranças organizaram debates sobre formas de combater a violência contra a mulher. A grande mídia dedicou espaço em seus jornalísticos para a cobertura do caso, que permaneceu semanas no noticiário nacional.

De acordo com a reportagem *Depois daquele estupro coletivo: o que aconteceu com os acusados?*, publicada pela agência Lupa (2017), um ano após o crime a jovem se recuperava sob uma nova identidade. Conforme o texto, a Polícia Civil do Rio de Janeiro indiciou seis homens e pediu a apreensão de um menor de idade pelos crimes de estupro e de divulgação de imagens íntimas. À época da publicação, dos sete agressores, três haviam se tornado réus, dois estavam foragidos e outros dois condenados a 15 anos de prisão. Eles ainda podiam recorrer.

O estupro contra a adolescente é um em milhares que muitas vezes nem chegam a ser denunciados. Dados tabulados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹ (2017) mostram que o Brasil registrou 49 mil estupros em 2016, contra 47 mil no ano anterior, sendo a vítima preferencialmente mulher (85% a 88% dos casos). Em relação aos agressores, a estimativa do estudo é de que em torno de 90% ou mais são homens. Segundo o relatório divulgado pela entidade neste ano, em 2018 o Brasil registrou 61.032 estupros e tentativas de estupro, contra 55.070 mil no ano anterior (esse último estudo não detalha o perfil das vítimas).

¹ O Fórum Brasileiro de Segurança Pública realiza anualmente o relatório Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O objetivo da publicação é além de compilar, analisar registros policiais sobre criminalidade, informações sobre o sistema prisional e gastos com segurança pública.

Os números alarmantes, que só aumentam, angustiam algumas mulheres, que precisam conviver diariamente com o medo do estupro em todo lugar, até mesmo dentro de suas casas. E inquieta, como dito anteriormente, o fazer jornalístico sobre o crime de estupro contra a mulher e tudo o que se diz da mulher estuprada. Assim, em âmbito pessoal e social, a preeminência desta pesquisa está em seu movimento de resistência frente a discursos que impactam negativamente a vida de nós mulheres e que contribuem para a culpabilização das vítimas no lugar de seus algozes estupradores.

Optamos por lançar mão dos Estudos do Texto e do Discurso, ancorados no pensamento de Michel Foucault (1926-1984), que construiu sua obra voltando o olhar aos excluídos e aos oprimidos, como recurso teórico-metodológico para analisar matérias publicadas por portais jornalísticos. Essa escolha se ampara nas possibilidades que essa via de investigação oferece para permear a espessura material dos discursos, lugar onde se dão as relações de saber/poder. Entendemos, dessa maneira, que a partir do atravessamento dos materiais, podemos verificar o modo como os sujeitos, aqui as mulheres estupradas, são falados em certa temporalidade.

Para Foucault (2008a), o sujeito é descentrado e situado como objeto do saber por um exercício de poder, daí a ideia de um sujeito falado em dada temporalidade. É preciso ter em consideração que, para o filósofo, “o problema não consiste em saber como e por que ele [o discurso] pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo” (FOUCAULT, 2008a, p. 133). Assim, o discurso é “fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema [...] dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplidades do tempo” (FOUCAULT, 2008a, p. 133).

Este trabalho também se justifica por se propor a problematizar o que nos é apresentado com molduras de verdade, admitindo-se que o jornalismo ainda imprima essa característica. Por isso, analisamos notícias e reportagens, gêneros de textos jornalísticos que carregam uma pretensa neutralidade. Acreditamos que o modo como as mulheres estupradas são faladas nos discursos dessa mídia, produzidos por sujeitos autorizados a dizer — jornalistas/veículos de comunicação —, pode colaborar para agravar o preconceito e o julgamento social sobre elas. Examinamos, assim, um poder que se exerce sobre os outros, gerando saberes sobre as mulheres que sofreram estupro.

Em se tratando de um conteúdo que se apresenta como verdade, observamos que entre estudiosos da comunicação, embora os debates sobre a questão sejam constantes nessa e em outras áreas do conhecimento, é praticamente consenso a impossibilidade de um jornalismo neutro. Como pontua Sponholz (2003, p. 110), ainda se espera neutralidade e vários “estudos

se esforçam para mostrar a impossibilidade de ser objetivo e criticam a mídia por não ser neutra, como se fosse possível ‘ler’ a realidade sem interpretá-la [...]’.

Sob a ótica discursiva, Gregolin (1995) mostra que, no discurso jornalístico, são utilizados determinados recursos para se provar a verdade, o que cria uma ilusão da realidade. A autora sustenta a discussão mostrando que os jornais detalham informações, como se pudessem tornar o discurso mais verídico. Ao refletir sobre tal defesa, é possível recuperar à memória a presença de declarações de autoridades entre aspas, referências a fontes, espaços e momentos como atestados de verdade.

Ao buscar pesquisas já realizadas sob a mesma temática desta, encontramos em revistas científicas, por meio do *Google Acadêmico*, publicações ancoradas em teorias distintas que consideramos referências para a construção do estado da arte, por assemelharem-se mais à proposta presente. Na dissertação *A relativização do estupro – uma análise foucaultiana do estupro nos discursos sociais*², o estupro e as discursividades em torno do estupro foram analisados sob a perspectiva discursiva proposta por Foucault, com base em materialidades como músicas, peças publicitárias e outras manifestações discursivas. A discussão se aprofunda nas violências e percursos históricos que representam a constituição da cultura do estupro.

Em *A construção da verdade nos casos de estupro*³, fruto de uma dissertação, processos judiciais foram utilizados como material de investigação. Embora o trabalho não se inscreva no campo da Linguística, mas no das Ciências Sociais, foram utilizados aparatos discursivos no processo de análise. A pesquisa leva em conta o saber jurídico como prática discursiva de diferenciação social entre indivíduos, abordando o conceito de estupro e de estuprador presentes no imaginário de agentes jurídicos.

Voltada ao cuidado integral das mulheres que são vítimas de violência de gênero, a tese *Violência de gênero contra mulheres: Em busca da produção de um cuidado integral*⁴ realiza uma investigação sobre os serviços de cuidados às mulheres em situação de violência. Esse trabalho, de caráter qualitativo e que se inscreve na área da Saúde, mostra-nos o que se diz das mulheres vítimas de violência fora da mídia. A pesquisa mostra que há percepções

² PEREIRA, Josana Maria Oliveira. **A relativização do estupro** - uma análise foucaultiana do estupro nos discursos sociais. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFAM_a52a3931ac14741acbe721040587bfa1. Acesso em: 25 mar. 2019.

³ COULOURIS, Daniella Georges. **A construção da verdade nos casos de estupro**. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/construcaodaverdade_daniellacoulouris.pdf. Acesso em: 23 fev. 2015, p. 01. Acesso em: 25 mar. 2019.

⁴ HASSE, Mariana. **Violência de gênero contra mulheres: em busca da produção de um cuidado integral**. 2016. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/83/83131/tde-13022017-204029/pt-br.php>. Acesso em: 27 jun. 2019.

preconceituosas de profissionais de saúde acerca do tema, o que impõe obstáculos ao acolhimento necessário às vítimas e à articulação de setores para o enfrentamento do problema.

No artigo *A culpa é sempre delas... sempre: disciplina e poder na culpabilização da vítima de estupro*⁵, de linha discursiva, o objetivo é discutir os mecanismos ou fatores que fundamentam os discursos de culpabilização da mulher vítima do crime, examinando comentários de leitores da internet, com apoio nas concepções de poder, disciplina e controle, em Foucault. A culpabilização da mulher estuprada é também o objeto de estudo do artigo intitulado *A mídia do estupro: análise de notícias sobre violência sexual durante o mês de maio de 2015*⁶. No trabalho, foram analisadas publicações, considerando texto e imagem, de um jornal impresso localizado na cidade de Bauru, em São Paulo, o Jornal da Cidade, segundo a metodologia de Análise de Conteúdo. No desenvolvimento do artigo, a autora evidencia que os materiais se limitam a apresentar os casos e a explorar o fator violência, deixando de contextualizar a cultura do estupro e culpabilizando as mulheres estupradas ao tratarem mais de suas vidas e comportamentos do que o perfil dos agressores.

Nessa proposta, encontramos o artigo *A mulher como algoz de seu próprio crime: enquadramento das notícias do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro*⁷. Utilizando o conceito de enquadramento jornalístico, os pesquisadores examinaram notícias dos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e G1, sobre o estupro da jovem de 16 anos no Rio de Janeiro, destacando como ela foi noticiada e como a ânsia pelo furo noticioso foi prejudicial para ela e os leitores. Os autores mostraram que veículos brasileiros apelaram à espetacularização, negligenciando uma cobertura crítica, como alguns veículos internacionais, e apontaram para a necessidade de uma abordagem jornalística mais humanizada.

*Os (não) limites entre o público e o privado em tempos de convergência midiática: o estupro coletivo do Rio de Janeiro entendido como um acontecimento*⁸ aborda como

⁵ PEREIRA, Iza Maria; CARVALHO, Alaíde Angélica de Menezes Cabral. “A culpa é sempre delas ... Sempre”: disciplina e poder na culpabilização da vítima de estupro. **Revista Colineares**, Jul/Dez 2017, p. 25-35. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/colineares/article/view/3116/1695>. Acesso em: 25 mar. 2019.

⁶ CAIRES, M. A Mídia do Estupro: análise de notícias sobre violência sexual durante o mês de maio de 2015. **Anagrama**, 10(1), 2016, p. 1-15. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/108980/107453>. Acesso em: 28 jun. 2019.

⁷ GATTO, Y.; SOARES, M. A MULHER COMO ALGOZ DE SEU PRÓPRIO CRIME: enquadramento das notícias do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro. **Revista Observatório**, v. 4, n. 1, p. 517-543, 1 jan. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3329/12216>. Acesso em: 29 jun. 2019.

⁸ DE ANDRADE, Eliane Righi; DA SILVA, Talita Guimarães. Os (não) limites entre o público e o privado em tempos de convergência midiática: o estupro coletivo do Rio de Janeiro entendido como um acontecimento. **Cadernos de Letras da UFF**, [S.l.], v. 27, n. 54, p. 237-259, jun. 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/350>. Acesso em: 25 mar. 2019.

acontecimento o estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, como explicita o título, sob a concepção de Foucault e Derrida. O autor busca apoio nos estudos sobre a cultura da convergência de Henry Jenkins para refletir sobre os efeitos de sentido e as consequências da divulgação do caso em diferentes mídias, distanciando-se assim dos caminhos que percorremos nesta dissertação, voltada a apenas uma mídia jornalística específica.

Em *Violência contra as mulheres: o caso do estupro coletivo na esfera pública digital*⁹, o percurso também se difere do que propomos neste trabalho, porque identifica e analisa manifestações de atores sociais no Twitter sobre o estupro praticado coletivamente por homens no Rio de Janeiro, por meio da análise de conteúdo. Sobre o que tem se pesquisado acerca do estupro contra a mulher, o artigo é uma mostra de que nesse universo há discursos outros em circulação, partindo, nesse caso, de ativistas e formadores de opinião. Entre as observações feitas, o estudo encontrou no recorte, formado por 200 *tweets* que recircularam conteúdos noticiosos, posição majoritária contra a discriminação de gênero.

Nos referidos trabalhos, está presente a problematização de como o estupro é abordado, seja na mídia ou no discurso jurídico, demonstrando a relevância social deste tema. Embora em alguns dos trabalhos esteja presente a reflexão sobre o modo como o jornalismo representa a mulher estuprada, nenhum deles apresenta, necessariamente, um percurso de análise em torno da noção de objetivação foucaultiana, o que a nosso ver, nesta análise, é central para problematizar como o sujeito mulher vítima do estupro é discursivizado.

Ressaltamos que esta pesquisa se volta a um tipo específico de mídia: a jornalística *on-line*, por entendermos que os sites jornalísticos apresentam mais potencial do que impressos para alcançar, hoje, pessoas que leem jornais. Entendemos que na internet as informações atingem mais rápida e facilmente um maior número de pessoas do que no formato impresso, no televisionado ou no transmitido pelo rádio. Segundo Koopmans (2004), isso ocorre porque os próprios usuários podem repercutir a mesma informação para um grande número de pessoas que faz parte de suas redes sociais.

Foucault (2014) afirma que o discurso é produzido simultaneamente de forma controlada, organizada e redistribuída segundo determinados procedimentos, o que nos leva a compreender que isso ocorre em todas as instâncias materiais do discurso. Assim, podemos entender as redes sociais como espaço de circulação de saberes por serem plataformas

⁹ MARADEI, Anelisa; SANTOS, Marli dos. **Violência contra as mulheres: o caso do estupro coletivo na esfera pública digital**. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun. 2017, vol.40, n.2, pp.143-168. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442017000200143&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 29 jun. 2019.

utilizadas, no caso, para atrair a atenção dos usuários de forma controlada, já que há um objetivo de levar os leitores aos sites, ampliando a audiência do veículo. Lateralmente neste espaço estão os sites, onde estão os textos em sua forma integral, isso se fizermos um deslocamento da noção de pirâmide deitada, de Canavilhas (2006), que é elaborada em níveis de informação, começando pelo essencial (uma postagem no Facebook) e podendo ser explorada da maneira em que o leitor escolhe (quando o usuário avança e é direcionado para o site).

Com base no exposto, justificamos como recurso de busca de notícias e reportagens as *fanpages* de jornais no Facebook com mais audiência: R7, Folha de São Paulo, UOL e G1¹⁰. Inicialmente, pré-selecionamos para esta dissertação 50 matérias publicadas nos portais dos veículos a partir de maio 2016, mês e ano do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, até março de 2019. Essa forma de seleção nos permitiu recortar materiais que possivelmente foram lidos por um maior número de pessoas, o que nos leva a inferir que tenham gerado maior impacto de forma geral. Estão presentes, portanto, enunciados sobre o referido caso e outros que foram materializados desde então.

As *fanpages* possuem campos que permitem a busca de publicações e foram utilizadas exclusivamente para esse fim. Procedemos ao recorte ao pesquisar postagens, que funcionam como chamariz para os conteúdos completos nos sites, os quais analisamos. Como critério de seleção, consideramos i) publicações que tiveram chamadas realizadas nas *fanpages* dos jornais; ii) palavras-chave estupro e estuproada; iii) somente notícias e reportagens, excluindo crônicas e artigos de opinião, por exemplo, e vídeos e fotografias; iiiii) notícias e reportagens que foram mais vezes compartilhadas, o que nos leva a crer que repercutiram mais – compreendemos que as reações dos usuários possam representar um modo de intervir na história da atualidade, no entanto, tal perspectiva mereceria um trabalho à parte, tendo em conta que este percurso não se dedica a qualificar os conteúdos das postagens; iiiiii) descartamos notícias de crimes ocorridos contra vítimas do sexo masculino, bem como do sexo feminino menores de 12 anos¹¹ — o estupro ocorre contra crianças, caracterizando também outros tipos de crimes, mas por partirmos de um dado acontecimento, que na perspectiva discursiva se desdobra em outros, envolvendo adolescentes e mulheres adultas, não trataremos neste momento dessa questão.

¹⁰ Número de fãs no Facebook dos veículos em consulta livre feita em 8 de abril de 2019: R7/13.349.382; Folha de São Paulo/5.661.453; UOL/8.061.365 e G1/10.676.715.

¹¹ Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), considera-se criança a pessoa que tem até doze anos e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos.

Assim, chegamos ao número de 19 notícias e reportagens, sem somar a matéria mais antiga que pudemos encontrar sobre o estupro coletivo no Rio de Janeiro, intitulada *Polícia apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts* (G1, 2016), que é utilizada como base apenas para demonstração de aplicações da teoria, precedendo o capítulo dedicado às análises dos materiais, bem como outros textos. Os títulos dessas reportagens e dessas notícias, aqui organizadas por ordem alfabética, são os seguintes:

Quadro 1 – Material de análise

Títulos
<i>Acusado de incitar estupro, Bolsonaro se exalta em sessão sobre o tema</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016a) – Anexo 1, p. 124.
<i>Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: ‘socorro’</i> (G1, 2018) – Anexo 2, p. 125.
<i>Anonymous está procurando os envolvidos no estupro coletivo realizado no Rio de Janeiro</i> (UOL; JORNAL DO COMÉRCIO, 2017) – Anexo 3, p. 126.
<i>Atrasado, Temer repudia estupro e cria ala da PF de crimes contra a mulher</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016b) – Anexo 4, p. 127.
<i>Bolsonaro vira réu no STF, acusado de incitar estupro em briga com deputada</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016c) – Anexo 5, p. 129.
<i>Cena de estupro em “O Outro Lado do Paraíso” choca web; Gael vira vilão</i> (UOL, 2017a) – Anexo 6, p. 131.
<i>Enterro de namorado de vítima de estupro é marcado por revolta no Piauí</i> (UOL, 2017b) – Anexo 7, p. 132.
<i>‘Estupro está provado’, diz delegada sobre caso do Rio; suspeitos são presos</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016d) – Anexo 8, p. 133.
<i>Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidores</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) – Anexo 9, p. 135.
<i>Jovem foi estuprada e morta com taco de basebol; suspeito é gerente de bar na zona Leste</i> (R7, 2016a) – Anexo 10, p. 136.
<i>Jovem liga para amiga durante estupro e criminoso é preso</i> (R7, 2018a) – Anexo 11, p. 137.
<i>Jovem presenciou estupro de namorada antes de ser degolado, diz polícia</i> (G1, 2017) – Anexo 12, p. 138.
<i>Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga</i> (UOL, UNIVERSA, 2019) – Anexo 13, p. 139.
<i>Mulher é estuprada por três homens em condomínio na Barra da Tijuca</i> (R7, 2018b) – Anexo 14, p. 140.
<i>‘Não dói o útero e sim a alma’, diz menina vítima de estupro coletivo</i> (G1, 2016) – Anexo 15, p. 141.
<i>Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo</i> (UOL; TNONLINE, 2017) – Anexo 16, p. 142.
<i>‘Sofri um estupro coletivo no dia do meu casamento’</i> (G1; BBC, 2017) – Anexo 17, p. 143.
<i>Vídeo prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio</i> (R7, 2016b) – Anexo 18, p. 146.
<i>Vítima de estupro coletivo volta a ser molestada por criminoso em viatura</i> (R7; AGÊNCIA ESTADO, 2016) – Anexo 19, p. 147

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Para esta pesquisa, consideramos o estupro como uma relação que envolve poder, conforme mostram os pesquisadores Kolodny, Masters e Johnson (1982, *apud* ANDRADE, 2005), para os quais a violação do corpo da mulher configura um padrão de comportamento que se aproxima do domínio em vez do prazer sexual, tratando-se de ato para satisfazer não as vontades do corpo, mas as de supremacia, o que é característico do patriarcado.

Destarte, propomo-nos a responder às questões: quem é a mulher estuprada que aparece nos enunciados jornalísticos? De que modo esse sujeito é discursivizado? Quais saberes e poderes regem o modo como a mulher estuprada é objetivada no discurso? Se as notícias e reportagens não podem ser neutras, mas assim ainda são esperadas pelo público, os saberes sobre a mulher estuprada que têm produzido estão inscritos e contribuem para a perpetuação de um poder patriarcal?

Considerando o que expusemos aqui, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o modo como a mulher alvo de estupro é discursivizada em materialidades jornalísticas. Para tanto, os objetivos específicos são: por meio do trabalho de descrição dos enunciados, buscar saberes e poderes que atravessam e constituem discursos sobre a mulher estuprada; estabelecer regularidades entre os enunciados, partindo-se das noções de acontecimento discursivo, função enunciativa e arquivo; identificar dispositivos, que pressupõem uma vontade de verdade, em funcionamento nas práticas discursivas jornalísticas sobre a mulher estuprada.

Para cumprir os objetivos, o percurso de análise se apoia principalmente em duas fases do trabalho foucaultiano, a arqueológica e a genealógica, acionando noções como saber, enunciado, sujeito, poder e dispositivo. Também consideramos a discussão sobre os procedimentos que sustentam o funcionamento do poder, como a vontade de verdade, que demarca aquilo que pode emergir, ou seja, que pode ser dito em determinado tempo/espaço. É a vontade de verdade que se materializa em um discurso, que gera processos de objetivação e subjetivação do sujeito, sendo o primeiro o que toma o sujeito como objetivo do saber.

O primeiro capítulo deste trabalho trata da mulher no mundo. A subjugação das mulheres a uma coisa que vai muito além do homem heterossexual é praticamente enraizada na sociedade. Nas mais simples ações do cotidiano opera um poder que força ou tenta forçar as mulheres para baixo. Recuperar o modo como a sociedade foi construída para que as mulheres ocupassem o lugar que ocupam hoje é preponderante para a compreensão do espaço de onde emergem os enunciados em análise, que circulam por meio de diversas práticas discursivas. Temos em conta que, atualmente, algumas mulheres lutam para sair do lugar da subjugação, dando condições para a escrita deste trabalho, tal busca fruto da ultrapassagem de

acontecimentos históricos (FOUCAULT, 2005) que nos leva à reflexão do que pensamos, dizemos e fazemos, abrindo a possibilidade de mudanças.

Em um segundo momento do trabalho, são apresentados os conceitos fundamentais à tarefa de descrição de enunciados, os quais encontramos no acervo da fase arqueológica de Foucault. É neste momento inicial da obra que o filósofo, sem nunca ter deixado de considerar o poder, volta seu olhar ao saber como constitutivo do discurso. Nessa mesma seção, a pesquisa recorre a enunciados que marcam o ponto de partida para a o recorte do *corpus* e trata do acontecimento discursivo.

No terceiro capítulo do trabalho, procedemos à fase genealógica de Foucault, quando o poder assume lugar de destaque em suas proposições. Especificamente falando, o autor trata de um tipo de poder que se exerce e, por isso, se dá nas relações. Nessa etapa, discutimos o fazer jornalístico e o poder que exerce na sociedade, em virtude de uma suposta neutralidade. No intuito de examinar os enunciados do jornalismo sobre a mulher estuprada segundo relações de saber/poder, recorreremos à construção do conceito de verdade por meio de dispositivos como ferramenta para a análise de séries de enunciados.

A organização das matérias por séries enunciativas foi fundamental ao percurso analítico. Identificamos seis, baseados em Foucault (2008a), pressupondo regularidades discursivas no nível do enunciado: a) Substâncias alucinógenas e alcoólicas, b) Discurso jurídico, c) Discurso político, d) Resistência, e) Virgindade, f) Mulher em voz ativa.

Ao analisar as séries que organizamos, aparece regendo os discursos, ora de forma mais presente, ora menos, o dispositivo da culpabilização da vítima, sob o maior, da sexualidade. Entendemos que isso seja produzido em virtude de uma cultura do estupro e, ao mesmo tempo, fortaleça e produza enunciados que se inscrevem nessa “atmosfera” que favorece estupros contra mulheres.

1 A DOMINAÇÃO DO HOMEM SOBRE A MULHER

As estratégias empenhadas na subordinação das mulheres aos homens não são uma invenção, como podem supor alguns. São formas perversas de controle, baseadas principalmente na força, insistentes em (re)colocar a mulher em lugar inominável, que não deveria ser o de ninguém. Conforme a historiadora radicada nos Estados Unidos Gerda Lerner (1990), suas raízes estão fincadas no passado, há mais de cinco milênios, mas continuam a se espalhar, talvez em menor velocidade, em razão de um ardiloso processo de naturalização do domínio. Essas são concepções das teorias do patriarcado, que, em partes, são acrescidas e questionadas quando se pensa em aspectos sociais e históricos.

Pesquisas de diversos campos de estudo evidenciam que a sociedade que baliza as relações a partir do controle do homem sobre a mulher, do homem sobre a família, o patriarcado, surgiu de um longo processo¹². Segundo Lerner (1990), defensora da reivindicação de uma História das Mulheres, o patriarcado nasceu de um processo que durou em torno de 2500 anos, do ano 3100 a 600 a.C.

Uma das estratégias que contribuíram para o processo de subjugação das mulheres aos homens foi o empenho em distribuir para elas tarefas secundárias, sob o pretexto de serem seres menos capazes. A manutenção de tal esquema ao longo dos séculos se deu com base na tentativa de sufocar a papel das mulheres na construção da sociedade. De acordo com Lerner (1990), desde que o patriarcado começou a ser organizado, a voz de metade ou mais da humanidade, formada por mulheres, foi suprimida. A autora escreve que os registros históricos eram realizados sob a ótica masculina, que assim construiu uma história parcial, ressaltando que poder era determinante no exercício do registro histórico, portanto outros também foram excluídos. Para Lerner (1990, p.3),

as mulheres foram impedidas de contribuir com a escrita da História, isto é, com a ordem e com a interpretação do passado da humanidade. Como este processo de dar significado é essencial para a criação e perpetuação da civilização, podemos ver imediatamente que a marginalização das mulheres neste esforço nos coloca em um lugar único e separados. As mulheres são a maioria e, em vez disso, estamos estruturadas nas instituições sociais como se fôssemos uma minoria.

¹² Como apontam Narvaz, M. G; Koller, S.H. (2006), ainda que não seja possível atribuir ao patriarcado todas as desigualdades e opressões do gênero feminino, devendo ser considerada a articulação do gênero à classe social e às diferentes etnias, citando Scott (1995), a violência contra as mulheres tem sido explicada predominantemente com base no patriarcado por algumas correntes feministas.

Retornando ao surgimento do patriarcado, embora a autora tenha se preocupado em apontar origens em seu trabalho, notou e destacou que mais relevante seria levantar questões sobre o processo histórico pelo qual o patriarcado se estabeleceu. Lerner (1990) escreve que este é uma criação histórica elaborada tanto por homens quanto por mulheres, cuja base é a família patriarcal, organismo social que apareceu no estado arcaico – cabe aqui um apontamento feito pela arqueóloga lituana Marija Gimbutas (1992) sobre o nascimento do patriarcado no início das culturas agrícolas da Velha Europa, período em que as relações consideradas igualitárias foram alteradas após invasões de migrantes de regiões ucranianas, com o estabelecimento de hierarquias masculinas. A mulher era considerada deusa em razão da gestação, visão que foi sendo modificada à medida que a reprodução passou a ser compreendida.

Ao passar pela história da Mesopotâmia, pelos gregos, pela criação do Estado e da Igreja, o que Lerner (1990) enfatiza é que as mulheres, apesar do patriarcado, tiveram papel central na história, mas por força dos homens e com a cooperação delas, tiveram designados papéis secundários, o que está relacionado também ao controle da sexualidade feminina.

Considerando que possa haver divergência sobre o uso do termo patriarcado (sinônimo de dominação masculina/sistema de organização), assumimos os estudos de Lerner (1990), que admitem a existência de mecanismos que fazem com que mulheres ainda tenham de lutar para desfrutar de total autonomia sobre si na condição de indivíduo, tal qual os homens. Isso baseados principalmente nos escritos sobre como se construiu uma sociedade patriarcal, ou seja, liderada primariamente por homens a partir do eixo familiar e que é reproduzido em outras esferas sociais.

Em uma sociedade patriarcal, a tentativa é por subordinar a mulher ao homem em cada um dos estratos que se possa observar, especialmente com relação à sexualidade – elas são condicionadas a proporcionar prazer e a procriar, como se fossem mesmo objetos a serem utilizados com funções determinadas.

Mas por que a mulher foi sendo colocada em um papel secundário ao longo da história? Por que houve cooperação? Quais fatores foram preponderantes para a existência de uma história milenar de domínio do homem sobre a mulher, que enaltece as diferenças entre os seres para a garantia de tal fim? A historiadora norte-americana Joan Scott (1995) coloca em discussão que para teóricas do patriarcado, a exemplo de Lerner (1990), a explicação para a tentativa de submeter às mulheres aos homens parece estar em uma *necessidade* masculina de dominar as mulheres. A autora assim argumenta sobre questões relativas à reprodução:

Na engenhosa adaptação que Mary O'Brien fez de Hegel, ela definiu a dominação masculina como o efeito do desejo dos homens de transcender sua alienação dos meios de reprodução da espécie. O princípio da continuidade geracional restaura a primazia da paternidade e obscurece o trabalho real e a realidade social do esforço das mulheres no ato de dar à luz. A fonte da libertação das mulheres reside numa "compreensão adequada do processo de reprodução", numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) deste (SCOTT, 1995, p. 77).

Para Shulamith Firestone (1970 *apud* SCOTT, 1995, p. 77), a reprodução funciona como uma "amarga armadilha" para as mulheres, enquanto que "a libertação viria das transformações na tecnologia da reprodução que poderiam, num futuro não demasiadamente longínquo, eliminar a necessidade dos corpos femininos" para reproduzir a espécie. Scott (1995) argumenta que enquanto a reprodução era a chave do patriarcado por um lado, a sexualidade, por outro, era tida como a resposta, como se todos os questionamentos acerca do modelo patriarcal fossem sufocados. A força física aparece nesse processo, que, para Scott (1995, p.77), tem na "a objetificação sexual [...] o processo primário de sujeição das mulheres. Ela liga o ato com a palavra, a construção com a expressão, a percepção com a efetivação, o mito com a realidade. O homem fode a mulher; sujeito verbo objeto".

Dessa forma, o que a dominação masculina fez com as mulheres senão as excluir ou as colocar à margem dos núcleos de poder? Conforme pontua a historiadora francesa Michelle Perrot (1998, p. 117), "o militar, o religioso, o político, como as três ordens da Idade Média, constituem três santuários que fogem às mulheres. Núcleos de poder são os centros de decisão, real ou ilusória, ao mesmo tempo que símbolos da diferença dos sexos".

Tal exclusão pode ser explicada pela força de ordem masculina, que encontra nas próprias mulheres uma espécie de cooperação para a manutenção de uma sociedade em que o homem se impõe sobre a mulher, essa garantida por meio de sistemas de força, conforme analisa Lerner (1990, p. 8), para quem

a cooperação das mulheres com o sistema foi assegurada por vários meios: força, dependência econômica em relação ao chefe da família masculino, privilégios de classe outorgados a mulheres conformadas e dependentes pertencentes às classes altas e a divisão artificialmente criada das mulheres em mulheres respeitáveis e não-respeitáveis.

Com a ida dos homens para as guerras e com a entrada da mulher para o mercado de trabalho houve reivindicações, conforme Perrot (1998). Incontestável que esse movimento social e econômico abalou a estrutura patriarcal. No entanto, a essência desse modelo de

sociedade parece não ter sofrido mudanças, o que podemos observar ao investigar o que as guerras causaram às mulheres. Na visão de Perrot (1998, p. 97), a ida dos homens às guerras assegurou que elas, depois das batalhas, voltassem ao lugar que lhes era atribuído, porque

longe de serem instrumentos de emancipação, as guerras, profundamente conservadoras, recolocam cada sexo em seu lugar, reiterando as representações mais tradicionais da diferença dos sexos. Para não falar do desastre das violações, não mais exceções, mas quase armas de guerra, a partir do primeiro conflito mundial. Instrumentalizado, o corpo das mulheres é então assimilado ao patrimônio.

Perrot (1998) assevera que há lugares ainda considerados “interditados” para as mulheres, como a política e o judiciário, enquanto há aqueles que são reservados para elas, como lavanderias e salões de encontros. Essa espécie de proibição tem a ver com o silenciamento ao qual as mulheres foram submetidas. No empenho de Perrot (2007) sobre a necessidade de se fazer uma História das Mulheres, a autora mostra que esse processo de invisibilidade está relacionado, em um primeiro momento, à menor aparição das mulheres em espaços públicos, frequentados por homens, em razão do confinamento ao lar. “Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo” (PERROT, 2007, p. 16). Tratam-se de lugares que vêm sendo rejeitados pelas mulheres em data impossível de ser determinada, já que os movimentos de resistência, entendidos aqui de forma geral e não segundo uma determinada teoria, podem se dar em um mínimo espaço ou tempo.

Alguns momentos marcaram a luta das mulheres na conquista por direitos, a exemplo de uma convenção sobre os direitos das mulheres ocorrida na Capela de Sêneca Falla, nos Estados Unidos, em 1848, considerada o nascimento oficial do feminismo. Conforme Castells (2000), ressalta-se a luta feminista pela conquista do direito ao voto nos Estados Unidos, o que reforça a ideia de que “feminismo”, em sua acepção, está relacionado ao ser político feminino.

Embora não se saiba, com exatidão, quando surgiram as primeiras reações feministas, podemos dizer que o feminismo é uma filosofia que “reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes”, dizem Narvaz; Koller (2006, p. 648), baseadas em teóricas do campo. Em outra formulação, o feminismo é “[...] o compromisso de pôr fim à dominação masculina [...] o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo” (CASTELLS, 2000, p. 211-213).

Sobre o feminismo no Brasil, a antropóloga Eva Alterman Blay (2001) traz à discussão a luta das mulheres contra a ditadura militar com o Golpe de 1964¹³, como sendo um ato que reforçou a luta pela conquista de direitos. Ela ressalta, no entanto, que foi preciso apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) para que o movimento ganhasse repercussão:

a consagração do direito de manifestação pública veio com o apoio internacional – a ONU instituiu, em 1975, o 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher. Entrou-se numa nova etapa do feminismo. Mas velhos preconceitos permaneceram nas entrelinhas. Um deles talvez seja a confusa história propalada do 8 de Março, em que um anti-americanismo apagava a luta de tantas mulheres, obscurecendo até mesmo suas origens étnicas (BLAY, 2001, p. 607).

O 8 de março, conforme Blay (2001), uniu as feministas e as mulheres que se denominavam como pertencentes ao movimento das mulheres. De acordo com Saffioti (2001, p. 119-120), os movimentos de resistência podem se dar graças a “esquemas cognitivos capazes de tornar transparente a tela que o androcentrismo interpõe entre a sociedade e as mulheres”. É ancorado nestes mesmos esquemas que o patriarcado segue agindo por meio de instituições e em constante transformação, como defende Saffioti (2004).

Conforme escritos do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2005, p. 18), a força de ordem masculina (e não outra) continua a reger a mundo, partindo-se do ponto de vista de que tal força “se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. O autor chega a esta afirmação após analisar o mundo Cabila, as casas dos cabilas e as relações entre homem e mulher, o que seria uma experiência quase real das estruturas das relações de gênero presentes em várias culturas.

Os estudos do autor sugerem que tal força se dá no nível simbólico, ou seja, por meio de um poder que constrói uma realidade que quer estabelecer um sentido de mundo. Bourdieu (2012) parte de uma noção marxista calcada na ideologia para discutir as produções simbólicas, relacionando-as com os interesses de classes dominantes. Admitindo, neste trabalho, que os modos de vida em determinada época são possíveis de serem analisados a partir de práticas discursivas, pode-se considerar que por meio do discurso um poder de caráter simbólico pode ser posto em operação. Destarte, tem-se que

¹³ O Golpe de Estado no Brasil em 1964 compreende articulações que culminaram no dia 1.º de abril de 1964, quando os militares encerraram o governo do presidente eleito em regime democrático, João Goulart. Nesse período, diversos grupos foram às ruas em resistência ao golpe, incluindo as mulheres, em nome de liberdade e direitos, de acordo com Ridenti (1990). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v2n2/0103-2070-ts-02-02-0113.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2019.

[...] o poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos *sistemas simbólicos* em forma de *illocutionary force* mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença* (BOURDIEU, 2012, p. 14-15).

É justamente no sentido de descoberta do invisível que atuam os grupos que reivindicam direitos para as mulheres. Como defende Bourdieu (2012, p. 7-8), é necessário que se descubra onde o poder se deixa ver menos, assim sendo reconhecido: “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Saffioti (2001) pontua que, embora muitas das ideias expostas por Bourdieu (2005) não sejam aceitas, o uso de seu conceito de dominação simbólica é admitido, sendo que, neste sentido, a dominação em si, com efeitos sobre corpo e alma de categorias sociais, constitui uma violência. De acordo com Saffioti (2001, p. 118-119),

a violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia, como já havia, há muito, revelado. É exclusivamente neste contexto que se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum.

Retornando à questão das ideias controversas de Bourdieu para correntes feministas, com Perrot (1998), não se pode afirmar que em o mundo sendo androcêntrico não há como disso escapar, haja vista os movimentos que resultaram em conquista de direitos para as mulheres. A autora enfatiza a resistência das mulheres ao poder patriarcal, embora ainda haja sinais de violência simbólica neste tempo.

Em diversas de suas obras, Perrot investiga a vida cotidiana e os papéis considerados informais para falar do poder que detém a mulher, ora, em tais tarefas também estão implicadas relações de poder, assim como há na questão do homem precisando lidar com a pressão de assegurar sua própria virilidade. Chega a falar em mito do patriarcalismo e do poder masculino,

reforçando o papel das mulheres administrando poderes informais e que, por traz das engenhosidades para a perpetuação de tal mito, as mulheres podem administrar estratégias (PERROT, 2001).

Cabe aqui um breve comentário sobre a complementariedade¹⁴ entre os trabalhos de Perrot (2001) e Bourdieu (2005). Entende-se, nesta pesquisa, que, apesar de divergências teóricas e metodológicas, ambos os autores parecem concordar quanto à ação das instituições sobre a sociedade. Outro ponto de convergência: Bourdieu (2005) aponta para um mundo androcêntrico, mas fala em resistência, ou seja, em certa medida enxerga o poder feminino. Perrot (2001), por sua vez, ao indicar o poder das mulheres exercido principalmente nos papéis informais, não nega que existam formas de opressão contra as mulheres que precisam ser combatidas. Portanto, consideramos que tanto uma visão sobre as macrorrelações sociais quanto uma sobre o ambiente doméstico devem ser ponderadas, a fim de que análises das relações não se encerrem em singularidades.

Voltando o olhar ao conceito de gênero abordado por alguns autores trazidos à discussão, a historiadora e doutora em Educação, com trabalhos no campo feminista, a brasileira Guacira Lopes Louro (1995, p. 126) mostra que este deve ser entendido como sendo “construções sociais e históricas ligadas às distinções percebidas entre os sexos, ou seja, na medida em que o caráter social e histórico passa a ser predominante nas interpretações das diferenças entre homens e mulheres”. A autora chega à referida concepção de gênero ao estudar a seguinte contribuição de Scott (1995, p. 86):

o núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças.

Scott (1995, p. 88) ressalta que sua teorização se dá sobre a segunda formulação e constrói outra formulação para gênero, o qual compreende como “um campo primário do interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Ao analisar o trabalho de Scott e realizar novas articulações, Louro (1995) indica uma espécie de virada teórica, que passa por

¹⁴ Artigo de autoria de Deborah Thomé Sayão, intitulado *Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu*, auxilia na compreensão entre os pontos de aproximação e distanciamento entre as obras dos autores. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10210>. Acesso em: 3 fev. 2019.

uma mudança de foco de uma história das mulheres para história das relações de gênero. A autora argumenta que se em determinado momento foi indispensável que se recuperasse uma história das mulheres, tirando-as de uma invisibilidade, há um avanço quando se passa a pensar essas mulheres em suas relações. Destarte, estaria aí a importância desse novo olhar para se perceber melhor as mulheres e modificar o modo de ver os sujeitos centrais de estudos e, principalmente, “porque nos direciona para as relações, as práticas e as disputas de poder em que eles se envolvem” (LOURO, 1995, p. 126). Esse movimento de passagem, para a autora, só se consolida quando gênero passa a ser compreendido como construções relacionadas às distinções percebidas entre os sexos, com base em aspectos históricos e sociais – essas distinções pressupõem relações desiguais entre os gêneros. Segundo Blay (2008), isso pode ser apontado como razão de assassinatos de mulheres. Ao analisar perfis de mulheres mortas e dos acusados de homicídio, utilizando para isso materiais jornalísticos, a autora constatou que os motivos apresentados se respaldaram primeiro na violência urbana e, na sequência, em razões passionais, como traições, separações ou ciúme.

Consideramos ainda uma reflexão sobre o estudo de Judith Butler (2003), filósofa pós-estruturalista estadunidense, acerca de uma divisão baseada em sexo/gênero. Esta discute a questão de o sexo ser tido como algo ‘natural’ e o gênero como socialmente construído. Para a autora, gênero e corpos – gênero e sexo –, ambos, são produções discursivas, quando os discursos são acomodados em corpos. Em sua obra, a autora mostra que Foucault (1982) sugere que a categoria de sexo é anterior à caracterização da diferença sexual, sendo construída conforme o modo de sexualidade de cada um.

Cabe aqui se pensar a mulher na atualidade. Por que queremos o que queremos? Para isso, recorreremos à retomada que faz Foucault (2005) à pergunta *O que são as luzes ou o que é esclarecimento?* (*Was ist Aufklärung?*) formulada por Kant, buscando pensar a questão da atualidade. O estudioso chama a atenção para o fato de que Kant, ao refletir sobre a *Aufklärung*, não busca compreender o presente a partir de uma totalidade ou de uma realização futura. Ele busca saber qual a diferença que o presente introduz hoje em relação a ontem. Foucault (2005) se detém, então, em alguns aspectos que julgou importantes para compreender como Kant refletiu sobre a questão filosófica do presente. Um desses pontos é que Kant compreende que a saída que caracteriza a *Aufklärung* é um processo que liberta o homem (o ser) do estado de menoridade – entendido como um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de alguém para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão (estamos neste estado quando um livro se torna o lugar do entendimento ou quando um médico decide a nossa dieta, por exemplo).

De todo modo, a *Aufklärung* é, conforme Foucault (2005), definida pela modificação da relação preexistente entre a vontade, a autoridade e o uso da razão, o momento em que se fará uso da própria razão sem se submeter a nenhuma autoridade. É neste momento, de acordo com o teórico, que a crítica se faz necessária, por definir as condições nas quais o uso da razão é legítimo para determinar o que se pode conhecer, o que é preciso fazer e o que é permitido esperar.

Diante disso, Foucault (2005) chama a atenção para a reflexão sobre “a atualidade” como diferença na história, como motivo para uma tarefa filosófica particular e, a partir disso, reconhece o esboço do que se poderia chamar de atitude de modernidade, ou seja, o entendimento da modernidade para além de apenas um período da história.

Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. Um pouco, sem dúvida, como aquilo que os gregos chamavam de *êthos*. Consequentemente, mais do que querer distinguir o “período moderno” das épocas “pré” ou “pós-modernas”, creio que seria melhor procurar entender como a atitude de modernidade, desde que se formou, pôs-se em luta com as atitudes de “contramodernidade” (FOUCAULT, 2005, p. 341-342).

Para caracterizar a atitude de modernidade, o filósofo recorre ao poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), que entendia a modernidade como um exercício em que a extrema atenção para com o real é confrontada com a prática de uma liberdade que, simultaneamente, respeita esse real e o viola. Entretanto, Foucault alerta para o fato de que, para o poeta, a modernidade não é simplesmente uma forma de relação com o presente, mas também uma relação necessária de ser estabelecida consigo mesmo, ou seja, ser moderno vai além de aceitar a si próprio tal como se é no fluxo dos momentos, mas tomar a si como objeto de uma elaboração complexa. A respeito disso, ele diz que o homem da modernidade, para Baudelaire não é o que busca descobrir a si mesmo, “seus segredos e sua verdade escondida; ele é aquele que busca inventar-se a si mesmo. Essa modernidade não liberta o homem em seu ser próprio; ela lhe impõe a tarefa de elaborar a si mesmo” (FOUCAULT, 2005, p. 344).

A partir disso, o entendimento de Foucault é para que se busque uma crítica do que dizemos, pensamos e fazemos, através de uma ontologia histórica de nós mesmos. Isso é possível, conforme o teórico, a partir de uma crítica concebida como análise dos limites e a reflexão sobre eles. Para o teórico, a crítica deve ser entendida como uma questão positiva: no

que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório, qual é a parte do que é singular, contingente e fruto das imposições arbitrárias. Trata-se, em suma, de transformar a crítica exercida sob a forma de limitação necessária em uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível. A crítica, conforme Foucault (2005), deve ocorrer como pesquisa histórica através dos acontecimentos que levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos e dizemos.

Contudo, para que se vá além de um sonho vazio de liberdade, Foucault (2005, p. 348) alerta que essa atitude deve ser experimental, ou seja, o trabalho com si mesmo deve abrir um domínio de pesquisas históricas e colocar-se à prova da realidade e da atualidade, para simultaneamente apreender os pontos em que a mudança é possível, desejável e para determinar a forma precisa para essa mudança,

o que quer dizer que essa ontologia histórica de nós mesmos deve desviar-se de todos esses projetos que pretendem ser globais e radicais. De fato, sabe-se pela experiência que a pretensão de escapar ao sistema da atualidade para oferecer programas de conjunto de uma outra sociedade, de um outro modo de pensar, de uma outra cultura, de uma outra visão do mundo apenas conseguiu reconduzir às mais perigosas tradições. Prefiro as transformações muito precisas que puderam ocorrer, há 20 anos, com um certo número de domínios que concernem a nossos modos de ser e de pensar, às relações de autoridade, às relações de sexos, à maneira pela qual percebemos a loucura ou a doença, prefiro essas transformações mesmo parciais, que foram feitas na correlação da análise histórica e da atitude prática, às promessas do novo homem que os piores sistemas políticos repetiram ao longo do século XX. Caracterizarei então o *êthos* filosófico próprio à antologia crítica de nós mesmos como uma prova histórico-prática dos limites que podemos transpor, portanto, como o nosso trabalho sobre nós mesmos como seres livres.

Ao relacionar tais considerações com a temática da presente pesquisa, é possível compreender que a posição que a mulher busca ocupar atualmente é fruto dessa ultrapassagem de acontecimentos históricos que a colocaram em tal posição. É por meio da crítica apresentada por Foucault (2005) que é possível tratar esses acontecimentos, bem como os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos. Essa crítica, de acordo com o teórico, parte do que nos fez ser o que somos, para a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos. Diante disso, percebemos discursivamente essa necessidade da mulher de buscar atingir um estado de maioridade, em razão de um esclarecimento em relação a suas condições no mundo: um exemplo do que falamos é um aparente crescente movimento de reflexão em relação ao próprio corpo, materializado por dizeres como *Meu corpo, minhas regras* disseminado em várias áreas da sociedade e que carrega novos modos de pensar sobre

nosso corpo no mundo. Trazendo mais para perto para a presente temática, podemos citar o enunciado *Eu luto contra a cultura do estupro*, que circulou em redes sociais e outros meios, bem como *Não é não!*.

1.2 UM CORPO QUE SE QUER DOMINAR

O machismo, o sexismo, parece manter a mulher em um estado de menoridade, por meio da força. Seja daquela em que há dispêndio de energia ou da que obedece a uma ordem simbólica, o corpo da mulher é tipo como objeto pertencente ao homem. Segundo Bourdieu (2005, p. 79), tudo concorre para fazer “da experiência feminina do corpo o limite da experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros”.

Antes disto, é preciso ter em conta que, para o sociólogo, o que o mundo social constrói são corpos como realidades sexuadas e ligados a questões sexualizantes. O autor discorre sobre a diferença entre os sexos biológicos, especificamente na diferença anatômica entre os órgãos sexuais, como justificativa para a diferença entre os gêneros que se construiu. O homem só é reconhecido como realmente homem dadas as características de virilidade, uma construção baseada na genitália masculina. Conforme Bourdieu (2005, p. 20-21),

compreende-se que o falo, sempre presente metaforicamente, mas muito raramente nomeado e nomeável, concentre todas as fantasias coletivas de potência fecundante. À maneira das filhoses ou da massa folhada, que se come no momento dos partos, das circuncisões, do nascer dos dentes, ele “cresce”, ou ele “se levanta”. O esquema ambíguo do *enchimento* é o princípio gerador dos ritos de fecundidade que, destinados a fazer crescer mimeticamente (o falo e o ventre da mulher), pelo recurso sobretudo a alimentos que inflam e fazem inflar, se impõem nos momentos em que a ação fecundadora da potência masculina deve se exercer, como nos casamentos – e também por ocasião do início das lavouras, tempo de uma ação homóloga de abertura e fecundação da terra.

A característica dos órgãos sexuais são, para o autor, produtos de uma construção segundo escolhas a partir da acentuação de diferenças e do “apagamento” de semelhanças. Conforme descobertas de Christine Pouchelle, citada por Bourdieu (2005), a vagina era representada, nas anotações de um cirurgião da Idade Média, como um pênis invertido, o que obedece a regras de oposições como ativo/passivo, cheio/vazio, duro/mole, princípio aplicado como medida de todas as coisas. Tais esquemas de percepção dos órgãos sexuais e dos atos sexuais se aplicam, de acordo com o Bourdieu (2005 p. 24-25), ao próprio corpo, “masculino

ou feminino, que tem seu alto e seu baixo – sendo a fronteira delimitada pela *cintura*, signo de clausura [...] e limite simbólico, pelo menos para a mulher, entre o puro e o impuro”.

Assim, a partir de um esquema que se ancora nas construções que diferenciam os órgãos sexuais, o corpo da mulher é construído como aquele que deve servir ao desejo do homem – Foucault (1982) mostra como na França do século XIX a diferenciação dos órgãos genitais pelo saber médico exercia poder sobre a vida das pessoas: uma pessoa hermafrodita/intersexual, Herculine Barbin, foi obrigada a assumir uma identidade masculina sem assim sentir-se porque seu sexo parecia-se mais com um pênis do que com uma vulva. Isso ratifica a noção de que os órgãos sexuais são socialmente construídos, assumindo “papéis” distintos. É como se fôssemos reduzidos a órgãos sexuais, porque na sociedade patriarcal essa característica física é o que define quem somos no mundo.

Retomando Bourdieu (2005), causa-nos inquietação a percepção do autor como sendo impressionante que praticamente não sejam encontradas justificativas da hierarquia sexual, embora cite o mito do nascimento da cevada em *Le sens pratique* e o mito sobre a posição homem e da mulher na relação sexual no trabalho de análise do modo como se impõe a força de ordem masculina. De todo modo, o autor defende que, a partir das construções sociais em torno das diferenças biológicas, a gosto androcêntrico, é que se deu a divisão no interior das casas, no trabalho, no mundo:

A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: *ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada* (BOURDIEU, 2005, p. 33).

Com base em sistemas já citados, as mulheres foram levadas a se vestir de modo diferente dos homens, a manter as pernas fechadas (a parte impura, abaixo da cintura), a abaixar o olhar (a parte alta, dos homens, que só eles podem explorar), a cuidar da casa e dos afazeres domésticos, sendo excluídas das tarefas consideradas nobres. Esses exemplos são efeitos do poder simbólico, que faz ver “a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (BOURDIEU, 2005, p. 47).

O autor crê, como é possível inferir, que tais esquemas não são eternos. Isso porque oferece evidências de que eles são construções incessantes de reprodução, portanto históricas, “para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (BOURDIEU, 2005, p. 47).

O entendimento da construção social da divisão dos corpos, segundo os estudos apresentados, baliza a compreensão de como se dão os processos que colocam a mulher em papéis secundários na sociedade atual e como um modelo que se pode ainda considerar patriarcal garante meios de continuidade.

Tendo em conta o exposto, o presente trabalho traz à discussão os estudos sobre o corpo realizados por Foucault, que aborda tal questão ao tratar o sujeito como construção histórica, que exerce sua função em um corpo. Calcados nesta visada, Prado Filho e Trisotto, 2008, citados por Lachi e Navarro (2012, p. 27), asseveram que “quando transportado para uma perspectiva que considera a história e a cultura, esse corpo deixa de ser natural e passa a ser encarado como construído”.

As discussões sobre o corpo devem considerar a questão do poder, que está sempre presente nas relações, segundo os estudos foucaultianos. Tais relações só são possíveis a partir de corpos que abrigam sujeitos. É como se não se pudesse determinar uma ordem do que vem antes entre corpo, sujeito ou poder. Em outra formulação, segundo compreensão presente em estudos de Lachi e Navarro (2012, p. 30), “o poder se exerce nas ações cotidianas, e é no cotidiano do corpo que ele estará presente”.

O corpo sempre está nas relações de poder. Os dispositivos disciplinares tratados nos estudos foucaultianos, e que são aprofundados em seção adiante, são caracterizados por espaços como a escola, o hospital, a prisão, que não fazem outra coisa com os corpos a não ser confiná-los e adestrá-los. Mas embora o poder visível se dê sobre corpos orgânicos (dos indivíduos), é sobre os corpos criativos (dos sujeitos) que a disciplina visa a instaurar transformações para tornar seu potencial disponível de várias formas.

Assim como as disciplinas, os discursos produzidos por meio de tais instituições determinam comportamentos e criam mecanismos de controle sobre os corpos e as identidades. Foucault fala disso em *História da sexualidade III* (1985), quando aborda a questão do silenciamento e da repressão ao discurso sobre a sexualidade – o debate é permitido somente por aqueles considerados autorizados a falar sobre, os detentores do saber erudito, quais sejam as áreas médica, jurídica, psiquiátrica e religiosa.

Embora tal repressão paire sobre todos os seres, o assunto sexualidade para as mulheres parece estar “mais proibido”. Não falamos sobre sexo e sexualidade porque aprendemos desde crianças a não tocar em assuntos como estes, principalmente na presença de homens. Não fomos ensinadas a descobrir o próprio corpo, mas, contraditoriamente, tivemos nossos corpos sexualizados e estampados em *outdoors* com mais frequência que os dos homens. Uma

discussão sobre a decisão da mulher de querer estar nesses espaços mereceria uma discussão à parte.

Nas conversas cotidianas a mulher que fala de sexo é comumente tida como “empoderada”, para ficar neste exemplo tido como aceitável, ou vulgar, oferecida, enquanto para o homem trata-se de tema corriqueiro. Em geral, no entanto, elas ainda parecem estar submetidas a uma força de ordem masculina, de que fala Bourdieu (2005).

Os termos mencionados pela autora vão ao encontro do que escreve Foucault ao longo de sua obra. Para o autor, o corpo em si é um acontecimento discursivo, porque é nele que as subjetivações resultantes de processos disciplinares, por exemplo, se manifestam em ações e discursivamente.

Pontuamos que o corpo, se é poder, também é resistência e escapa às engrenagens. Pensar o corpo, com base em estudos foucaultianos, em uma aproximação com noções estudadas pelos autores apresentados, possibilita também uma compreensão do corpo da mulher: corpo que existe sob um poder dominante; que é subjetivado por este mesmo poder; que é poder, porque está nas relações e porque mesmo em sua subjetividade encontra espaços para resistência, haja vista os feminismos.

Para nós, esse movimento tem a ver com o que estuda Gros (2018). Sobre resistir, o autor aborda a questão da desobediência, levando-nos a questionar os porquês da obediência. Assim, o propõe que sejam desenvolvidas formas do inaceitável, e a desobediência é apresentada como fundamental para que se estabeleça uma relação mais democrática. Obedecemos porque nos submetemos em uma relação de forças, mas também podemos nos rebelar contra a força que se sobrepuja nessa relação – eis a proposta de Kant trazida por Foucault (2005). Com base no esclarecimento de quem são no mundo, mulheres denunciam agressões com a consciência de que seus corpos não podem ser violados por ninguém, conquistam cargos de chefia ao compreenderem que são tão capazes quanto homens, ganham campos de futebol, decidem ter ou não filhos, optam por depilar-se ou não, casar-se ou não, em um fluxo contrário ao imposto pelo machismo. É nesse movimento que vemos inserida a resistência das mulheres contra os homens que tentam apoderar-se de seus corpos, dos grupos de mulheres contra o poder exercido por uma sociedade patriarcal.

1.3 ESTUPRO: UM INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por meio do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017), o Brasil registrou 49 mil casos de em 2016, contra 47

mil, em 2015. Não se sabe ao certo se os números aumentaram em razão de políticas que encorajam as mulheres a denunciar o estupro ou se, de fato, esse tipo de crime tem ocorrido com maior frequência. De todo modo, os dados possam ser ainda mais alarmantes, não fosse a constatada subnotificação – quando se fala em denúncias feitas por mulheres na apresentação dos dados, este trabalho se baseia em outra informação do Anuário: a vítima é preferencialmente mulher (85% a 88% dos casos). Em relação aos agressores, a estimativa é que em torno de 90% ou mais são homens.

“Crime de obrigar alguém a ter relações sexuais por meio de violência ou ameaça; violação”. Presente no dicionário Houaiss (2015, p. 426), essa é a definição de estupro, que na atual legislação brasileira consiste, conforme Artigo 213 do Código Penal, reformulado em 2009, em “constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Pelo texto, o ato contra vulnerável também caracteriza estupro. A pena prevista, se não houver agravantes, é de seis a dez anos de prisão. Uma das mais recentes novidades em torno deste crime é a Lei 13718/18, que diz sobre todos os crimes contra a liberdade sexual passarem a ser denunciados por ação penal pública incondicionada. Isso significa, na prática, que a ação contra crimes como estupro e assédio sexual não dependem mais da vontade da vítima para ocorrer.

Há elementos na história que mostram que o estupro é praticado como forma de dominação do homem sobre o ser mais frágil – mulheres e homens mais fracos – desde o período pré-histórico. Engels (2010), em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, escreve que a prática do estupro do macho humano contra a fêmea humana ou contra machos mais fracos era comum. O problema em discussão, aponta Campos (2016, p. 5), é que a prática perversa foi legitimada, a fim de que o patriarcado pudesse de manter:

Portanto, o problema nos assoma na medida em que essa perversão, no que diz respeito à prática do estupro, é legitimada pelos modelos sociais construídos e impostos pelos processos civilizatórios que têm como marco o início da história. É a legitimação de uma prática perversa através de sua normalização que inaugura, então, a sua “cultura”.

Como abordado anteriormente, no emprego da força nas relações humanas, confirma-se uma posição superior ao homem e uma sujeição da mulher. Assim, no estupro está imbricado o ato de impor controle e poder sobre o corpo da mulher, para que se atinja toda a mulher. Trata-se de um “comportamento sexual a serviços de necessidades não sexuais” (KOLODNY, MASTERS; JOHNSON, 1982, *apud* ANDRADE, 2005, p. 96).

Como mostra o historiador Georges Vigarello (1999), em sua obra documental *História do estupro: séculos XVI-XX*, no século 19 os estupros não eram julgados ou somados a estatísticas policiais, exceto em raras situações. Tratava-se de um crime inclusive “naturalizado” em regiões consideradas pouco desenvolvidas, como algumas aldeias e povoados. O autor exemplifica, com uma edição de 1829 de um jornal francês, como o estupro era encarado: o artigo dizia que em uma determinada região onde ocorrera o estupro o clima era ardente e o povo, ignorante.

A obra detalha um lento progresso ao longo de todo o período estudado pelo historiador, evidenciando que no século 20, que chegou ao seu fim dois anos após a publicação do livro, os juízes continuavam exigindo provas de violência categórica antes de proceder à condenação de estupradores.

O que relata o autor em seu estudo parece não ter ficado no passado. Em uma rápida pesquisa na internet é possível encontrar evidências de que nos sistemas judiciário, policial e político, que deveriam proteger as vítimas, ainda existem interpretações equivocadas e graves. Matéria publicada em 10 de maio de 2019 pelo jornal O Globo¹⁵, destaca o posicionamento de um deputado brasileiro contra um projeto sobre a cultura do estupro que, em sessão ordinária, defendeu a tese de que a roupa usada pela mulher é chamariz para o crime. De acordo com a publicação, ele afirmou que ao usar saínhas e decote, a mulher “sabe o risco que está correndo”.

Notícia publicada pelo UOL em 12 de março de 2019¹⁶ aborda a repercussão de uma sentença que absolveu dois homens em um caso de estupro, ocorrido na província italiana de Ancona, em 2017, porque a vítima foi considerada feia ou masculina demais para ter sido violentada.

Em outro texto, publicado no portal IG em novembro de 2018¹⁷, noticiou-se que uma calcinha de modelo fio dental foi apresentada como prova, aceita no julgamento, ocorrido na Irlanda, de que a mulher estuproada estava disposta a ter sexo. O júri inocentou o acusado depois que uma advogada dele exibiu a peça no tribunal, o que também gerou protestos no país.

A condução das investigações acerca do estupro coletivo contra a jovem de 16 anos no Rio de Janeiro, em 2016, é mais uma evidência de que no Brasil ainda ocorre o que Vigarello

¹⁵ PARA deputado, roupa é chamariz para estupros: ‘você sabe o risco que está correndo’. **O Globo**. 12 mai. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/para-deputado-roupa-chamariz-para-estupros-voce-sabe-risco-que-esta-correndo-1-23655705>. Acesso em: 14 mai. 2019.

¹⁶ DOIS homens são absolvidos de estupro por tribunal considerar vítima ‘feia’. **Universa**. São Paulo, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/12/homens-sao-absolvidos-de-estupro-por-tribunal-considerar-vitima-feia-demais.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

¹⁷ CALCINHA fio dental é aceita como prova de que vítima de estupro desejava sexo. **IG**. São Paulo, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2018-11-15/estupro-irlanda-calcinha-fio-dental.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

(1999) documentou dos séculos passados. Material publicado pelo portal Metrôpoles em 30 de maio de 2016¹⁸ noticia as declarações do delegado da Polícia Civil responsável pelo caso colocando em dúvida a versão da vítima, dadas em uma entrevista concedida ao programa televisivo Fantástico: “Laudo vai contrariar senso comum” e “não há vestígios de sangue” foram algumas das frases ditas por ele a respeito de exames feitos na jovem dias após a violência, a fim de contrariar o conteúdo do vídeo em que a vítima tem o corpo tocado pelos agressores.

O silenciamento histórico identificado por Vigarello (1999) inclui um processo de mudança que caminhou com as transformações ocorridas na sociedade francesa, que passou a considerar a vítima de estupro como sujeito, não mais como posse – em certa época, o estupro feria a honra do marido, da família. Por muitos anos a vítima também era considerada pecadora, junto ao agressor, pelo ato do estupro. Isso se evidencia pelos questionamentos encontrados em documentos sobre o desejo ou não da mulher de prosseguir ao ato sexual, com a requisição de provas que constatassem a violência, como marcas físicas visíveis e com testemunhas.

Houve um deslocamento da vergonha moral para o trauma individual a respeito do crime que, conforme pontua Vigarello (1999, p. 10-11, tradução nossa), “ao atentar contra o corpo, atenta contra a parte mais incorpórea da pessoa”. E o estuprador passou a ser visto mais como um ser retardado do que criminoso, assim perfazendo o estupro como um ato que deveria ser abordado não sob a ótica criminal.

Conforme Vigarello (1999, p. 316, tradução nossa), há duas concepções distintas sobre o crime que parecem ser consoantes à visão de estupro presente neste tempo:

o fim do século XIX marca um momento chave na história do estupro: a definição do crime, que tem claramente em conta a violência física e a violência moral, especificando a chantagem, a ameaça ou a surpresa, está consolidada por décadas; o nascimento de uma psicologia e o interesse mais preciso pelo indivíduo, a seu livre-arbítrio e seu desejo, iniciam algumas diferenças cruciais da atualidade: como a que existe entre o estupro de um adulto e o estupro de uma criança, entre as perversões, entre responsabilidade e irresponsabilidade.

Embora, não seja possível confrontar diretamente a atualidade com os séculos passados, como aponta Vigarello (1999), e que tenha havido mudança na interpretação do crime – que sempre foi punido na sociedade – com o passar dos séculos, persiste a prática de comprovação de violência física, o que, em certos casos, coloca em suspenso a declaração da vítima – de

¹⁸ EUGÊNEA, Maria. Estupro coletivo: “Laudo vai contrariar senso comum”, diz delegado. **Metrôpoles**. 30 mai. 2016. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/estupro-coletivo-laudo-vai-contrariar-senso-comum-diz-delegado>. Acesso em: 12 abr. 2017.

acordo com Croce; Croce Júnior (2012), no Manual de Medicina Legal, há aspectos utilizados para a comprovação de violência sexual, embora pondere que, segundo a legislação atual, o estupro pode não deixar marcas físicas.

Conforme estudos da historiadora Joelma Silva (2013), os discursos das/nas instituições, como igrejas, universidades e forças armadas mantêm a diferença entre homens e mulheres, fortalecendo os primeiros com relação à virilidade, o que estaria na base de uma “pressão” para que o homem imponha seu papel de dominador¹⁹.

Ao resgatar estudos de Brownmiller (1975) e Porter (1992), o especialista em políticas sociais Nolasco-Silva (2006, p. 19) destaca que alguns saberes sobre o estupro parecem ser mantidos, em certa medida, porque o crime sexual tem servido como instrumento para controlar o feminino transgressor, partindo da premissa de que “através dos papéis sexuais internalizados, uma psicologia de massa teria sido formada para encorajar o estupro”, isso em razão das cobranças por virilidade e atuação sexual, que em uma possível assimilação extrema de seus deveres o homem se tornaria um estuprador potencial. Nolasco-Silva (2006) ainda expõe uma contraposição a um ponto de vista que discorda do estupro como sendo um crime político. Para o autor,

a violência sexual é para ele [Shorter] uma ofensa moral, um ato de liberação libidinosa, um veículo de superação da frustração sexual criada pelas comunidades altamente repressivas do passado pré-industrial. Como prova desse argumento ele cita que os índices de estupro declinaram no século XIX, ao mesmo tempo em que o processo de industrialização se acelerava, possibilitando uma mudança nos hábitos que levou a uma maior ‘permissividade’ social. Diminuindo a frustração, reduziu-se o estupro. (NOLASCO-SILVA, 2006, p. 20).

Apoiando-se no que diz Porter (1992), Nolasco-Silva (2006) destaca que, ao presumir que a sexualidade masculina é constante e ligada a um comportamento ultramecanicista, no qual impulsos sexuais poderiam encontrar alívio à força ou de forma consensual, a compreensão de Shorter poderia ser considerada equivocada.

Para Porter (1992), tão político pode ser considerado o ato do estupro que suas marcas só são deixadas na história quando a violência chega a ir a julgamento, estando todo crime que não chega a tal instância relegado ao esquecimento, “como um evento marginal, uma catástrofe particular, sem dúvida, mas uma catástrofe de pouco significado histórico [...]” (PORTER,

¹⁹ BERNER, Vanessa Batista; MELINO, Heloisa. O necessário enfrentamento ao machismo nas universidades – Vanessa Berner e Heloísa Melino. **Revista Cult**. 26 jul. 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-necessario-enfrentamento-ao-machismo-nas-universidades-vanessa-berner-e-heloisa-melino/>. Acesso em: 10 mai. 2019.

1992, p. 207). Segundo Saffioti (2004, p. 17), o estupro significa romper com “qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”, o que também insere o ato em um contexto político.

Inquieta saber que mesmo no tratamento legal aos casos de estupro as mulheres são novamente agredidas de forma verbal. É comum que sejam perguntadas a mulheres, nos mais diversos ambientes, se vão ou se saíram sozinhas, se determinada roupa não é provocante demais, se vai viajar sem o marido. Nas salas das delegacias, a abordagem parte desses questionamentos e colocam a vítima em posição de humilhação. Como mostram Pimentel; Schritzmeyer; Pandjarian (1998, p. 27),

na esfera policial, esta ambigüidade revela-se desde o momento da notícia do crime, quando quase sempre a mulher é encarada com extrema suspeição, configurando-se uma inversão da sua condição de vítima em ré. E não apenas na esfera policial isto ocorre. Estudos demonstram haver discursos desrespeitosos à vítima também no interior dos processos.

Isso demonstra como o patriarcado está nas entranhas da sociedade, desencorajando as mulheres justamente quando elas se rebelam. Silva (2013) sustenta a defesa de que mesmo que as mulheres alcancem notoriedade e autoridade, elas não conseguiriam se equiparar aos homens. Não por sua capacidade, mas em razão da estrutura do patriarcado. A única forma de fazer cair a soberania masculina seria justamente atingir as estruturas patriarcais como, por exemplo, tomando para si o domínio do próprio corpo.

Diante disso, podemos dizer que há na nossa sociedade, práticas que podem gerar a naturalização do estupro, as quais são calcadas no discurso patriarcal de domínio sobre o corpo da mulher. Quer dizer, sob a visão machista e hiperssexualizada da mulher, se a mesma usa roupas que fazem parte de um imaginário dos machos algozes, quando eles cometem a atrocidade do estupro entende-se como algo “natural”. Não é incomum ouvirmos – tanto de homens como de mulheres – justificativas de que os homens possuem impulsos sexuais mais aflorados do que as mulheres, por isso elas é que devem se reservar.

Cabe aqui, portanto, uma discussão sobre a “cultura do estupro”. Segundo Sousa (2017, p. 13), a cultura do estupro pode ser definida como o “conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual”. Nesse sentido, o termo “cultura” estaria empregado como sendo um conjunto de padrões de comportamento, e não como uma forma de manter tradições, concepções, na acepção positiva da palavra.

Consideramos ser pertinente a reflexão do uso da palavra cultura no enunciado “cultura do estupro”. Para a filósofa Marcia Tiburi (2016), cultura pode ser entendida como algo natural,

sendo que o que é natural é tratado como verdadeiro, não podendo ser questionado. Assim, quando se fala da cultura da violência, da cultura machista, sinaliza-se para a saída da ideologia da natureza. Assim, seria retirada a máscara da cultura.

Já a pesquisadora Dayane Késia Alves da Silva (2018) admite o uso do termo cultura nesse contexto. Para a autora, que investigou discursos sobre estupro em Petrolina, no estado de Pernambuco, a negação de uma cultura do estupro está ligada ao fato de as “pessoas não se reconhecerem seres culturais e que nas relações interpessoais desenvolvem hábitos para sua convivência” (SILVA, 2018, p. 21). A jornalista assevera que é assim, exatamente, “que foi agregado o termo cultura, ao hábito que a sociedade machista tem em impor o poder dos homens sobre os corpos das mulheres” (SILVA, 2018, p. 21).

De acordo com Silva (2018), o termo cultura do estupro nasceu nos Estados Unidos, em razão do surgimento de uma nova ordem social, nos anos 1970, que colocou em questionamento um crime bárbaro como o estupro, mostrando, contudo, que essa violência ainda é cercada de estigmas em nossa sociedade. Podemos atestar isso pelos silêncios que “ouvimos” quando contamos sobre a temática do presente trabalho às pessoas no emprego, na família, nos grupos de amigos. Somos olhados de canto de olho, como se nossa causa fosse supérflua ou estivéssemos acessando um mundo em que é melhor não entrar, para manter as tradições.

No decorrer da obra, Silva (2018) destaca elementos que compõem o que entende por cultura do estupro. O machismo, por exemplo, é apontado como o sistema de “representações simbólicas que mistifica as relações de exploração, dominação e sujeição entre um homem e uma mulher” (SILVA, 2018, p. 23). A isso, a pesquisadora soma o fato de as mulheres terem sido caladas na história, e, sob essa perspectiva, quando se fala só existe violência e não relação de poder.

A jornalista afirma que a cultura do estupro é aquela que culpa as mulheres pela violência sofrida, o que ela demonstra com depoimentos de vítimas e de estupradores que, muitas vezes, atribuíram as violações ao comportamento da mulher. Em um caso que despertou nossa atenção, descrito por meio de uma entrevista com um estuprador identificado como Júpiter, o criminoso acusa a roupa usada pela vítima, que fazia uma caminhada em um parque, como razão para tê-la estuprado, no entanto, não conseguiu descrever as peças porque nem se lembrava, deixando espaço para que entendamos que essa não foi a motivação. Justificativas distintas foram apontadas por outros agressores entrevistados como razão para o ato, o que corrobora para se desfazer a ideia de que o estupro seja provocado com base nas vestes das mulheres.

Compreendemos cultura como sendo os hábitos de uma determinada sociedade. Se no meio e que vivemos existem mecanismos que fazem com que as mulheres sejam culpadas pela violência sexual sofrida, que julgam se uma mulher merece ou não ser estuprada pela roupa que veste, que encorajam os homens a usufruírem dos corpos femininos como se fossem objetos, acreditamos haver uma cultura de estupro que precisa ser contida. Mesmo porque entendemos que algumas mulheres já buscam outro *status* na sociedade e saem do lugar de vítima, justamente se rebelando ao tomarem atitudes reprovadas pelo machismo, mas que conferem a elas autonomia.

Nesse sentido, Moura (2015) problematiza movimentos de proteção às mulheres, como se elas fossem seres incapazes de defesa e reféns dos perigos alardeados pela sociedade por meio do discurso e pelo não-discurso. Aqui, lembramos de “mecanismos” de proteção criados como vagões de trens específicos para mulheres, paradas de ônibus distintas a cada dia somente para mulheres, a recomendação para não sair desacompanha (de um homem!), alas de shows exclusivamente femininas. Moura (2015, p. 180) afirma que

sob o pretexto da proteção, as mulheres passam a ser definidas unicamente como estupráveis e, já que as categorias “homem” e “mulher” são relacionais e antagônicas, conseqüentemente homens são definidos unicamente como estupradores. Não se quer dizer que a subordinação feminina não existe ou que ela não se aplica em conflitos – o privilégio masculino não é onírico. O questionamento posto é o seguinte: é salutar que o mundo defina essas mulheres somente como vítimas? A essencialização teoricamente justificável pelo perigo das circunstâncias não seria uma mutilação de nossas possibilidades discursivas?

Destarte, questionamos se essas estratégias de proteção não fariam parte de uma cultura do estupro. Partimos, então, ao entendimento de como o conceito de cultura do estupro vem sendo construído. É preciso ter em conta que, segundo Foucault (2008a), os conceitos podem se opor, não formam uma linha contínua. Por isso, os variados entendimentos sobre o uso do termo “cultura” para acompanhar a descrição de um ato que, embora naturalizado por alguns, é considerado crime.

Foucault (2008a) mostra que é preciso descrever um campo enunciativo para, então, partir para análise dos conceitos. Entendemos que o uso de cultura, em cultura do estupro, não enuncia algo *a ser* cultuado, mas algo que *é* cultuado na atualidade. Com base na obra do filósofo, consideramos que os conceitos se modificam conforme as regras de disposição dos enunciados inseridos em uma história natural. Diante disso, a palavra cultura não está colada ao sentido constante nos dicionários, mas ao que vem sendo formado conforme as condições e

possibilidade existentes em nossa sociedade, como a emergência de movimentos que fazem resistência à violação da mulher por meio do sexo e outras formas de subordinação.

1.3.1 SEXUALIDADE E ESTUPRO EM DISCUSSÃO

Com o objetivo de se propor uma reflexão sobre a concepção do estupro e sobre o que se discute sobre tal violência, propomo-nos a refletir sobre uma polêmica que envolveu Foucault e movimentos feministas, em razão de uma resposta dada pelo filósofo em uma entrevista em que defende que a punição para o estupro não deveria ser uma questão de sexualidade, mas uma questão de violência física, já que não se trata de prazer, mas de domínio. Até este ponto, não notamos controvérsia ao que vem sendo apontado neste trabalho, considerando que o ato do estupro está ligado ao desejo de dominar e não ao desejo sexual. No entanto, trechos da entrevista do filósofo serão descritos, como os selecionados a seguir:

pode-se sempre produzir o discurso teórico que equivale a dizer: em qualquer caso, a sexualidade não pode, em circunstância alguma, ser objeto de punição. *E quando se pune um estupro, deve-se punir a violência física e nada além disso.* E dizer que não é nada mais que um ato de agressão: que não há diferença, em princípio, entre enfiar o punho no rosto de alguém ou o pênis de alguém em seu sexo... [E] aqui estão os problemas [se quisermos dizer que o estupro é mais sério do que um soco na cara], porque o que estamos dizendo é o seguinte: a sexualidade como tal, no corpo, tem um lugar preponderante, o órgão sexual não é como uma mão, cabelo ou um nariz. Por isso, tem que ser protegido, cercado, investido em qualquer caso com legislação que não seja pertinente ao resto do corpo... Não é uma questão de sexualidade, é a violência física que seria punida, sem trazer o fato de que a sexualidade estava envolvida (FOUCAULT *apud* PEREIRA, 2018, p. 39, grifos da autora)²⁰.

Ressalta-se, antes de prosseguir, que para Foucault (2014, p. 158), “alguns atos como o estupro não devem ser permitidos”. O autor faz a referida afirmação em uma entrevista em que a homossexualidade está em debate, fazendo uma diferenciação entre liberdade de escolha sexual e liberdade do ato sexual, o que, de certa forma, pode ser aplicado também às relações heterossexuais.

Retomando a questão do estupro como violência física para Foucault, inferimos que, para o filósofo, a questão da punição para o ato do estupro não poderia levar em conta um caráter sexual, isso porque houve na história um processo de sexualização do corpo. Quer dizer,

²⁰ A entrevista original concedida por Foucault está em *Enfermement, psychiatrie, prison*. Michel Foucault, Dits Ecrits tome III, texte n°209. Disponível em: <http://libertaire.free.fr/MFoucault207.html>. Acesso em: 30 mar. 2019.

considerando um corpo não sexualizado, um soco no rosto ou a violência cujo pênis é um dos instrumentos não seriam diferentes e, portanto, deveriam ser punidos segundo uma mesma legislação. Assim, a questão foucaultiana parece ser acerca de em que momento na história os corpos foram sexualizados.

No entendimento de Pereira (2018, p. 39), a proposta foucaultiana é “dessexualizar” o estupro. Compreendemos tal pensamento na medida em que pensamos a partir da perspectiva da punição para o ato: só o fato de existir punição específica, versada no Art. 213 do Código Penal, temos que em nossa sociedade o estupro é considerado diferente de outros tipos de violência. Por esse motivo, se para Foucault (1977 *apud* Pereira 2018) não deveria haver distinção, nosso Código Penal estaria equivocado. Para Henderson (2007 *apud* Pereira 2018), Foucault ignora os significados sociais e políticos que já são atribuídos aos genitais e que os corpos não são superfícies neutras, porque para o filósofo francês os corpos seriam entidades.

Uma questão, contudo, não pode ser deixada de lado: a discussão de Foucault se dá sobre a sexualidade e não sobre o sexo. Vejamos que no primeiro volume da *História da sexualidade*, Foucault (2010) nos mostra que as sexualidades são construídas socialmente, o que nos leva a compreender, lateralmente, o corpo não como entidade, mas sim como um envoltório de uma existência real, de uma sexualidade. Também em *O diário de um hermafrodita*, Foucault (1982) nos possibilita a leitura de que não compreende o corpo como entidade.

O autor prefacia a obra com o subtítulo *O verdadeiro sexo*, introduzindo a revelação do relato de Herculine Barbin, jovem que viveu na França do século XIX. Herculine fora registrada como menina no nascimento, tendo sido obrigada a viver como homem depois de uma série de confissões e consultas médicas. Juridicamente, o sexo de Herculine fora considerado predominantemente masculino pela presença de um falo, não propriamente um pênis, mas ela se reconhecia mulher. Tamanha a pressão para assumir uma identidade que não era a sua, a jovem encontrou no suicídio uma saída para seu sofrimento.

Do movimento que faz Foucault (1982) ao trazer à luz a história de Herculine, depreendemos que, para ele, novamente o corpo aqui pode ser compreendido como couraça que compõe, mas que não define isoladamente o sujeito. Assim, a sexualidade parece-nos ser mais que só o corpo, o que não elimina a reflexão sobre uma diferenciação entre o crime de estupro e os demais tipos de violência.

Com Faleiros (2003), o entendimento é de que o crime de estupro ocorre para a dominação da mulher enquanto ser que é posse do homem, o que foi institucionalizado ao longo dos séculos. Aqui estamos falando de sexo, este cercado inevitavelmente do tema sexualidade.

Por esse posicionamento, o crime torna-se específico de gênero, quando há imposição da autoridade por meio do sexo.

O autoritarismo, o machismo e os preconceitos se manifestam nas relações afetivas e na sexualidade e definem as relações de poder existentes no cotidiano das famílias. [...] Esse tipo de violência sexual, principalmente a cometida por familiares ou conhecidos, é uma relação de força imposta através de silêncios, segredos, cumplicidade e sedução. Esses pactos de silêncio, mantidos por familiares, amigos, vizinhos, comunidades e profissionais, acobertam situações de abusos sexuais desqualificando revelações verbais das vítimas, negando evidências e sinais, em nome de fidelidades, interesses de diversas ordens, medos, sigilos profissionais e de justiça. Silêncios, sigilos e pactos esses que vêm servindo para ocultar a frequência e a extensão do fenômeno da violência sexual (FALEIROS, 2003, p. 19).

Assim vivem mulheres há séculos, numa manutenção do que podemos inferir que fora apontado por Foucault em algumas de suas obras, como a *História da sexualidade II, o uso dos prazeres* (1984). Nesse estudo, Foucault investiga como a atividade sexual dos sujeitos foi constituída como um problema moral, ou seja, para o domínio dos prazeres e controle dos sujeitos, nos permitindo constatar que a questão hierárquica na família e na sociedade coloca a mulher sempre em papel de sujeição.

O filósofo evidencia que os homens tinham nas cortesãs sua fonte de prazer, nas concubinas o “afago” diário e nas esposas, mulher para gerar descendentes e cuidar do lar. Nesse esquema, fica marcada a diferença de papéis entre homens e mulheres. Se de um lado a mulher só podia ter relações sexuais com o marido, para o homem o prazer sexual estava atrelado a relações extraconjugais. Para o homem, havia algumas poucas obrigações com a vida de casado, era preciso modificar algo do comportamento em relação ao período de solteiro. Para a mulher, restava cumprir a obrigação de receptáculo das sementes da família que se pretendia maior.

Reforça a ideia de que a mulher era vista de forma distinta e inferior ao homem o modo de tratamento dado para o adultério. Relações fora do casamento só eram encaradas como infração se fossem praticadas por mulheres. Compreendemos aqui o cerceamento da liberdade sexual da mulher em oposição à liberação para o homem, embora o sistema tenha sido moldado para o controle dos sujeitos e da sociedade.

Finkelhor (1980), em um estudo sobre abuso de menores, mostra que o estupro é a maneira como os homens, como grupo dominante, exercem o controle sobre a mulher. É porque a sexualidade é impregnada de honra que é possível fazer do estupro um instrumento capaz de atingir a mulher em seu foro mais íntimo.

Foucault (1984), ao tratar sobre a virgindade, mostra que morava aí e no matrimônio a virtude da mulher. O autor acusa que o que marca os tempos de moralidade sobre os prazeres sexuais é a mulher e a relação com a mulher, sob os temas da virgindade, de conduta moral dentro do casamento ou do comportamento diante das relações entre os pares, no caso, homem e mulher, do matrimônio.

Chegará o dia em que o paradigma utilizado mais frequentemente para ilustrar a virtude sexual será o da mulher ou da jovem que se defende contra os avanços daquele que tem todo o poder sobre ela; a salvaguarda da pureza e da virgindade, a fidelidade aos compromissos e aos votos constituirão, então, a prova típica da virtude. Essa figura não é, certamente, desconhecida na Antiguidade; mas parece claramente que o homem, o chefe, o senhor capaz de controlar seu próprio apetite no momento em que seu poder sobre outrem lhe fornece a possibilidade de usá-lo à vontade, representa melhor, para o pensamento grego, um modelo daquilo que é, na sua própria natureza, a virtude de temperança (FOUCAULT, 1984, p. 76).

Parece-nos que, atualmente, embora a questão da virgindade feminina seja tratada sob novas perspectivas um tanto diferentes, com a expansão dos direitos das mulheres, como apontado em capítulo anterior, a figura do sujeito mulher que merece respeito ainda está ligada ao matrimônio ou à pureza, afinal os comportamentos sexuais femininos ainda são mais fortemente observados e controlados do que os dos homens. Assim, entendemos que quando ocorre um estupro, esse seja para tirar da mulher os valores que o homem supõe que ela preserve, impondo-se como dominador.

Assim, há um crime específico de gênero, em que há imposição da autoridade por meio da sexualidade. Ou seja, trata-se de um crime muito específico.

Para manter este controle, os homens necessitam um veículo por meio do qual a mulher possa ser castigada, posta em ordem, socializada dentro de uma categoria subordinada. A vitimização sexual e sua ameaça são úteis para manter intimidada a mulher. Inevitavelmente o processo começa na infância com a vitimização da menina (FINKELHOR, 1980, p. 65).

Diante do exposto, surgem questionamentos: ao longo dos séculos, diversas práticas resultaram na sexualização do corpo e, mais especificamente, de partes do corpo. Se o crime de estupro atinge justamente essas partes do corpo, como considerar a dessexualização do estupro? Seria preciso fazer um movimento contrário, no sentido de dessexualizar o corpo? Se o crime visa a ferir por meio do sexo, não seria, então, um crime de natureza sexual? O estuprador, sabendo que as pessoas protegem seus sexos, empreendendo um cuidado maior do que para

outras partes do corpo, não estaria deliberadamente tentando atingir algo que fere mais que um soco no rosto e, por isso, mereceria punição específica? O agressor, ao ser atingido pela exigência de uma virilidade masculina, não agiria afetado pelo dispositivo da sexualidade? Como postulado por Foucault (1984), a mulher aparece em um dispositivo de aliança, e esses questionamentos podem nos levar a reflexões para pensarmos nos movimentos que mobilizam lugares de fala: o da mulher, o do lugar de submissão, o do homem, do lugar de domínio.

A descoberta do corpo como alvo do poder é outro ponto presente na obra de Foucault que merece atenção. Para o filósofo, o corpo que pode ser submetido pode ser considerado dócil, inserido em uma relação de poder. De acordo com Campos (2016), haveria no estupro um método para subjugação do corpo para destruir não ele, mas o sujeito. Dito de outro modo, haveria no estupro uma relação não entre dois sujeitos, mas entre um sujeito e um corpo.

De toda a obra de Foucault sobre o corpo, compreendemos que, na dominação do corpo, não há outra relação que não a de poder. “Concordamos com Foucault quanto à denominação, mas não consideramos que *in casu* [com relação ao estupro], sequer há uma relação, pois, um dos pressupostos para que a mesma ocorra é que ela se dê entre dois sujeitos e não entre um sujeito e um objeto” (CAMPOS, 2016, p. 10).

De acordo com Pereira (2018, p. 40), “enquanto Foucault acreditava que os corpos violados estivessem desconectados do contexto em que o estupro ocorre, feministas argumentavam que somente num mundo idealizado (sem as materialidades de gênero)” os órgãos genitais poderiam ser entendidos apenas como mais uma parte do corpo. Segundo Henderson (2007 *apud* Pereira 2018, p. 40) “ao definir o estupro como um ataque, ele efetivamente o coloca sob a rubrica de violência sujeito-sujeito. Como tal, as mulheres são reposicionadas como sujeitos iguais em uma briga”. A autora pontua que a argumentação de Foucault sobre o ato ser sexualizado não considera que o corpo em questão é naturalizado. Ainda conforme Henderson (2007 *apud* Pereira, 2018, p. 40), “Foucault sugere que a resistência ao poder disciplinar está localizada dentro dos próprios corpos que o poder está trabalhando para suprimir”. A autora continua apontando para “[...] a noção de resistência em uma teoria feminista da prevenção do estupro oferece um reposicionamento crítico: ela localiza um ponto de possível resistência no corpo das mulheres”.

Tomando por base o acontecimento que motiva essa pesquisa, como pensar a questão da resistência por parte de uma jovem dopada e estuprada? Ela não pôde fazer movimentos de resistências aos 33 agressores, mas de subjugação. Se considerarmos a premissa segundo a qual onde já poder, há resistência, neste caso podemos dizer que a jovem esteve em situação de submissão. Isso porque os agressores exerceram um poder que não possibilitou resistência.

Pode ser isso o que ocorre com a maioria das mulheres, subjugadas que estão a esse poder exercido sobre elas de diversas formas. Com isso, consideramos que somente quando elas conseguem sair de uma relação em que os homens a subjugam, é que começamos a ver movimentos de resistência. Tais movimentos podem ser observados em denúncias, entrevistas, em organizações de mulheres etc.

Ao explicar o entendimento de Foucault, Pereira (2018, p. 40) cita três pilares encontrados na própria teoria do autor. “a) a de que o poder produz [saberes], b) a de que a sexualidade (e o sexo) é desnaturalizada e c) o corpo sofre os efeitos do poder disciplinar”. Desta forma, a autora compreende que se provaria a tese foucaultiana da colocação de um objeto em discurso, o que, por sua vez, é o que permite que se façam reflexões sobre o crime e sobre a concepção do ato.

Como dito antes, tais questionamentos e apontamentos são propostos, nesta pesquisa, não para que se chegue a uma definição do crime de estupro nem para se estabelecer o modo como tal crime deveria ser punido, mas para que se provoque uma reflexão sobre o ato e, em que medida, as possíveis compreensões sobre o estupro contra a mulher aparecem em enunciados que abordam o crime.

Sem definir, portanto, como o ato do estupro deve ser concebido, tampouco desconsiderando a gravidade e brutalidade do crime, nesta pesquisa e buscando apoio em uma hipótese elaborada por Pereira (2018), entendemos que talvez, sem a sombra da sexualidade, que, de determinado ponto de vista tornou principalmente os corpos femininos objetos inseridos em relações de poder, as mulheres passem a ser vistas como vítimas e não como culpadas pela agressão sofrida, porque seu “ser sexual” é mais provocador do que o do agressor.

2 CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA NA INVESTIGAÇÃO DE SABERES SOBRE A MULHER ESTUPRADA

A partir das discussões propostas, é possível recuperar na memória saberes que vêm sendo formados dentro e fora de uma ordem simbólica sobre a relação homem-mulher e sobre a mulher. Saberes que são materializados por meio de discursos sociais que circulam de diferentes maneiras. Mas como tais saberes são constituídos? O que faz com que determinados discursos sobre o tema entrem em circulação? Os Estudos do Texto e do Discurso possibilitam examinar enunciados, perfazendo uma determinada representação do sujeito do discurso, neste caso, a mulher estuprada, ao que surge a seguinte questão: quem é o sujeito mulher estuprada nos enunciados da mídia jornalística on-line?

Estudos críticos sobre a sociedade contemporânea encontram na perspectiva discursiva da linguagem incontáveis possibilidades para seu desenvolvimento a partir de materialidades textuais. A fim de se estabelecer uma relação com o tempo presente, revisita-se, no trabalho de examinar escritos, falas, pinturas, melodias, o que é próprio de uma investigação nesse campo, lugares, períodos, costumes, para se alcançar as marcas da história e da sociedade que esses e outros discursos carregam em sua espessura material.

A linha discursiva de estudo, que emergiu a partir de olhares críticos sobre discursos políticos na França, na década de 1960, tem em Michel Foucault um de seus expoentes. O filósofo francês voltou sua atenção ao funcionamento do saber e do poder regendo as relações, iluminando principalmente os sujeitos tidos como excluídos. Em sua obra, levantou questões sobre a loucura, a psiquiatria, a prisão, a sexualidade, realizando profundas análises, as quais, além de relevante material filosófico, deixaram referências teórico-metodológicas que “autorizam” novas articulações de estudos que delas se utilizem, como é o caso desta pesquisa.

Em *A arqueologia do saber* (2008a), marco da primeira das três fases de toda a obra do autor, conforme divisão feita para fins de estudo, Foucault nos oferece aparato fundamental ao processo de análise de condições de possibilidade saberes. Esse eixo de seu trabalho é justamente fundamentado na descontinuidade do saber, entendido não como sendo um privilégio de poucos, tampouco objeto de domínio de alguns em uma escala hierárquica.

Ancorados na obra foucaultiana e em estudos realizados por seus comentadores, neste capítulo abordamos pontos que envolvem um processo de descrição de enunciados, buscando no arquivo elementos para esse exercício. Tais elementos podem ser encontrados não na estrutura de um enunciado, também não no acontecimento que pressupõe um enunciado, mas no limite do discurso, que é constituído, por sua vez, de práticas discursivas.

Em sua intensa dedicação ao explicar a arqueologia, Foucault (2008a) mostra com clareza o que deve estar no cerne de um estudo de natureza arqueológica. Recuperando a argumentação presente em sua obra *As palavras e as coisas*, o autor defende que a tarefa de descrição consista em tratar os discursos como práticas que formam, de modo sistemático, o objeto de que falam. Segundo esse autor,

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis aos atos da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e é preciso descrever (FOUCAULT, 2008a, p. 55)

Definindo os discursos como práticas encontradas no arquivo, Foucault (2008a) deixa evidente que o interesse não está na forma ou na origem do enunciado, portanto, não se busca um resultado, uma conclusão, em um trabalho de análise. O “mais” de que fala o autor pode ser descrito por meio da compreensão das condições de possibilidade de enunciados, das condições de aparecimento e das relações que se modificam ao longo dos tempos. Assim, se apresenta o tecido de enunciados que carregam em si relações entre saber e poder de uma sociedade em dado tempo e lugar.

Considerando que um saber toma forma na materialização de práticas discursivas e que aquilo que pode ser ou não dito está relacionado ao objeto do discurso, descrever as condições de existência de um enunciado, que traz um saber, passa pela reunião de enunciados outros que apresentam uma regularidade em meio a uma dispersão de enunciados, caracterizada pela “especificidade de uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2008a, p. 61). É na relação de um enunciado com outros que um saber aparece, porque é dessa relação que se pode partir para um processo de sua descrição.

A compreensão de como se constitui uma prática discursiva se dá em paralelo à apreensão do propósito da análise arqueológica, o que significa, com base em Foucault (2008), problematizar condições históricas, sociais, geográficas, políticas, econômicas e culturais que fazem com que irrompam acontecimentos discursivos. Levando em conta a leitura que Dreyfus e Rabinow (1995, p. 50) fazem do filósofo francês, as práticas discursivas, ou atos discursivos, “ganham sua autonomia depois de serem aprovados numa espécie de teste institucional, como regras de argumento dialético, interrogatório inquisitório, ou confirmação empírica”.

Foucault (2008a) entende o sujeito enunciativo como aquele que pode utilizar determinado ato de enunciar segundo regras, a depender de parâmetros como o lugar que ocupa, o que envolve uma vastidão de elementos históricos, culturais, econômicos e outros constitutivos desse lugar. Nesse processo discursivo, há limites que possibilitam que seja o

mesmo seja ou não materializado e de determinado modo. Em outras palavras, o que dada ciência faz circular sobre determinado conhecimento, por exemplo, implica regras de dizer que se configuram em práticas discursivas. É a partir disso que conseguimos compreender a prática discursiva conceituada por Foucault (2008a, p. 133) como sendo “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Na *Arqueologia*, Foucault (2008a) explica as práticas discursivas ao adiantar proposições que estão no centro da discussão. Primeiro, diz que a demarcação de formações discursivas mostra o nível do enunciado, em procedimentos que podem se realizar em vice-versa. Depois, reforçando que um enunciado pertence a uma formação discursiva, “como uma frase pertence a um texto” (FOUCAULT, 2008a, p. 133), escreve que a regularidade dos enunciados é definida pela formação discursiva. Em outros termos, enunciados que se enquadram em uma série discursiva pertencem a uma mesma formação discursiva, que não devem ser confundidas como condições de possibilidade, mas compreendidas como “lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência” (FOUCAULT, 2008a, p. 133).

Foucault (2008a, p. 133) ainda propõe a definição de discurso, com base em um conjunto de enunciados “na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história”. Por último, procede à definição de prática discursiva:

finalmente, o que se chama "prática discursiva" pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a "competência" de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2008a, p. 133-134).

Disso, podemos depreender que existe uma prática discursiva jornalística, porque é uma área com determinadas condições de exercício de sua função enunciativa, sempre impregnada de ares de ‘verdade’. Como técnica, o jornalismo se vale de sua pretensa isenção para anunciar todo assunto como coisa, utilizando para isso recursos como títulos chamativos e linguagem objetiva acerca de objetos de que fala. A prática discursiva sobre o objeto enunciado, contendo

aquilo que pode ou não ser dito em determinada época, articula-se, portanto, a outras práticas: econômicas, culturais e, entre outros, técnicas, como a de ordem jornalística, com características próprias desse tipo de atividade e que estão presentes no processo que dá forma ao saber que se exercita, que pode ser localizado em uma historicidade.

A descrição de enunciados jornalísticos acerca do caso do estupro coletivo, apresentado como marco para a seleção do *corpus* na introdução deste trabalho, requer a consideração de emergências discursivas a partir de condições históricas que se relacionam com o momento de seu surgimento, a fim de que se possa desvelar possibilidades para sua existência e, mais que isso, um dado discurso sobre o alvo do ato violento. Embora os jornais falem sobre o estupro contra a mulher já há certo tempo, que na história cronológica não foi possível identificar para este trabalho, o modo como a mulher estuprada aparece em enunciados que surgiram em um recorte temporal mostram um determinado saber sobre ela.

2.1 ACONTECIMENTO: DA PERSPECTIVA HISTÓRICA À DISCURSIVA

Conforme já anunciamos, no final de maio de 2016, o Brasil tomava conhecimento de um estupro coletivo que ocorrera em uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro, no dia 21 do mesmo mês. A garota de 16 anos, alvo dos estupradores, contou à polícia que mais de 30 homens participaram da violência, inclusive seu namorado, enquanto ela estava dopada sobre um colchão na casa dele. Um vídeo, em que a jovem tem as partes íntimas tocadas enquanto está desacordada, já circulava em plataformas como o WhatsApp quando a queixa foi registrada, isso depois de um representante do Ministério Público levar o caso às autoridades. No áudio, é possível ouvir um dos presentes dizendo “mais de 30 engravidou”, em referência à letra de uma música.

O crime foi amplamente divulgado pela mídia, que explorou à exaustão a informação de que mais de 30 homens cometeram o ato; de que alguns dos participantes questionaram a versão da vítima; de que o crime ocorreu após a garota ter participado de um baile funk na favela; de que a queixa foi registrada quatro dias após o estupro; de que a garota retornou à casa do então namorado para recuperar um celular; de que um laudo apontou resultado negativo para violência; de que a garota já tinha um filho; de que a condução do caso exigiu troca de delegado por posturas consideradas inadequadas. Até seção “perguntas e respostas” foi elaborada e publicada pelos jornais que cobriram o ocorrido.

Dada a repercussão, famosos e anônimos se manifestaram. Autoridades como a presidenta Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer, no comando do país

interinamente à época do crime, se pronunciaram. Houve reuniões entre autoridades para a discussão de políticas públicas em torno da violência sexual contra mulheres. Milhares de usuários da rede social Facebook aderiram a um filtro de foto com os dizeres “Eu luto pelo fim da cultura do estupro”, gerando um debate sobre a existência ou não de uma cultura, entendida como hábitos que são cultivados, favorável ao estupro.

Com os estudos de Possenti (2009), sob a égide foucaultiana, inferimos que podem ser considerados acontecimentos discursivos “eventos” como uma grande manifestação, um manifesto, movimentação sobre determinados temas, ocorrências em torno das quais se organiza um arquivo, ou seja, aquilo que passa a ser dito e pode ser recuperado, com data e local, que é retomado ou repetido. Paralelamente a isso, surgem outros discursos em torno do caso trazido à discussão neste trabalho: o comportamento feminino; sexualidade; assédio sexual; tratamento a vítimas de violência sexual; culpabilização da vítima; políticas públicas etc.

Todas as vezes em que ocorre um caso de estupro, recuperam-se discursos que atualizam o ocorrido como novo acontecimento de ordem histórica e discursiva. Como argumenta Possenti (2009), compreendemos ser possível apreender as discursividades e verificar nessa teia a condução de práticas e de dispositivos. É preciso destacar que o que a mídia faz, especialmente a jornalística, que interessa a este trabalho, é impor fatos como históricos. Contudo, de acordo com postulados de Deleuze (1990), o acontecimento não diz mais do que dele se diz, o que vai ao encontro do trabalho da arqueologia, que abre caminho para que se enxergue uma história do presente.

Desse modo, pretendemos mostrar que de acontecimento histórico, o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro caracteriza também um acontecimento discursivo. Para isso, foram selecionados enunciados sobre crimes de estupro que aconteceram desde então, sobre os quais se volta nosso esforço em levantar as condições de existência de tais materialidades, em que há formas de objetivação da mulher estuprada.

Ao falarem dos modos de olhar por meio de câmeras de aparelhos celulares, tomando como objeto de análise o vídeo de um sujeito suicida postado no Youtube, Milanez e Prata (2015) nos deixam alguns caminhos para a compreensão do espaço de circulação dos saberes. Sobre as matérias que abordam o sujeito mulher estuprada e recortadas para esta pesquisa, o espaço de circulação de saberes são as *fanpages*, que remeteram os leitores para os materiais nos sites, e os próprios sites.

Milanez e Prata (2015, p. 46) provocam problematizações sobre o jogo do olhar de câmeras, sobre como produções específicas e semelhantes mostram olhares diferentes para a

morte, sobre cenários, constatando que “o espaço digital, portanto, se evidenciará como um lugar de dispersão, de diversas linguagens, de heterogeneidade na rede de informações *online*”.

Primeiro, consideramos as condições de possibilidade para a circulação da notícia acerca do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro. Quase exatamente um ano antes, em 27 maio de 2015, um crime de estupro estremeceu a população da cidade de Castelo do Piauí, a 190 quilômetros de Teresina. De acordo com o G1 (2015), quatro adolescentes foram estupradas, espancadas e amarradas após serem rendidas por cinco homens. Foi um dos casos de estupro coletivo de grande repercussão no país, que havia lidado com notícias sobre a prática desse tipo de crime também na Índia. Em 2012, foi noticiado por veículos de comunicação brasileiros – e no mundo todo – a morte de uma indiana estudante de medicina, de 23 anos, após ser estuprada por um grupo de homens, conforme mostra matéria da BBC (2016). Depois de ser violentada por aproximadamente uma hora, a jovem foi jogada de um ônibus em movimento em Nova Déli.

Em 2016, ano em que a adolescente fora estuprada no Rio de Janeiro, o Brasil vivia um complexo momento político, que culminou no *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, encerrado em 31 de agosto de 2016. Nessa mesma atmosfera, já geravam polêmica, dois anos antes, os posicionamentos do então deputado federal e atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, a respeito do crime de estupro. Ele disse, em 2014, que a deputada federal Maria do Rosário não mereceria ser estuprada, pois era feia – o processo só foi resolvido neste ano com a determinação judicial para que ele se retratasse publicamente e indenizasse a deputada por danos morais²¹.

Paralelamente, os jornais digitais exploravam o uso da rede social Facebook para o compartilhamento de matérias, a fim de elevar a audiência de seus sites. A rapidez de disseminação e a credibilidade que ganha uma notícia quanto mais for compartilhada, gerando mais repercussão (KOOPMANS, 2014), foram e são razões pelas quais os jornais e qualquer interessado em audiência na internet recorrem a publicações em redes sociais. Nesse sentido, Koopmans (2004) escreve que é necessário tirar as pessoas da zona de conforto, do seu estado de conformidade com as situações. Para que se alcance o maior número de usuários na rede, portanto, é preciso que o conteúdo seja ousado, provocativo ou até polêmico. Pontuamos que a prática de compartilhamentos de jornalísticos nas redes sociais passa por mudanças desde 2018,

²¹GUERRA, Rayanderson. Justiça determina que Bolsonaro pague indenização a Maria do Rosário em até 15 dias. **O Globo**. Rio de Janeiro. 25 mai. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/justica-determina-que-bolsonaro-pague-indenizacao-maria-do-rosario-em-ate-15-dias-23689618>. Acesso em: 16 jun. 2019.

quando o algoritmo da rede social passou a privilegiar conteúdos de interação social. A Folha de São Paulo chegou a abandonar a atividade na rede, mantendo a *fanpage* apenas com publicações antigas²².

A nosso ver, esses são elementos que compõem um campo de possibilidades de enunciação sobre o estupro coletivo e, conseqüentemente, para outras notícias sobre estupro que foram publicadas por diversos portais até março de 2019. É constituído, assim, um campo heterogêneo de informações, ao mesmo tempo com elementos para o controle do que pode ou não ser dito.

Milanez e Prata (2015, p. 53) abordam a distribuição temporal do conteúdo, em específico da circulação dos vídeos do suicídio no Youtube, “certos de que essa periodização não seria jamais aleatória, pois ao tomarmos essa produção audiovisual como um acontecimento, observamos a exigência de uma condição que a emplasasse em um tempo”.

Retomamos o entendimento de Foucault (2008a) em torno do conceito do acontecimento, o que nos permite elevar os enunciados sobre o estupro coletivo ao patamar de acontecimentos discursivos.

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas conseqüências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem ou o seguem (FOUCAULT, 2008a, p. 31-22).

A seleção de enunciados em torno do acontecimento discursivo, neste trabalho, levou em conta a constituição de séries de enunciados, conforme estipulado por Foucault (2008a). Para o autor, a constituição das séries enunciativas depende de algumas etapas.

[...] definir para cada uma [das séries] seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além

²² FOLHA deixa de publicar conteúdo no Facebook. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 fev. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/folha-deixa-de-publicar-conteudo-no-facebook.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

disso, descrever as relações entre as diferentes séries, ou “quadros”: daí a multiplicação do estratos, seu desligamento, a especificidade do tempo e das cronologias que lhes são próprias; daí a necessidade de distinguir não mais apenas acontecimentos importantes (com uma longa cadeia de consequências) e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente [...]; daí a possibilidade de fazer com que apareçam séries com limites amplos, constituídas de acontecimentos raros ou de acontecimentos repetitivos (FOUCAULT, 2008a, p. 8-9).

Os materiais selecionados para a análise constituem uma série enunciativa por reunirem elementos que, ao se relacionarem, apresentam uma mesma função enunciativa sobre o estupro contra a mulher. Em outros termos, entre as notícias e reportagens recortadas há regularidades discursivas que produzem sentido sobre o acontecimento, resignificando-o na história, de acordo com a perspectiva foucaultiana. Conforme Sargentini (2004, p. 86),

[...] é preciso renunciar à crença de que seja possível chegar à irrupção de um acontecimento verdadeiro, pois jamais seria possível ao homem dele reapoderar-se integralmente – e, conseqüentemente, de si mesmo. Nessa concepção passa-se a tratar o acontecimento no jogo de sua instância, na pontualidade em que aparece e em sua dispersão temporal.

Sob a concepção de uma história geral, que difere da história global, contínua e cronológica, as séries são pensadas na relação com acontecimentos discursivos enquanto parte de um sistema de outras séries. O movimento de encontrar regularidades em meio à dispersão de enunciados é que permite identificar séries enunciativas, no interior de um domínio de coexistência, lugar onde se exerce a função enunciativa. (FOUCAULT, 2008a). Ainda segundo o autor, “as regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de codificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2008a, p. 43).

Deste modo, reforçamos a explicação de Foucault (2008a, p. 11) sobre os procedimentos necessários à formação de uma série discursiva.

O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é de determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que “séries de séries” – ou, em outros termos, que “quadros” – é possível constituir.

Para Foucault (2008a), uma sequência de elementos linguísticos só caracteriza um enunciado – o que deve ser comum a enunciados de uma série – se estiver no interior de um campo enunciativo em que apareça como único.

Com base em estudos sobre a obra foucaultiana, Voss e Navarro (2013) argumentam que não existe um acontecimento que origina os outros, mas acontecimentos em coexistência, bem como os enunciados sempre podem ser recuperados e nem sempre estão ligados entre si por uma ordem contínua e cronológica, porque coexistem com outros enunciados:

(1) verificamos que não se pode analisar uma série de enunciados buscando a pura continuidade que os embala, pois não existe *um* acontecimento original que dá existência a todos os outros; (2) como se trata de uma série de enunciados, os acontecimentos não podem ser analisados somente segundo sua singularidade, mas na relação de coexistência com outros acontecimentos (VOSS; NAVARRO, 2013, p. 100).

Isso porque Foucault (2008a) traz o enunciado na relação com outros, sendo que um sempre recupera outro, fazendo aparecer e reaparecer saberes que são postos em circulação. Ainda sobre as séries, com Foucault (2008a, p.112) é possível analisar as relações entre os elementos discursivos do *corpus*, “sem que se tome por tema o próprio campo enunciativo, isto é, o domínio de coexistência em que se exerce a função enunciativa [...] na medida em que [as relações] se desenrolem em um campo enunciativo”.

Como apontamos na introdução desta pesquisa, pré-selecionamos para este trabalho 50 notícias sobre casos de estupro desde o ocorrido no Rio de Janeiro, em 2016, até março de 2019, sendo estas escolhidas segundo o tema e a audiência na rede em que foram postadas. Primeiro, o recorte forma uma grande série (de todas as matérias) segundo regularidades no plano do dito. Depois, articulamos as regularidades enquanto repetição de nível enunciativo. Chegamos ao número de 19.

Para trazer o enunciado sobre o caso do estupro coletivo considerado como acontecimento, selecionamos a primeira matéria sobre o assunto a ter circulado na internet que pudemos encontrar – utilizamos o Google como recurso de busca. Esse texto não compõe o *corpus* de análise, mas foi utilizado para demonstrações de articulação teórica em capítulo anterior ao dedicado à análise. Em outros termos, partimos de um enunciado cujo tema gerou grande repercussão e selecionamos outros enunciados formulados desde então para a composição de uma série, esta inserida em um arquivo que não pode ser delimitado, mas que fornece, em seu sistema, elementos para uma análise da atualidade.

Nesta pesquisa consideramos o que defende Serrani (1988) sobre o trabalho da análise do discurso. A autora argumenta que ao contrário de outras áreas da ciência, que exigem grande quantidade de dados para se proceder a um estudo, na análise do discurso “a exaustividade extencional torna-se incoerente, na medida em que todo discurso se estabelece sobre um discurso anterior, apontando para um outro” (SERRANI, 1988, p. 60). O que existe, ainda com a autora, é um processo discursivo, que permite recortes e análises de diferentes estados.

Ressaltamos que estão identificados nesta pesquisa os portais jornalísticos que produziram os enunciados, com a finalidade de que se possa discutir com mais profundidade as relações de saber/poder, em se tratando de sujeito e não de indivíduo, que estão na base das condições de possibilidade envolvidas no processo de uma objetivação discursiva da mulher estuprada.

2.2 A TAREFA DA DESCRIÇÃO DOS ENUNCIADOS

Distante da questão gramatical da língua, na qual a definição de enunciado passa pela noção de frase, de proposição e de ato de fala, Foucault (2008a) diz que os critérios que possibilitam a definição de uma proposição, a diferenciação de algumas ou várias delas, sob uma dada formulação, a exemplo de uma frase, não servem para o trabalho de descrição de um enunciado.

Debruçando-se sobre a obra foucaultina, Gregolin (2004) reforça que a estrutura linguística canônica permite que se encontre elementos que constituem uma frase, mas que ao mesmo tempo podem limitar um enunciado, enquanto um enunciado sequer depende de uma frase para que exista.

Foucault (2008a) também afasta a noção de enunciado dos atos de fala. Para ele, o ato de fala não é aquilo que ocorreu antes da produção do enunciado, também não é algo que possa produzir posteriormente ao enunciado. Trata-se daquilo que “se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas” (FOUCAULT, 2008a).

Foucault avança em relação ao entendimento do que é enunciado, não encerrando sua explicação em um paralelo com os atos de fala. O autor argumenta que é possível identificar enunciados sem estrutura proposicional genuína, bem como enunciados que não configuram uma frase, além de mais enunciados do que atos de fala que possam ser isolados. A língua, como escreve Foucault (2008a, p. 96) seria apenas um “sistema de construção para enunciados possíveis”. É como se

[...] o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas figuras; como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos; mas como se, por isso mesmo, ele recusasse toda possibilidade de descrição. E isso se acentua na medida em que não se vê bem em que nível situá-lo, nem por que método abordá-lo [...] (FOUCAULT, 2008a, p. 95).

Tendo o enunciado independência, é impossível que se trace para ele uma estrutura específica. Conforme questiona Fischer (2004, p. 220), como realizar o trabalho de analisar o “enunciado que, por sua vez, não existe a não ser no emaranhado de práticas discursivas e não-discursivas, práticas de saber e relações de poder, práticas inseparáveis da relação entre o sujeito, a verdade e a constituição da experiência (de si)?”.

É preciso considerar que o que interessa para Foucault não é encontrar, ao final, a natureza de um enunciado, mas sim que se faça uma análise daquilo “que uma época pôde constituir como objeto para um saber no nível discursivo” (ARAÚJO, 2000, p. 61). É por isso que nas formulações *Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: ‘socorro’* (G1, 2018) – Anexo 2, p. 125 e *Jovem liga para amiga durante estupro e criminoso é preso* (R7, 2018) – Anexo 11, p. 137, que intitulam duas das notícias examinadas no capítulo de análise, identificamos, a princípio, regras que pareçam lógicas, mas que, no entanto, não se pode considerar que pertençam a um mesmo grupo, sendo necessário que se examinem outros parâmetros concernentes ao enunciado.

Foucault (2008a, p. 98) nega que o enunciado seja um conjunto de relações entre diversos elementos, ao que se denomina estrutura, mas é uma “função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou intuição, se eles “fazem sentido ou não”, segundo regras. Trata-se de uma função que atravessa domínios de estruturas, fazendo-as aparecer na materialidade.

Ao explicar a função enunciativa, Foucault (2008a) deixa claro que nem toda formulação pode ser considerada um enunciado. Uma série de signos, como uma frase, uma música, um cartaz, só se torna enunciado na medida em que estabeleça relação “específica que se refira a ela mesma – e não à sua causa, nem a seus elementos” (FOUCAULT, 2008a, p. 100). Essa relação que uma série de signos precisa apresentar com algo que pode lhe ser semelhante ou idêntico, conforme Foucault (2008a), pode ser descrita se for possível identificar quatro elementos: referencial, posição do sujeito, domínio associado e existência material. Só assim é possível traçar o modo como elementos múltiplos tornam-se enunciado. Conforme Gregolin

(2004, p. 26-27), “entre o enunciado e o que ele enuncia [...] há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela história, que envolve a própria materialidade do enunciado”.

O referencial é a propriedade que determina as condições de possibilidade e de existência de um dado enunciado. Foucault (2008a) argumenta que essa propriedade não é um conjunto de coisas, de realidades ou de seres, mas sim de regras de existência para o objeto enunciado e para as relações também presentes em dada formulação. Conforme o autor, o “referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 103). No caso das formulações trazidas para este trabalho, consideramos que o referencial forma lugar, condição, campo de emergência e instância de diferenciação a partir de uma sociedade que encontra suas bases no patriarcado.

A posição do sujeito é outra das propriedades que deve ser levada em conta no enquadramento de uma materialidade na qual pode ser identificada uma função enunciativa. Um enunciado deve apresentar uma relação isolada com o sujeito, que é seu produtor – não se deve confundir o sujeito enunciado com o sujeito enunciador, que podem ou não ser distintos ou idênticos a depender da formulação. Não há, na verdade, um sujeito enunciador, mas o que pode ser chamado, com Foucault (2008a), de instância produtora de um enunciado ou instância de enunciação, que é caracterizada pelo que o autor chama de posição do sujeito.

Conforme escreve Foucault (2008a), a posição do sujeito é lugar vazio e determinado, que pode ser ocupado por indivíduos diferentes. Adiante, apontamos para algumas das possíveis posições dos sujeitos ocupadas pelos veículos no momento da enunciação dos textos sobre os casos de estupro, sempre possíveis de serem mais de uma ao mesmo tempo, em razão da multiplicidade de condições de possibilidade e de existência.

Se uma proposição, uma frase, um Conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque houve, um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição do sujeito (FOUCAULT, 2008a, p. 108)

Desta forma, compreendemos, conforme a argumentação do autor, que o processo descritivo de um enunciado requer o estabelecimento de uma posição que pode/deve ser ocupada por um indivíduo para ser seu sujeito produtor. Exemplificando, na formulação *‘Estupro está provado’, diz delegada sobre caso no Rio; suspeitos são presos’* (FOLHA DE

SÃO PAULO, 2016d) – Anexo 8, p. 133, a posição do sujeito do enunciador é marcada como aquela do sujeito que se isenta da informação, ao valer-se da voz de uma autoridade para atestar a informação. O recurso é comumente utilizado no jornalismo em algumas ocasiões, especialmente as polêmicas, para que o veículo de comunicação ou jornalista não tome o papel de validar ou não o que diz uma vítima, um acusado, uma autoridade. É possível que, no mesmo título, em um deslizamento da posição do sujeito que, em certa medida, se opõe à descrita anteriormente, se identifique aquela do sujeito defensor da vítima, por reforçar, com a voz de uma autoridade, a afirmação daquela vítima.

Outra característica da função enunciativa descrita por Foucault (2008a), o domínio associado dá conta da relação de um enunciado com outros. Isso quer dizer que uma formulação não pode ser analisada livremente, independente de outras frases ou proposições. Para Foucault (2008a, p. 110), “não basta dizer uma frase [...] para que haja enunciado –, para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente”. Como colocamos, no campo jornalístico é comum a utilização dos verbos declarativos precedidos das aspas de um entrevistado para que se tente manter uma característica desejável ao jornalismo, que é a isenção, isso também em títulos, em que se deseja chamar a atenção para uma informação sem que se crie a responsabilidade da verdade. Segundo Gregolin (1995, p. 19), “nas notícias de jornal, é comum que o enunciador procure construir um efeito de objetividade e, para isso, mantém a enunciação afastada do discurso, como garantia de sua “imparcialidade” – matérias sobre outros temas trazem formulações semelhantes: “*É este acordo ou Brexit pode não acontecer*”, diz presidente da Comissão Europeia²³; “*A natação no Brasil está muito chata*”, afirma Cesar Cielo²⁴.

Por isso, ele tem um fazer persuasivo e o enunciatário tem um fazer interpretativo. Há um contrato de veridicção entre enunciador e enunciatário. Por isso, o enunciador constrói no discurso todo um dispositivo veridictório, espalha marcas que devem ser encontradas e interpretadas pelo enunciatário. Nessas marcas estão embutidas as imagens de ambos (os seus sistemas de crenças, as imagens recíprocas etc.). São estratégias discursivas, por exemplo, a implicação e/ou a explicitação de conteúdos, que constroem o texto por meio de pressupostos e de subentendidos. Segundo Ducrot (1977; 1987), os subentendidos são um recurso utilizado para que possamos “dizer sem dizer”,

²³ ‘É esse acordo ou Brexit pode não acontecer’. **G1**, 10 mar. 2019. em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/11/e-este-acordo-ou-brexit-pode-nao-acontecer-diz-presidente-da-comissao-europeia.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2019.

²⁴ MENDES, Felipe Rosa. ‘A natação no Brasil está muito chata’, diz Cesar Cielo. **O Estado de São Paulo**, 11 mar. 2019. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,a-natacao-no-brasil-esta-muito-chata-afirma-cesar-cielo,70002750503>. Acesso em: 28 mar. 2019.

para que possamos afirmar algo sem assumir a responsabilidade de termos dito (GREGOLIN, 1995, p. 20).

Do que o filósofo denomina como domínio associado, compreendemos um campo enunciativo em que um enunciado, invariavelmente, faz parte de uma série impossível de ser delimitada, sendo único e, ao mesmo tempo, apoiando-se em outros, afinal, “tem as margens sempre povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2008a, p. 110). É preciso que se verifique haver confluência entre os enunciados, por isso o trabalho de análise do discurso deve se ocupar de verificar uma série de formulações. Esse trabalho implica em considerar que o enunciado “se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*” (FOUCAULT, 2008a, p. 111).

A última característica da função enunciativa estabelecida por Foucault (2008a) dá conta da existência material do enunciado, ora, os aspectos de que fala o autor só podem ser investigados a partir da análise de uma materialidade, meio pelo qual pode haver algo aqui e agora. Desta forma, compreendemos a noção de que a espessura material não é mero meio para a existência de um enunciado, mas é também sua parte constituinte, ou seja, tem a ver com a sua identidade.

Segundo Foucault (2008a), não se pode considerar como sendo o mesmo enunciado uma mesma formulação feita por um romancista em seu dia a dia que posteriormente é colocada sob a voz de uma personagem em um livro. Por esse motivo, o regime de materialidade sob o qual estão os enunciados está mais ligado a uma instituição do que localização. Além disso, a identidade de um enunciado também está submetida à existência material de outros enunciados coexistentes.

Retornando ao conceito de enunciado, Voss e Navarro (2013) mostram que o enunciado se torna acontecimento em função de sua materialização; caracteriza-se como acontecimento porque cria uma memória; pode reaparecer em mais enunciações; está vinculado a um domínio de coexistência, em uma relação com enunciados anteriores ou que surgiram depois, até mesmo em sua consequência.

Seguindo uma sequência sobre o que é preciso para se realizar a tarefa de análise, foram expostas as propriedades da função enunciativa, que conferem a uma formulação a característica de enunciado. Para a evolução desse trabalho, que implica na descrição dos enunciados, há que se levar em conta, ainda, a formação discursiva, que, de acordo com Foucault (2008a), garante que a análise obedeça a uma organização. Trata-se de uma forma de evitar lacunas, porque centra-se a descrição do enunciado em sua especificidade. A descrição

das formações remete a uma comparação com movimentos de classificação, em que se separam ou se aproximam grupos de enunciados. Como explica o autor, quando for possível apontar um sistema de dispersão e uma regularidade entre os objetos e temas, apresenta-se aí uma formação discursiva. Sistema de dispersão que pode ser compreendido como um conjunto de enunciados que não estão ligados entre si por uma unidade, mas que obedecem a uma regra de formação.

A partir da compreensão apresentada, Foucault (2008a, p. 132) chamará de discurso, a exemplo do discurso médico, clínico, econômico, “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. Assim, o discurso pode caracterizar-se como uma dispersão que encontra na formação discursiva, regida por regras de formação, uma regularidade.

2.3 ARQUIVO: O LUGAR DE COEXISTÊNCIA DOS ENUNCIADOS

Retomando o que escreve Foucault (2008a) sobre as propriedades que caracterizam um enunciado, Milanez (2006, p. 31) comenta que este não pode ser encarado como sendo uma unidade isolada, mas sim como “uma função que cruzará domínio de estruturas e de unidades possíveis, fazendo aparecer conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. O autor reforça que no processo de análise é preciso considerar que “um enunciado tem sempre um sujeito, uma existência material, e está sempre povoado de outros enunciados, isto é, há uma relação do enunciado com a série de formulações com as quais ele coexiste” (MILANEZ, 2006, p. 31), o que atesta sua historicidade.

Assim, os enunciados em análise neste trabalho são postos em relação com outros que os margeiam e que podem ser recuperados em razão das noções de acontecimento discursivo e de formação discursiva, formada dentro de um arquivo, conceitos imprescindíveis para se pensar o trabalho da arqueologia.

Essa relação se dá no interior de um arquivo, definido por Foucault (2008a, p. 147) como “sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)”. A todos esses sistemas de enunciados, em que acontecimentos ficam de um lado e as coisas de outro, o autor propõe que se chame arquivo.

O conceito de arquivo está entrelaçado ao de enunciado, na medida em que ambos são interdependentes, sendo um molecular (enunciado) e o outro, amplo (arquivo), como elabora

Gregolin (2004) ao estudar o capítulo da *Arqueologia do saber*, que leva justamente o título *O enunciado e o arquivo*.

Sargentini (2004, p. 88) mostra que, para Foucault, há estabelecido entre o conceito de arquivo e o sistema de enunciabilidade, um vínculo imediato, o que não quer dizer que o autor proponha uma análise “aplainada dos textos para buscar regularidades e relações; ao contrário, considera o valor do arquivo [...] na especificidade de cada texto, na representatividade que este sinaliza no arquivo”. A proposta de Foucault é de uma análise que descreva discursos como práticas inseridas em um arquivo, não um arquivo que é organizado cronologicamente, com tudo o que já foi dito, mas formado por um “conjunto de regiões heterogêneas de enunciados produzidos por práticas discursivas irreduzíveis” (MARANDIN, 1979, *apud* SARGENTINI, 2004, p. 88).

O arquivo, então, segundo Foucault (2008a, p. 147), não é como aquele físico que acumula documentos empoeirados, mas é um sistema que define “sua enunciabilidade” e é o “sistema de seu funcionamento”. O autor explica que:

o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; [...] é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o sistema de seu funcionamento; [define] uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação; [...] faz aparecer as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados (FOUCAULT, 2008a, p.147-148).

É o arquivo, assim, um sistema que rege sobre o que pode ou não ser dito, dando “condições que propiciaram o aparecimento de um determinado enunciado e não outro em seu lugar” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 111), mas que está sempre em uma relação com outros.

Para demonstrar a tarefa da descrição de enunciados na relação com outros, retomando o conceito de enunciado, recorreremos a indagações que levam a pensar as condições de possibilidade definidas a partir do conceito de “referencial”. Segundo Scott (1995) a mulher vem sendo subjugada ao homem há milhares de anos, em um sistema que parece ter garantia de manutenção. Elas podem votar, podem ser candidatas a cargos públicos, podem ocupar a

cadeira da presidência de uma grande empresa. Mas a conquista de direitos tem alterado a ordem simbólica das relações?

É em um arquivo sobre sexualidade que estão inseridos os enunciados que trazem o sujeito mulher estuprada. Interlocutor de Foucault, Bourdieu (2005), conforme apontado, defende que a dominação dos homens sobre as mulheres, do masculino sobre o feminino, exerce função de violência simbólica que perdura ao longo dos anos. Compreendemos, do que cunhou o autor como violência simbólica, um poder que impõe significações, impondo-as como neutras e legítimas, mascarando as relações de força e seus sustentáculos.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2005, p. 18).

Considerando a mulher vista como um ser dominado pelo homem e que pelo ato sexual este impõe seu poder, como no caso de um estupro, trazemos à reflexão alguns enunciados em que a mulher aparece em situação de desvantagem perante o homem. Alguns desses enunciados, como cita Bourdieu (2005), são os místicos, em que o ser masculino surge como o portador da semente e, portanto, deus do progresso, não podendo a mulher ter controle sobre isso. Neste momento, lançamos mão de outros que remetem à ordem religiosa a título de demonstração de aplicação da teoria, o que é aprofundado no capítulo de análise. Aqui, o texto bíblico de que Eva deixa-se seduzir pela serpente, sendo culpada pelas terríveis consequências que ainda hoje assolam a humanidade, é um exemplo de enunciado em que a mulher aparece em desvantagem.

Disse o homem: **“Foi a mulher que me deste por companheira que me deu o fruto da árvore, e eu comi”** [...] O senhor Deus perguntou então à mulher: o que foi que você fez? Respondeu a mulher: **“A serpente me enganou, e eu comi”** (BÍBLIA, 2012, 3:12-13, p. 6, grifos nossos).

O excerto bíblico, na relação com um dos enunciados sobre o acontecimento no Rio de Janeiro, permite que demonstremos a aplicação da teoria e método discurso para uma leitura mais aprofundada do tema estupro. Na matéria sobre o estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, encontramos elementos que podem configurar a recuperação de tal enunciado.

Reiteramos que, segundo Foucault (2008a), não se pode falar qualquer coisa em qualquer época, que as relações discursivas não estão no discurso nem fora dele, mas no seu limite, e há um conjunto de regras que são parte de uma prática.

No texto *Polícia apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts* (G1, 2016), portanto, identificamos a predominância da voz passiva para a mulher que é o alvo do estupro, em seu trecho principal, que antecede um intertítulo.

A Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática do Rio **investiga um estupro coletivo de uma jovem**, por cerca de 30 homens, e a divulgação de imagens do crime em redes sociais.

A polícia informou ao G1 nesta quarta-feira (25), que **dois homens que postaram imagens que seriam da vítima logo após o estupro, com a menina nua e desacordada em uma cama**, já foram identificados – os nomes não foram revelados. Um deles mora em Santa Cruz, na Zona Oeste, onde ocorreu o crime, e o outro vive na Cidade de Deus, também na Zona Oeste.

Os policiais tentam agora identificar quem é o homem que tirou uma foto próximo às nádegas da vítima. A jovem ainda não foi identificada pela polícia.

As imagens postadas tinham vários comentários agressivos a respeito do crime e que ainda faziam piada com a situação. Alguns autores das postagens deletaram os perfis na internet.

Também nas redes sociais, diversas pessoas ficaram indignadas com a divulgação do material de estupro na internet. Muitas delas se mobilizaram para denunciar os suspeitos (G1, 2016, grifos nossos).

Os enunciados trazidos à discussão não se assemelham somente pelo uso da voz passiva exclusivamente destinada à mulher; não se parecem exatamente quanto à condenação expressa da mulher; são separados por milênios de anos; foram redigidos por indivíduos que ocuparam posições do sujeito diferentes; e não ocupam hoje o mesmo lugar de circulação, ou seja, a mesma espessura material: a leitura de um, se dá em contexto religioso, a de outro, não. Onde está, então, a relação entre os enunciados? De que forma se entrecruzam e dão, um ao outro, condições para sua existência?

De acordo com Bourdieu (2005), a divisão entre os sexos está inserida em um sistema de oposições homólogas, a exemplo de alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, seco/úmido, duro/mole etc. É possível identificar o mesmo esquema quando se analisa o texto bíblico, com a oposição impenitência/culpa, e o publicado pelo G1, com a noção ativo/passivo: na matéria, é dada a voz passiva à garota violentada enquanto que as autoridades policiais, os autores e os leitores ganham, em algum momento, a voz ativa; no texto bíblico, a mulher é apontada como pecadora e responsável por conduzir o homem ao pecado.

A forma de construção da materialidade jornalística opondo ativo/passivo está presente tanto na voz do sujeito da frase quanto na noção do próprio ato do estupro, em que há domínio de um sobre o outro, configurando um sistema de oposição estuprador/estuprada. Na construção bíblica, o mesmo sistema de oposição pode ser identificado, como descrito anteriormente (impenitência/culpa). Sob essa perspectiva, a mulher ocupa sempre o lugar da desvantagem na relação, algo naturalizado em uma sociedade androcêntrica.

Com o apoio do sociólogo, é possível identificar o mesmo movimento de oposição nos enunciados, mas para que se faça a descrição das práticas discursivas, com o objetivo de levantar as condições de existência de ambos, aplicamos a arqueologia de Foucault (2008a). Tendo em conta que um enunciado só pode ser analisado considerando-se determinada sociedade, dessa associação entre os textos depreendemos que, em primeiro lugar, está em funcionamento uma sociedade em que ainda impera a diferença entre os gêneros masculino e feminino, em uma relação em que o poder é predominantemente masculino. É a própria objetivação da mulher passiva, culpada e indigna presente nas práticas discursivas que torna possível a existência de outros enunciados em que essas mesmas práticas e outras se fazem presentes.

Por essas e outras razões que apresentamos no decorrer da pesquisa, podemos verificar que o trabalho arqueológico funciona como um canal para acessar uma historicidade. Ora, é possível que se date e se analise um saber que vai sendo escavado em temporalidades diversas, ou seja, em uma história cronológica, mas aquela em que os saberes emergem discursivamente a partir de condições de existência legitimadoras.

Como elabora Foucault (2008a, p.61), em vez de remeterem à síntese de um único sujeito, as modalidades de enunciação manifestam uma dispersão: “nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala”.

Entendemos que entre outros possíveis olhares para o excerto da notícia e do livro bíblico, tais discursos só foram possíveis de serem ditos de uma forma e não de outra, já que passaram a existir segundo propriedades enunciativas determinantes: como o tratamento dado à mulher em ambas as épocas. Segundo Foucault (2008a), o espaço de acontecimento dos enunciados é finito e limitado das sequências que tenham sido formuladas. Daí o propósito da análise do discurso:

Segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem

diferente: como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2008a, p. 30).

Compreendemos, portanto, o sujeito com *status* de alguém que apenas informa/teísta, a partir de um lugar institucional, veículo de comunicação de renome ou igreja/bíblia, e ocupando uma determinada posição do sujeito, que atesta informações ou carrega consigo a verdade, materializa os textos que recaem sobre a mulher culpada. Ou seja, os enunciados estão no interior de uma dispersão, mas não à deriva: obedecem a regras de formação semelhantes, o que é próprio do arquivo, podendo ser analisados segundo as mesmas condições de possibilidade.

A arqueologia se encarrega, segundo Foucault (2008a, p. 164), de homogeneidades enunciativas, podendo “ver surgir uma prática discursiva nova através das formulações verbais que permanecem linguisticamente análogas ou logicamente equivalentes”. Ainda com Foucault (2008a, p. 165), a homogeneidade enunciativa pode “negligenciar diferenças de vocabulário, pode passar sobre campos semânticos ou organizações dedutivas diferentes, se for capaz de reconhecer em ambos, e apesar da heterogeneidade, certa regularidade enunciativa [...]”.

Segundo o autor, não se trata de dizer que os homens sempre vão dizer e pensar as mesmas coisas. Também não significa que se pode definir um número de princípios de que o resto derivaria.

As homogeneidades (e heterogeneidades) enunciativas se entrecruzam com continuidades (e mudanças) linguísticas, com identidades (e diferenças) lógicas, sem que umas e outras caminhem no mesmo ritmo ou se dominem necessariamente. Entretanto, deve existir entre elas um certo número de relações e interdependências cujo domínio, sem dúvida muito complexo, deverá ser inventariado (FOUCAULT, 2008a, p. 165)

Listar o domínio das homogeneidades enunciativas em um entrecruzamento, portanto, torna-se possível se se partir da concepção de arquivo, que segundo Foucault (2008a, p. 147), é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento de enunciados como acontecimentos singulares”, fazendo com que os enunciados sempre recuperem outros, impedindo que se organizem e se encerrem em um tempo/espço. É o espaço onde se pode analisar e se fazer uma história do presente.

Nessa história não cronológica, os saberes vão sendo construídos à medida em que há o choque entre o saber e o poder, que ora está de um lado, ora de outro, nas relações. É pelo

exercício do poder que os enunciados aparecem, em determinada formação discursiva, integrando um campo de saber sobre determinado objeto.

3 O EXERCÍCIO DO PODER

Para tratar da construção de um saber acerca das coisas e dos sujeitos, o que se dá por meio da circulação de enunciados de um arquivo, abordamos a questão do poder sob a ótica foucaultiana. Nessa perspectiva, o poder está fundamentado na descontinuidade do saber, justamente porque o estuda e o ilumina fora de uma esfera hierárquica e privilegiada, tanto que no trabalho arqueológico a busca é sobre o saber do louco, do preso, das pessoas excluídas, ou marginalizadas por outras da sociedade em seu tempo. Embora a questão do poder esteja presente em toda a obra do ator, ocorre após essa fase dita arqueológica um empreendimento maior sobre a relação entre saber e poder até a reflexão sobre como a vida dos cidadãos é governada e sobre a relação do sujeito consigo em relação à própria subjetividade.

Partindo do pressuposto de que não há saber sem poder e de que não há poder que circule fora dos enunciados dos seres humanos, ressaltamos que o poder, de acordo com o filósofo, se dá nas relações e em meio a relações de força. Em outras palavras, o que existe são relações entre saber e poder.

Dando lugar de destaque aos marginalizados, aos esquecidos ou condenados pela sociedade, Foucault mostra em sua obra, embora haja no senso-comum a ideia de que somente alguns detêm o poder, este não está preso a ninguém, porque é microfísico, estando, assim, em toda a parte – neste ponto das discussões que propõe, o autor traz à reflexão a questão da resistência: se há resistência, com o exercício do poder acontecendo nas mais diversas relações, a produção de saber parte de todos os sujeitos envolvidos.

Uma das formas de se compreender o poder em Foucault é considerá-lo uma relação que dá por meio de práticas sociais (MACHADO, 2010). O poder está em outras esferas que não são somente o Estado, mas chega ao nível individual. Foucault “[...] viu delinear-se claramente uma não sinonímia entre Estado e poder” (MACHADO, 2010, p.11).

Considerando que, para Foucault, o poder não é propriedade de ninguém, porque é exercido nas relações, temos que é pelo poder que se produz saberes, que, por sua vez, também não é privilégio de alguns. De acordo com Navarro, o poder produz saberes, induz ao desejo (NAVARRO, 2008), pois ilumina algo até então invisível. Dessa forma, podemos dizer que em toda relação existe produção de saber, já que toda relação entre sujeitos se dá por meio de jogos de poder.

Enquanto no primeiro eixo dos estudos foucaultianos o interesse estava nas práticas discursivas, em determinados campos do saber que produziam as subjetividades, ou seja, as representações dos sujeitos, neste segundo eixo, o genealógico, as análises são realizadas sobre

o papel do poder nas relações, como efeito sobre o modo de ser dos sujeitos. Nesse segundo momento, o trabalho do autor vai nos auxiliar no levantamento das condições de possibilidades de discursos, bem como na busca por representações dos sujeitos.

Do que escreve Foucault na obra *Microfísica do poder* (2007), depreendemos que a genealogia se caracteriza pela junção do saber erudito ao saber popular, o que possibilita a construção de um saber histórico das lutas. Portanto, a genealogia, bem como a arqueologia, não se ocupa da origem; a genealogia visa a tornar os saberes históricos capazes de oposição ao discurso científico.

Machado (2010) assevera que a genealogia não deixa de considerar o saber, o que define como uma materialidade, prática e acontecimento, mas o compreende como elemento de um dispositivo político que se articula com sua estrutura econômica. O método genealógico, portanto, visa a uma investigação que associa as práticas discursivas e as práticas não discursivas.

O exame de dispositivos, conforme Machado (2010), contribuiu para uma análise do que Foucault chama de biopoder, ou poder que governa a vida dos sujeitos. O filósofo estuda três dispositivos nessa fase de sua obra. O primeiro deles, o disciplinar, toma o corpo do sujeito como lugar das estratégias de saber/poder. Em *Vigiar e punir*, Foucault (2008b, p. 148) argumenta que a “disciplina faz funcionar um poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto de olhares calculados”. Isso graças às técnicas de vigilância, o que implica em um jogo sem recurso à força e à violência.

Outro dispositivo é o que submete as populações a uma biopolítica, que tem como alvo um conjunto de indivíduos, a população, sendo, ao mesmo tempo, alvo e instrumento nas relações de poder. De acordo com Foucault (2008b), os instrumentos de que o governo se vale para atender à população, são a própria população sobre a qual o governo age.

O terceiro dispositivo estudado por Foucault e que mereceu grande atenção do autor é o da sexualidade. Nesse ponto, são considerados diferentes modos de subjetivação do sujeito. Fischer (1999, p. 49), sob a perspectiva foucaultiana, mostra como foram produzidas quatro representações sexualizadas de sujeitos, sendo elas “a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal “malthusiano” e o adulto perverso”, a fim de descrevê-las segundo as relações de poder e saber que as constituíram. Ao mesmo tempo, o filósofo mostra como foi produzida a sexualidade como objeto, identificada como sendo um dispositivo histórico de controle das populações.

Conforme definição de Fischer (1999), o dispositivo da sexualidade compreende um aparato discursivo e não discursivo em que o sexo passa a ser tratado de forma política, sendo regulado por uma discursividade.

[o sexo] é regulado por toda uma discursividade, muito mais do que pela proibição, como o faz crer a hipótese repressiva. É preciso controlar as taxas de natalidade e, para isso, desenvolve-se um interesse obsessivo por dominar todos os dados que envolvam o ato reprodutivo: o casamento, as relações sexuais, as interdições e as perversões (FISCHER, 1999, p. 49).

Assim, o conceito de dispositivo, que pode ser mapeado ao longo de toda a obra de Foucault, pois não foi desenvolvido isoladamente em nenhuma das publicações do autor, permite trabalhar, conforme Fischer (1999), não apenas as práticas discursivas, ou seja, aquilo que os homens dizem, mas também o que fazem – o que emerge na espessura material de um discurso.

3.1 O FUNCIONAMENTO DE UMA ORDEM DISCURSIVA NO JORNALISMO

Foucault nos deixa um arsenal de definições de conceitos ao longo de toda sua obra. Tal empreendimento é feito a partir da relação de cada conceito com distintos objetos de estudo. Ora o interesse do autor de volta mais ao saber, ora mais ao poder. Com relação a esse último, o discurso é tomado como uma prática que exerce o poder, na medida em que realiza procedimentos de organização, seleção, controle, aparição e redistribuição, conforme apontado por Foucault (2014).

Nas regras do funcionamento do discurso, os poderes são exercidos com interesses específicos, por exemplo o de sujeitos como o monarca, que dizia sobre e regia a vida de sujeitos outros considerados loucos, assunto estudado por Foucault em *A vida dos homens infames* (2006), obra que fora publicada originalmente em 1984, mais de uma década depois da publicação de *A ordem do discurso*, em 1970.

Exercer o poder em nome de interesses e reger a vida dos sujeitos é possível por meio do discurso que carrega em si uma vontade de verdade. Para alcançar a noção de vontade de verdade, Foucault (2014) escreve sobre procedimentos de regulação do discurso, os quais são definidos a partir de sistemas de exclusão, por sua vez compreendidos como a valoração de um discurso como verdadeiro ou exclusão do mesmo de uma formação discursiva. Esse movimento no interior do discurso se dá, conforme o autor, por procedimentos externos, os quais chama de interdição, já que nem tudo pode ser dito, em qualquer momento ou lugar, sendo que somente

alguns sujeitos em específico são autorizados a dizer; mecanismos de rejeição; vontade de verdade, este último que retoma os anteriores.

Sobre a vontade de verdade, pode se dizer, conforme Foucault (2014), que está relacionada à vontade de saber, o que significa a existência de objetos que se deseja conhecer, verificar, comprovar e estudar os modos como o saber chega a ser aplicado. Em *A verdade e as formas jurídicas* (2002), conferência realizada no Brasil em 1973, Foucault diz que o conhecimento é político, portanto, estão interligados saber e poder, um dado suporte ao outro para sua aparição/produção.

Estudando Nietzsche, Foucault (2002, p. 23) afirma que:

se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreenderemos em que consiste o conhecimento.

Foucault (2002) discorre sobre práticas jurídicas de onde partiram modelos de verdade. O autor demonstra que tais práticas ainda se impunham naquele momento, valendo em domínios como a política, o comportamento das pessoas e na ciência. Uma rede de poder formada por psicólogos, médicos e a polícia, por exemplo, tomou para si uma das funções da justiça quanto aos criminosos em um processo de reorganização social que manteve modelos de verdade, “função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades” (FOUCAULT, 2002, p. 86). Assim, o comportamento dos indivíduos passa por um controle com base na noção de periculosidade: há um saber sobre o comportamento de um criminoso dever passar por um controle, no nível do que podem fazer, não no do que fizeram.

O saber, então, em torno da punição de um criminoso, é produzido a partir de uma vontade de verdade sobre esse indivíduo, de modo que fica demonstrado como estabelecer uma verdade é uma forma de exercer o poder e de agir politicamente. Disso, compreendemos que a vontade de verdade atravessa, provocando profundos efeitos no saber e no poder, para não dizer produzindo, o saber e o poder.

Se poder e saber são atravessados por uma vontade de verdade, todos os discursos têm em si aquilo que pode ou não ser dito, ou melhor, aquilo que se quer que seja dito. O discurso jornalístico, nesse sentido, não pode ser neutro: a discussão sobre o poder exercido no discurso

jornalístico tem como objetivo questioná-lo como supostamente neutro, juntamente o atributo que confere a esse campo status de autoridade.

O cientista da comunicação radicado no Brasil, o português Manuel Chaparro (1998), nega que haja divisão entre opinião e informação, portanto questiona a neutralidade, defendendo a existência do mito da objetividade. Chaparro (1998, p. 120) defende a existência de “um nível interpretativo para o relato jornalístico, intermediário entre a informação e a opinião”. Como isso, compreendemos que quando se pensa que o jornalismo deve se restringir a narrar os fatos, é preciso ter em conta, discursivamente falando, que há uma filtragem dos fatos realizada conforme os interesses ideológicos dos veículos de comunicação e, no nível do que não é claramente pré-estabelecido, em acordo com as condições de possibilidade para a construção de determinado texto. Nesse ponto, apontamos a agência de dispositivos sobre os discursos conforme as disciplinas.

Consideramos ainda um aspecto sobre a legitimação dos dizeres, que na visada foucaultiana está relacionada aos enunciados produzidos por sujeitos autorizados a dizer. Já sob Koopmans (2004), as mensagens que acabam ressoando são as que mais vezes viajam. Nesse sentido, a hipótese do autor é que as que ressoam mais são tidas como legítimas. Legitimidade é, para o autor (2004, p.375, tradução nossa), “o grau que [...] mede reações na esfera pública apoiando ou rejeitando um agente ou suas reivindicações”. Notamos aproximação entre esses pontos de vista se considerarmos o aspecto da produção dos dizeres na história afetando a relação saber/poder.

A sombra da suposta objetividade jornalística, que aproximaria a prática de uma pretensa imparcialidade, ainda recobre redações país afora, já que os jornalistas continuam cobrados a manter um distanciamento da notícia. Nas universidades o tema gera discussões, mostrando que ideia de objetividade e neutralidade é uma questão ainda não tão bem assentada à prática jornalística. Mostras disso são algumas classificações e considerações, como as que serão apresentadas adiante, em que o termo objetividade aparece para definir certo tipo de prática jornalística.

Considerando a Classificação Marques de Melo, segundo Assis (2015), que pode ser compreendida como uma sistematização dos gêneros jornalísticos no Brasil, os formatos são distribuídos em gêneros, incluindo o informativo, tido como o mais objetivo, em que se enquadram notícia, reportagem, entrevista e nota. A notícia é, então, definida como relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social, enquanto a reportagem diz do relato ampliado de um acontecimento que reverberou no organismo social. Podemos inferir que, em certa medida, tais gêneros são tidos como mais neutros em relação a outros, já que na

classificação existem gêneros que indicam a possibilidade da não neutralidade, como o opinativo.

O Manual de Redação da Folha de São Paulo (2015), do jornal Folha de São Paulo, é um dos guias utilizados por jornalistas de diversos veículos de comunicação. A publicação ressalta que é preciso fazer um jornalismo crítico sem que se emita opinião. Entendemos, desta forma, que embora se espere principalmente de notícias e de reportagens a neutralidade, as próprias linhas editoriais já reconhecem impossível tal papel, sendo necessária a produção de materiais diferentes, não neutros, na intenção de dar voz a todos.

Acreditando na possibilidade de um jornalismo crítico e, ao mesmo tempo, sem presença de opiniões particulares, o Manual recomenda: “[...] identifique atitudes contraditórias e veicule diferentes versões sobre o mesmo acontecimento. A Folha pretende exercer um jornalismo crítico em relação a todos os partidos políticos, governos, grupos, tendências ideológicas e acontecimentos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015, p. 45).

O que nos parece aceitável é que o jornalismo precisa assumir uma função de pluralidade e não de neutralidade, conforme defende Chaparro (1988), que se baseia inclusive em Foucault, no que se refere à necessidade não de se revelar uma verdade, mas de ser resistência aos poderes exercidos sobre os oprimidos e excluídos.

Embasadas em Gregolin (1995, p. 19), podemos inferir que o que os jornais veiculam pode parecer coisa real, por meio do que ela chama de “ilusões discursivas”. Sobre a construção dos textos jornalísticos, a autora argumenta que

pela desembreagem interna, o narrador cede voz aos sujeitos, no discurso direto (delegação interna de voz), e obtém, assim, a “prova de verdade”. Por meio da ancoragem são construídos, no discurso, pessoas, tempo e espaço “reais” ou “existentes”, que criam a ilusão de serem “cópias” da realidade. Esse procedimento é típico do discurso jornalístico e do discurso histórico, em que o detalhamento das informações concorre para criar a “verdade do discurso” (GREGOLIN, 1995, p. 19).

A “prova da verdade”, sob os estudos de Gregolin (1995), está relacionada ao que Foucault (2014) nomeia por objeto do desejo, em outras palavras, discurso: o discurso jornalístico não seria instância que abriga ou interdita vontades de verdade, mas sim o próprio objeto de desejo. Desta forma, sob a suposta égide da neutralidade, o que o discurso jornalístico faz, porque não tem como escapar, como todos os outros discursos sociais, é traduzir mais do que as lutas políticas, à medida que se torna o próprio poder por meio do qual se luta para se exercer.

Em diversos momentos da obra foucaultiana aponta-se para o funcionamento das relações de poder, aqui compreendido como o funcionamento de um poder jornalístico na relação com outros, por meio de procedimentos que o sustentam. Demonstra-se como o discurso exerce função de controle, de limitação e validação das regras de poder em diferentes períodos históricos e grupos sociais, gerando processos de subjetivação e objetivação.

3.2 O DISPOSITIVO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA

Utilizar o dispositivo como método possibilita que sejam associadas em um trabalho de análise discursiva as questões do saber e do poder. Em outros termos, utilizando a noção de dispositivo como ferramenta, pretendemos aplicar, com ênfase, o método arqueogenealógico, lançando mão de outros aparatos elaborados por Foucault para se pensar o sujeito.

Como o dispositivo pode funcionar como método? Para responder à questão, recorreremos a explicações feitas por interlocutores de Foucault, como Fernandes Júnior (2014), para quem o conceito de dispositivo é o marco da passagem dos estudos arqueológicos para os genealógicos, tratando-se de um instrumental capaz de articular elementos heterogêneos, ou, como elaborou Foucault (2007), o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre aquilo que é dito e o não dito.

Existe, entre o dito e não dito, segundo Foucault (2007) citado por Fernandes Júnior (2014), um jogo, em que há mudanças de posição e funções distintas, que se liga a um tipo de formação em resposta a uma emergência histórica. Considerando que o poder sempre esteve presente na obra de Foucault e que uma formulação, em si, não pode ser considerada enunciado senão pela presença de propriedades que estão no não dito, assenta-se a tese foucaultiana de que não se pode estudar o discurso, que não se limita ao estrato linguístico, a não ser por uma via que permita acessar além do “como” o “porquê” do discurso.

Por vezes, na obra de Foucault, discurso e dispositivo são utilizados quase como sinônimos, o que pode implicar em deslizamentos na forma de aplicação. No entanto, o autor deixa caminhos a serem seguidos. Fernandes Júnior (2014, p. 61) diz que “discurso e dispositivo são conceitos interligados, de forma que o segundo possibilita a produção do primeiro, sendo este imanente àquele”. Mas os termos não devem ser confundidos para fins de análise. Em uma definição elaborada por Veyne (2011, p. 57), o “[...] dispositivo mistura, portanto, vivamente, coisas e ideias (entre as quais a de verdade), representações, doutrinas, e até mesmo filosofias, com instituições, práticas sociais, econômicas etc. O discurso impregna tudo isso”. O autor

citado defende que o exame de um discurso consiste em explicar não só o que as pessoas diziam, mas o que elas faziam, compreendendo o que supõem gestos, palavras etc.

Fornecendo uma visão mais metodológica do conceito, Dreyfrus e Rabinow (1995, p. 134) apontam para um momento da obra de Foucault em que o dispositivo aparece como um instrumento por meio do qual é possível “isolar ‘estratégias de relações de força que suportam tipos de saber e vice-versa’ [...]. Entretanto, ele [Foucault] não nos explicou os limites da técnica”.

Para ampliar o já exposto, recorreremos ao que estuda Agamben (2005), que em seu esforço para “traduzir” o conceito de dispositivo, mostra que este é decisivo para compreender a estratégia de pensamento foucaultiano. Ele resume três trechos de uma entrevista concedida por Foucault em 1977, os quais auxiliam em uma possível definição de dispositivo:

1) É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo e a rede que se estabelece entre esses elementos. 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder. 3) É algo de geral (um *reseau*, uma "rede") porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico (AGAMBEN, 2005, p. 9).

Para Agamben (2005, p.11), o interesse de Foucault está em “investigar os modos concretos em que positivities (ou dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nos jogos”. Em uma definição mais precisa, o autor afirma que o dispositivo tem capacidade de interceptar e orientar, aspectos levados em conta na compreensão de Dreyfrus e Rabinow (1995).

Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões. Os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc. cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2005, p.13).

A tarefa de isolar estratégias de reações de força nos discursos pode ser feita a partir do que propõe Deleuze (1990). O autor faz a descrição do conceito de dispositivo partindo de diversas linhas. Pela linha da luz, da visibilidade, entende que o dispositivo permite que um determinado objeto seja visível. Nesse sentido, entendemos que ao se falar de estupro, o jornalismo, inserido em um contexto de transformação social, ilumina o tema em um momento em que o ato vem gerando mais debates. Dessa forma, podemos dizer que a prática discursiva jornalística possibilita o surgimento de enunciados sobre a proteção da vítima, a criação de políticas públicas, a punição para estupradores, bem como de culpabilização da vítima.

Outra linha para se pensar o dispositivo é a da enunciação, o que está relacionado às condições para o ato de se enunciar algo. Assim, atualmente, é possível falar sobre estupro, sobre a mulher estuprada, mas apenas de certa maneira e não de outra, de modo que algumas coisas são autorizadas e legitimadas e outras são interditas.

Também é possível partir das linhas de força que compõem um dispositivo para se descrever o modo como este age sobre os discursos. Segundo Deleuze (1990), essa dimensão do dispositivo compreende os discursos sendo constituídos por meio de relações de poder que se compõem com o saber. Disto, depreendemos que as relações de poder estão presentes em todas as dimensões do dispositivo, que atua sobre os enunciados sobre o estupro contra a mulher ou sobre a mulher estuprada. O poder disciplinar, por exemplo, é um dos que atuam sobre os sujeitos, portanto, sobre o que se diz dos sujeitos, assim implicado nas linhas da visibilidade e da enunciação.

Deleuze (1990) propõe ainda uma discussão sobre as linhas de subjetivação, que exigiu de Foucault uma espécie de reconfiguração do mapa dos dispositivos, isso para que não deixasse que as linhas de força impusessem contornos definitivos ao conceito. Nesse sentido, a partir das linhas de subjetivação é possível transpor os muros das linhas de forças e o produto surge quando a própria força se volta a si própria em vez de encontrar outra força. Deleuze (1990) assevera que a linha de subjetivação está ligada a uma produção de subjetividade – isto pressupõe um processo anterior, que é o da objetivação. A linha de subjetivação, segundo Deleuze (1990), escapa às outras porque compreende um processo de percepção do sujeito perante um grupo, o que não considera estar presente em todo dispositivo. Com base nas linhas em discussão na obra de Deleuze (1990), os dispositivos permitem que discursos sejam produzidos, materializados e entrem em circulação, conferindo-lhes visibilidade. E que estes estão presentes em processos de objetivação/subjetivação.

Também discutindo o conceito de dispositivo em Foucault, Sargentini (2015) mostra ser preciso lançar mão de vários gestos para se estudar um dispositivo, entre os quais está a tarefa

de desnaturalizar aquilo posto como já assentado na história, o que leva à necessidade de se considerar todo um universo de dispersão em torno de um discurso.

O conceito de dispositivo é, portanto, pautado na noção de rede, de relações estratégicas, considerando que teórica e metodologicamente auxilia-nos a reunir a dispersão dos discursos e acompanhar as práticas discursivas que de forma ramificada produzem, em um ruído silencioso e contínuo, as transformações dos discursos que circulam na sociedade (SARGENTINI, 2015, p. 26).

Mobilizando as noções expostas sobre as formas dispersas de colocação do sexo, conforme elaborado por Navarro e Zíngara (2016) estas não teriam a função de impedir o indivíduo do exercício de sua sexualidade, mas sim de fazer disso um elemento que, ao ligar sujeito e sexualidade, obriga os indivíduos a se associarem com sua identidade de modo subjetivado. Deslocando o conceito do dispositivo da sexualidade, no caso dos enunciados jornalísticos sobre a mulher estuprada é possível que se chegue ao conceito de “dispositivo da culpabilização”.

O dispositivo que aparece nos enunciados jornalísticos a respeito de mulheres estupradas é esse da sexualidade. É em torno da sexualidade que se constrói a noção de como deve ser a relação da mulher com sua própria sexualidade para que seja vista como um ser digno ou não de respeito.

Traçando um paralelo ao que escrevem Lachi e Navarro (2012), compreendemos como opera o poder disciplinar – linha de forças do dispositivo – no processo de punição, ou seja, como opera a disciplina presente no dispositivo da sexualidade em processos de culpabilização da mulher estuprada.

[...] a punição não se dá pela força, mas pelo olhar (olhar que, na sociedade moderna, é realizado também pela mídia e recai sobre o corpo do sujeito). O que foge ao adequado, ao apontado pela disciplina como “normal” é penalizado (FOUCAULT, 2008). A punição atua de forma a reduzir os desvios. A classificação e hierarquização castigam e recompensam: “a disciplina recompensa unicamente pelo jogo de promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando” (FOUCAULT, 2008, p. 151), caracterizando-se, dessa forma, uma punição que não tem em si uma função de reprimir, uma vez que é ela mesma uma das formas de controle da disciplina (LACHI; NAVARRO, 2012, p. 32).

Consideramos que em uma sociedade que obedece a padrões impostos pelo patriarcalismo, tem-se no masculino, conforme Souza e Carvalho (2003), o gênero social dominante ocupando posição central nas relações e práticas sociais. Configura-se, assim, a

mulher como gênero subjugado ao dos homens. Trazendo essa noção para as práticas cotidianas, ora cooperam, ora resistem nas relações de força.

Ainda quanto ao que cabe às mulheres em uma sociedade patriarcal, com base nos estudos apresentados podemos dizer que elas são divididas em dois grupos: “as que não dão motivos para serem estupradas” e “as que dão motivo para serem estupradas”. As mulheres que não apresentam o devido comportamento para merecer “respeito” são aquelas que destoam do que se espera: andam sozinhas de madrugada, consomem bebidas alcoólicas, saem com desconhecidos, frequentam bailes funk, são usuárias de droga, usam roupas consideradas curtas ou provocantes etc.

Como nessa perspectiva os estupros ocorrem a depender do comportamento de uma mulher, seria como se ela fosse, então, sempre o centro do ato sexual criminoso, movimento que entendemos ser repetido em alguns materiais jornalísticos que trazem, igualmente, o comportamento da mulher no centro do ocorrido explicitado, embora a elas seja reservado no texto, em diversas oportunidades, o lugar da voz passiva.

Por esse motivo, acreditamos que o dispositivo que faz “falar de tal modo” – o comportamento da mulher como elemento das construções noticiosas sobre estupro – seja uma espécie de ramificação do dispositivo da sexualidade, o que se nomeia aqui como “dispositivo de culpabilização da mulher estuprada”, implicando em discursos em funcionamento na rede em uma dispersão.

3.2.1 A OBJETIVAÇÃO DA MULHER ESTUPRADA

Diante das vertentes de estudo sobre a mulher expostas no início deste trabalho e das discussões acerca de uma vontade de verdade nos discursos jornalísticos sobre a mulher estuprada, procedemos a uma possível definição para o sujeito mulher. Foucault (2008a) mostra que o sujeito é atravessado historicamente, portanto, assume discursos. É justamente por esse motivo que o sujeito é concebido pelo autor como lugar vazio, que pode ser ocupado por indivíduos distintos. Assim, a noção do sujeito vai além da noção do indivíduo, conforme demonstra o filósofo ao discutir a formação de modalidades enunciativas. Sobre o sujeito, pensando nas posições que pode ocupar, Foucault (2008a, p. 58) mostra que

as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa,

segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo; está situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente; utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação, deslocam o sujeito em relação ao nível perceptivo médio ou imediato, asseguram sua passagem de um nível superficial a um nível profundo, o fazem circular no espaço interior do corpo - dos sintomas manifestos aos órgãos, dos órgãos aos tecidos e dos tecidos, finalmente, às células.

Não se pode confundir sujeito enunciador com o sujeito que é enunciado – o que não significa que o sujeito enunciador não possa ser o objeto do enunciado –, este último justamente o que tratamos aqui como sujeito objetivado no discurso, fundado em saberes produzidos pelo trabalho do poder. Partimos dessa premissa para definir a posição do sujeito mulher, que compreendemos como uma categoria que não cessaria de ser subdividida, mas que separamos em três para fins de análise: posição do sujeito mulher digna, posição do sujeito mulher indigna e posição do sujeito mulher estuprada.

Existe um saber com bases fincadas no patriarcado sobre esses três lugares de sujeitos mulher. O primeiro, mulher digna, funciona em oposição direta ao segundo, aquele definido pelos comportamentos tidos como inadequados: a mulher que circula à noite, que usa roupas curtas, justas, que fala e ri alto, que consome bebida alcoólica, que tem ou já teve vários parceiros sexuais, que é homossexual, que exerce profissões dominadas por homens, esse é o sujeito mulher indigna. O sujeito mulher estuprada pressupõe as características do sujeito mulher indigna, se consideramos que os aspectos mencionados são atrelados a descrições de situações de estupro. Isso significa dizer que o sujeito mulher é constituído por saberes sobre o que seja uma mulher respeitável, sobre o que seja uma mulher não respeitável e sobre o que faz uma mulher para que seja estuprada.

Mas como se constituem os saberes sobre uma posição do sujeito mulher e sobre as outras instâncias que definimos? Não queremos dizer que só o que veiculam os jornais constitui esses saberes, mas compreendemos que os discursos dos jornais estão inseridos em um conjunto de elementos constitutivos de um saber. Como assevera Foucault (2008a, p. 204),

Não se trata de um pré-conhecimento ou de um estágio arcaico no movimento que vai do conhecimento imediato à apoditicidade; trata-se dos elementos que devem ter sido formados por uma prática discursiva, para que, eventualmente, se constituísse um discurso científico, especificado não só por sua forma e seu rigor, mas também pelos objetos de que se ocupa, os tipos de enunciação que põe em jogo, os conceitos que manipula e as estratégias que utiliza.

Essa citação chama a atenção para o fato de que a ciência se relaciona “com o que devia ser dito – ou deve sê-lo – para que possa haver um discurso que, se for o caso, responda a critérios experimentais ou formais de cientificidade”. O autor explica que se pode chamar de saber o conjunto de elementos – objetos citados, conceitos manipulados, estratégias –, que por sua vez são formados por uma prática discursiva: “Um saber é aquilo que de que podemos falar em uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2008a, p. 204).

É de um sujeito mulher falado em práticas discursivas, portanto objetivado, que tratamos aqui. Por isso, lançamos um olhar sobre *A vida dos homens infames*, a fim de compreender como se dão os processos de objetivação, ou seja, os processos que tomam como objeto do discurso o sujeito. Em um exame das práticas discursivas sobre os homens considerados loucos, os excluídos, com inspiração em um registro de internamento do início do século XVIII, Foucault (2006) realiza uma abordagem do poder na relação com a produção do saber, mostrando como eram representados os sujeitos ditos infames nos discursos, que, por sua vez, atravessavam a vida dos sujeitos. Conforme o autor, “esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras” (FOUCAULT, 2006, p. 207).

Os discursos que constituíam um saber sobre os homens considerados infames eram como petições (as *lettres de cachet*) enviadas ao monarca em tom de denunciamento, sendo assim legitimadas por sua estrutura e representando o sujeito louco. Era o monarca quem detinha o poder, sendo responsável por mandar prender ou condenar à morte. Contraditoriamente, ao mesmo tempo que oprimia, este poder tirava os loucos da invisibilidade, à medida que se voltava a eles.

As práticas discursivas legitimam um saber, carregam em si uma vontade de verdade, produzindo, assim, os sujeitos, isto é, subjetivando-os. Assim, do encontro entre poder e saber dá-se a saber um determinado sujeito pelo processo de objetivação. Trata-se de uma prática que diz quem e como o sujeito deve ser, que desemboca em um processo de subjetivação, afetando o modo como o ser humano se compreende na relação entre sujeito e objeto ou como sujeito de um conhecimento, gerando subjetividades. Subjetivação e objetivação são, portanto, complementares em um processo que Foucault (2004) chama de jogos de verdade, que visam “não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso” (FOUCAULT, 2004, p. 235).

Nesse caminho em busca de estudar o poder, Foucault foi acusado por críticos de sua obra de abandonar o sujeito. Em resposta, conforme aponta Coito (2012, p. 71), o filósofo

afirmou que tentou produzir uma história de modos diferentes de subjetivação do sujeito, estudando a forma como o ser humano se transforma em sujeito, o que ocorre a partir de três estratos de objetivação, que passam pelas relações de produção, de sentido e de poder: “a investigação científica, a objetivação do sujeito produtivo e a objetivação do sujeito nas práticas divergentes”.

Ao comentar a obra de Foucault sobre o poder e, lateralmente, a constituição dos saberes, Fonseca-Silva (2012) considera que os modos de subjetivação são capazes de transformar os indivíduos em sujeitos úteis, dóceis e fazem com que enquanto sujeitos assumam subjetividades.

Ressaltamos, não obstante, que quando os indivíduos são colocados em objetivações ou subjetivações, são também colocados em complexas relações de poder, as quais, na perspectiva foucaultiana, produzem saber e inserem-se nos gestos, atitudes e discursos que permeiam as sociedades. O poder de que trata o autor [Foucault] não se reduz à opressão e dominação, mas produz saber [...] (FONSECA-SILVA, 2012, p. 184).

Tendo em conta a relevância da investigação do poder para se pensar a constituição do sujeito, pensamos os possíveis dispositivos imbricados aos processos de objetivação da mulher estuprada, a fim de se identificar o modo como elas são apresentadas nos discursos. Procederemos à análise de sequências de enunciados verbais retirados de 19 matérias de quatro portais jornalísticos brasileiros, o G1, o R7, o UOL e a Folha de São Paulo. Lembramos que é próprio de tal prática o recorte dos depoimentos conforme interesses técnicos, editoriais ou ideológicos.

A análise parte de um olhar descritivo e interpretativo para os enunciados, assim possibilitando a demarcação de regularidades discursivas entre os mesmos. A abordagem analítica dada à seleção de enunciados tem entre suas formas de tratamento a aproximação entre os próprios textos que compõem o *corpus*.

O referencial que permite que apareçam os enunciados sobre a mulher estuprada está no modo de organização social exposto no primeiro capítulo deste trabalho e no próprio acontecimento do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, que compreendido como acontecimento discursivo provoca a recuperação de memórias acerca do ato do estupro.

Por meio da identificação de regularidades discursivas, recortamos assim seis séries enunciativas, agrupadas segundo as seguintes temáticas: a) Substâncias alucinógenas e alcoólicas, b) Discurso jurídico, c) Discurso político, d) Virgindade/dignidade e) Resistência e f) Mulher em voz ativa.

3.2.1.1 A) SUBSTÂNCIAS ALUCINÓGENAS E ALCOÓLICAS

A menção ao uso de álcool e outras substâncias aparece em sete das matérias jornalísticas selecionadas para análise, como mostramos na sequência. Em seis textos, é informado que o consumo de bebida ou outra droga foi realizado pelas vítimas do ato. Em apenas um, o que se refere a uma cena de ficção, o uso de bebida foi feito pelo esturador.

Quadro 2 – a) Substâncias alucinógenas e alcoólicas

Série	Títulos
a) Substâncias alucinógenas e alcoólicas	<i>Mulher é estuprada por três homens em condomínio na Barra da Tijuca</i> (R7, 2018b) – Anexo 14, p. 140.
	<i>Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidores</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) – Anexo 9, p. 135.
	<i>‘Não dói o útero e sim a alma’, diz menina vítima de estupro coletivo</i> (G1, 2016) – Anexo 15, p. 141.
	<i>Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga</i> (UOL; UNIVERSA, 2019) – Anexo 13, p. 139.
	<i>Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo</i> (UOL; TNONLINE, 2017) – Anexo 16, p. 142.
	<i>Cena de estupro em “O Outro Lado do Paraíso” choca web; Gael vira vilão</i> (UOL, 2017a) – Anexo 6, p. 131.
	<i>Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: ‘socorro’</i> (G1, 2018) – Anexo 2, p. 125.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Da matéria *Mulher é estuprada na Barra da Tijuca* (R7, 2018) – Anexo 14, p. 140, recortamos os trechos a seguir, conforme regularidades que encontramos nos demais textos dessa mesma série sobre culpabilização. Neste caso, os termos colocam a mulher em lugar de passividade diante do crime cometido contra ela:

Vítima foi **sedada** no interior de um veículo, só retomando a consciência após ser deixada no mesmo local onde foi raptada

Uma mulher foi raptada, **sedada** e estuprada por três homens em um condomínio de classe média na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio.

Segundo a vítima, após sair para realizar uma transação bancária em um caixa eletrônico próximo ao condomínio, ela foi abordada por três homens em um carro.

Após ser colocada no veículo, a mulher foi sedada por alguma substância e abusada posteriormente, sendo deixada desacordada no mesmo local onde foi abordada. O dinheiro que ela carregava também foi levado (R7, 2018, grifos nossos)

Em *Não dói o útero e sim a alma, diz menina vítima de estupro coletivo* (G1, 2016) – Anexo 15, p. 141, os trechos destacados também apontam para passividade e para o comportamento da vítima antes do ato do estupro, com termos que levam ao descrédito das informações cedidas por ela. Aqui, há o detalhamento das condições da adolescente que foi violentada:

Em depoimento à polícia, ela disse que foi até a casa de um rapaz com quem se relacionava há três anos. **Ela se lembra de estar a sós na casa dele e só se lembra que acordou no domingo, em uma outra casa, na mesma comunidade, com 33 homens armados com fuzis e pistolas. Ela destacou que estava dopada e nua.**

A garota retornou para casa na terça-feira (24). **“Ela chegou descalça, descabelada, com aspecto de que tinha se drogado muito e com uma roupa masculina toda rasgada. Provavelmente eles deixaram ela nua e ela vestiu aquilo pra vir em casa”, contou a parente. A família teria questionado a menina o que havia acontecido, mas ela não revelou nada** (G1, 2016, grifos nossos).

Outro material da série, *Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo* (UOL, 2017) – Anexo 16, p. 142, verbos e termos utilizados tratam de isentar o jornal de afirmar algo sobre o comportamento da mulher estuprada e até mesmo sobre o comportamento do estuprador, sem deixar de dar visibilidade ao consumo de bebida e mais uma vez ao comportamento da mulher, conforme o excerto:

A vítima acusa um motorista do aplicativo Uber de se aproveitar da **embriaguez dela** para o crime.

Segundo a acusação de Amanda, o abuso sexual aconteceu no bairro Portão. O caso aconteceu **na madrugada** de 30 de outubro, quando **a vítima pediu por uma corrida por volta das 2 horas** e, apesar do trajeto ser de seis minutos, teria ficado uma hora rendida pelo abusador.

A professora de inglês, de 27 anos, havia saído de uma despedida dos pais de amigos, no bairro Portão, quando acabou sofrendo o abuso. **Ela teria tomado vinho e, possivelmente, o condutor se aproveitou da vulnerabilidade dela** (UOL, 2017, grifos nossos).

Na reportagem *Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga* (UOL, 2019) – Anexo 13, p. 139, a ingenuidade da mulher violentada é apresentada como fator preponderante para o crime, além do comportamento que destoou do habitual, que era o de uma mulher que não costumava ingerir bebidas alcoólicas beber naquele dia:

Segundo a família da vítima, ela **teria** sido estuprada por Leonardo **enquanto descansava em um dos quartos da casa, depois de ingerir muita bebida alcoólica**. Thais -- que não estava no churrasco mas diz que passou boa parte da festa conversando com Isabela -- conta que **a amiga não tinha o costume**

de beber, mas ingeriu algumas doses de tequila durante uma brincadeira em que, quem errasse determinadas perguntas, deveria beber um “shot”. “Tequila é uma bebida muito forte. Quem estava ali sabia que ela não estava acostumada e que isso derrubaria ela fácil”, acredita. De acordo com testemunhas ouvidas pela polícia, Isabela teria passado mal após o consumo de álcool e sido levada para se recuperar em um dos quartos, onde foi deitada sobre uma cama só de biquíni, que era o traje do evento. Ali, teria sido estuprada. “Eu não sei dizer se foi de propósito, mas ele [o cunhado] se aproveitou da situação. Pegou ela bêbada, frágil, vulnerável, sem poder reagir”, diz Thais (UOL, 2019, grifos nossos).

O uso de bebida alcoólica está presente no depoimento de uma mulher famosa (Gisele Itié já atuou em diversas novelas e filmes nacionais e internacionais) e vítima de estupro, o qual foi noticiado em cadeia nacional de televisão, aqui representado no texto *Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidoras* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) – Anexo 9, p. 135. A matéria inclui no texto trechos do relato feito a uma revista e que detalham o consumo de bebidas também como ponto determinante para a ocorrência do estupro, bem como a ingenuidade da mulher.

[...] “Quando eu tinha 17 anos, deixei de lado o sonho de ser atriz e namorava um cara 15 anos mais velho”, disse a Itié. “Em dois anos iríamos nos casar. Além disso, **ele respeitava minha virgindade e minha vontade de casar assim**”, acrescentou. “**Em uma boate na viagem, me lembrei da minha mãe e pedi um suco de laranja com bastante gelo no bar. Fui ao banheiro. Voltei. Bebi. Fim**”, contou. “**X me desejou boa noite e me chamou de Cinderela**”, declarou. “**Acordei. Olhei para o lado, e lá estava ele, dormindo. Olhei melhor e o vi nu. Susto. Me olhei. Nua. O chão forrado de garrafas vazias. Eu forrada de amnésia. Foi difícil sentar. Então vi o que eu já imaginava. Perdi a virgindade. Me perdi**”, detalhou (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017, grifos nossos)

Tratando de uma cena de ficção que gerou repercussão nacional, a matéria *Cena de estupro em “Outro Lado do Paraíso” choca web; Gael vira vilão* (UOL, 2017) – Anexo 6, p. 131, sobre uma novela exibida pela Rede Globo em 2017, o uso de álcool aparece sob outra perspectiva. Desta vez, consumido pelo personagem do homem, que surpreende a personagem da mulher, a esposa, após um brinde.

No capítulo, Gael e Clara viajam de barco em direção ao local onde seria comemorada a **noite de núpcias do casal**. Eles chegam felizes com o casamento, **trocam carícias e abrem uma champanhe** para comemorar o momento. **Tudo ia aparentemente muito bem quando, depois de alguns goles, o comportamento de Gael muda completamente. Bêbado e fora de controle, ele pega a mulher pelos braços, a joga na cama com força, rasga o vestido e a manda calar a boca.** Aos gritos, Clara pede para que ele pare,

mas o seu pedido é ignorado e **Gael faz sexo forçado com a jovem**. "Ai, Gael, você está me machucando. Eu estou ficando com medo", dizia a moça. "Cala a boca", respondeu ele, agressivo (UOL, 2017, grifos nossos).

O consumo de álcool pelo homem também é noticiado na matéria *Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: 'socorro'* (G1, 2018) – Anexo 2, p. 125. Neste caso, está marcado textualmente o uso da substância e seus efeitos atrelados ao arrependimento do agressor, em depoimento concedido por um policial militar.

Minutos depois de ter cometido o estupro, o homem foi encontrado pela Polícia Militar na Vila São José. "**Ele disse que está arrependido, que é usuário de drogas, bebidas. Não houve conjunção carnal, mas houve estupro de acordo com a lei**", disse o policial militar Sidney Barbosa (G1, 2018, grifos nossos).

Nessa série enunciativa, a recorrência à menção ao consumo de bebida e de outras substâncias indica que as posições enunciativas fazem parte de um mesmo arquivo, estão interligadas em uma mesma formação discursiva e apresentam características enunciativas idênticas, visto que foram produzidos sob o dispositivo da culpabilização.

Os enunciados se inscrevem em um campo que associa o uso de bebida alcoólica ao ato do estupro. Os termos a seguir indicam o passado imediato aos crimes: *foi sedada por alguma substância; abusada posteriormente; destacou que estava dopada; aspecto que tinha se drogado; descabelada; ela teria tomado vinho; vulnerabilidade; depois de ingerir; dose de tequila; brincadeira; muita bebida alcoólica; bebida muito forte; isso a derrubaria fácil; após o consumo de álcool; pedi um suco no bar; bebi; fim; chão forrado de garrafas vazias; amnésia; champanhe; comemorar; bêbado e fora de controle.*

Quando nas notícias aparece o uso de bebida alcoólica associado ao crime de estupro, identificamos a existência de uma prática discursiva jornalística em que aparece o que chamamos de sujeito mulher indigna, posição do sujeito atribuída a mulheres que assumem comportamentos em desacordo com o que prega a sociedade patriarcal, comportamentos estes que no interior das práticas discursivas precedem a violação, independentemente se a ingestão de álcool se deu ou não de forma voluntária.

O dispositivo da culpabilização age sobre esses enunciados à medida que faz falar de tal modo sobre a mulher estuprada, considerando que as produções jornalísticas se deram segundo referenciais que levam a um lugar diferente daquele que acolhe a mulher e combate o ato

violento. É comum, portanto, aos textos a concepção de que os estupradores só cometeram os crimes porque as mulheres deram condições para serem atacadas.

Como exposto anteriormente, as mulheres vêm sendo divididas entre as que merecem e as que não merecem ser estupradas, entre as que dão motivos e as que não dão motivos para serem estupradas. Esse tipo de discurso é reforçado quando proferido por um deputado e posto em circulação, como no caso mencionado anteriormente e retomado adiante. Referimo-nos a quando o atual presidente Jair Bolsonaro disse que não estupraria a deputada Maria do Rosário porque ela não merecia, com dito anteriormente e retomamos adiante.

O que fazem as notícias quando relacionam o ato do estupro ao consumo bebida é reforçar um determinado saber: o de que por um comportamento que foge às disciplinas, a vítima estuprada seria corresponsável, direta ou indiretamente, pela violência sofrida. Daí decorrem discursos populares como “se estive em casa não teria acontecido”, “é preciso saber com quem se anda”, “estava procurando”.

O exposto possibilita que identifiquemos o dispositivo da culpabilização orientando a formação dos enunciados sobre o estupro, sob um dispositivo maior, o da sexualidade, que diz sobre como uma mulher deve se comportar. Como foi possível isolar termos específicos sobre a ingestão de álcool e outras drogas e considerando um saber que existe sobre como deve ser o comportamento sexual feminino e um saber sobre os efeitos que o uso dessas substâncias causam ao organismo, consideramos evidente que há um poder sobre corpos femininos em exercício, o poder com raízes no patriarcado, gerando discursos de culpabilização.

Ressaltamos que no enunciado sobre a cena fictícia de estupro e no caso em que o tio se diz arrependido, o uso do álcool está relacionado ao surgimento/potencialização da agressividade do estuprador. Especificamente nesses textos, embora o dispositivo da sexualidade esteja presente, o dispositivo da culpabilização da vítima está ausente. Mas em oposição, o uso do álcool aparece aqui não como forma de culpar o agressor, e isso, a nosso ver, tem a ver com certa vontade de verdade (certo saber historicamente construído) sobre o consumo de álcool pelo homem, que gera discursos que o livram dessa responsabilidade e atribuem a culpa do ato à bebida, como se isso fosse possível.

3.2.1.2 B) DISCURSO JURÍDICO

A questão do saber científico aparece em cinco dos textos que constituem o *corpus*. Por saber científico/médico, entendemos a menção a laudos que, segundo o Manual de Medicina Legal (2012), atestam se uma pessoa foi vítima de estupro, e exames chamados de corpo de

delito, também sob o ponto de vista jurídico. Reforçamos, com base na legislação brasileira, que não há necessidade de provas físicas para seja caracterizado um estupro. Nem mesmo é preciso haver conjunção carnal para que se configure o ato criminoso. Em certa medida, os materiais a seguir reforçam um saber sobre o estupro que sempre deixa marcas e, portanto, só pode ser desta forma provado.

Quadro 3 – b) Discurso jurídico

Série	Títulos
b) Saber científico	<i>Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo</i> (UOL; TNONLINE, 2017) – Anexo 16, p. 142.
	<i>Jovem foi estuprada e morta com taco de basebol; suspeito é gerente de bar na zona Leste</i> (R7, 2016a) – Anexo 10, p. 136.
	<i>Jovem presenciou estupro de namorada antes de ser degolado, diz polícia</i> (G1, 2017) – Anexo 12, p. 138.
	<i>Vídeo prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio</i> (R7, 2016b) – Anexo 18, p. 146.
	<i>'Estupro está provado', diz delegada sobre caso do Rio; suspeitos são presos</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016d) – Anexo 8, p. 133.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O texto *Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo* (UOL; TNONLINE, 2017) – Anexo 16, p. 142 – é iniciado com a informação de que o laudo confirma a denúncia realizada pela mulher estuprada. Repetidas vezes o material recupera que o documento da Polícia Científica funciona como uma prova cabal, relativizando a credibilidade da palavra da mulher – outro fator de destaque é a virgindade, analisada mais adiante. A própria defesa da mulher faz a divulgação do laudo como forma de rebater as dúvidas.

Laudo de conjunção carnal da Polícia Científica, **divulgado** nesta quinta-feira (23) **pela defesa** da professora Amanda Goulart, **confirma que a jovem de 27 anos foi abusada sexualmente na madrugada** de 30 de outubro, em Curitiba.

Conforme o advogado Edson Facchi, o laudo confirma a versão da professora de inglês, nos dias após o crime. O exame ginecológico aponta que o hímen teve um rompimento recente “às seis horas, com presença de sangue nas bordas e presença de equimose junto à fúrcula vaginal”. Para Facchi, isso evidencia a versão das dores sentidas por Amanda ao acordar.

“O laudo é categórico em afirmar que houve conjunção carnal e, mais, que a Amanda tinha preservada sua virgindade aos 27 anos. Vamos agora ler o inquérito policial e aguardar as câmeras de segurança, mas houve a conjunção, o que afirma e reafirma o que a Amanda disse. Entretanto,

estamos aguardando a conclusão de todos os laudos”, concluiu o advogado.

Os demais pontos do exame não confirmam se houve uso de violência para a prática do abuso e que, de causa médica, não haveria impedimentos para a vítima reagir (UOL; TNONLINE, 2017, grifos nossos).

O enunciado recortado evidencia um discurso em circulação de que a palavra da vítima não basta. Não queremos aqui problematizar os modos como as informações presentes nos trechos a seguir geram discursos que colaboram para formar um saber sobre a mulher estuprada. Podemos inferir que o discurso é de desconfiança em relação ao depoimento da mulher, já que houve destaque para a informação contida em um laudo e não destaque para a versão da acusadora, em diversos trechos.

O material intitulado *Jovem foi estuprada e morta com taco de basebol; suspeito é gerente de bar na zona Leste* (R7, 2016a) – Anexo 10, p. 136 – se apoia na brutalidade do caso para, assim, contá-lo, sem usar o laudo como gancho, como no caso da matéria apresentada anteriormente. A informação, que consta no quinto parágrafo, funciona como “prova de verdade” (GREGOLIN, 1995, p. 19), como demonstrado no capítulo teórico desta pesquisa. O excerto destacado para a análise assim fora construído:

Segundo o laudo pericial, havia hematomas nas partes íntimas, rosto e cabeça. Seu pescoço tinha fios enrolados. Débora estava sem calcinha e com a saia levantada na altura do quadril. Vestia sutiã e estava com a blusa levantada acima do peito (R7, 2016a, grifos nossos).

Observamos que o trecho dá “voz” a um laudo que detalha as evidências físicas do estupro. A descrição do modo como a mulher estava vestida funciona também como uma espécie de prova, evidenciando uma vontade de verdade sobre o estupro contra a mulher, o que muitas vezes recai sobre estereótipos que recuperam memórias de cenas fictícias desse tipo de violência, o que faz parte das condições de possibilidade para a produção dessas notícias.

Com apoio em Foucault (2002), é possível sustentar a estratégia discursiva, neste caso, de produção de uma verdade com base em laudos e exames, ou seja, com base em um aspecto do discurso jurídico. Não basta a palavra da vítima, tem que se ter o exame, que funciona como espécie de prova. Em outros termos, pela forma de construção do discurso jurídico essa verdade só se completa com o depoimento e os laudos. Deste modo, a prova, apontada como uma característica da sociedade grega arcaica, conforme Foucault (2002), é ainda encontrada, sendo que é possível observar o modelo de prova, da qual falamos, nas formas jurídicas atuais. Ao

assumir prática semelhante às dos tribunais, a prática jornalística se assenta sobre esse poder, que entendemos como um dispositivo de produção de verdades.

Assim, partindo da premissa da heterogeneidade dos dispositivos, parece-nos estar em funcionamento um dispositivo jurídico quando se remete aos laudos como provas, mais em evidência do que um dispositivo científico. Esses elementos todos, a nosso ver, estão em funcionamento, projetando algo de culpa sobre a mulher.

Na reportagem *Jovem presenciou estupro de namorada antes de ser degolado, diz polícia* (G1, 2017) – Anexo 12, p. 138, fica no último trecho a informação de que a mulher será submetida a vários exames. Na instância interpretativa, compreendemos que ainda faltam os laudos para que o caso possa ser provado, como podemos notar no seguinte recorte:

O delegado informou que **a namorada do jovem morto será encaminhada** para o Serviço de Apoio à Mulher Vítima de Violência Sexual (Samvis) em Teresina, onde deve **ser submetida a vários exames** (G1, 2017, grifos nossos).

O recurso jornalístico de ancorar a informação em uma declaração dada pelo delegado responsável pela investigação é outra evidência, a nosso ver, de que os exames são necessários nesse processo para que fique provada a violência. Desse modo, entendemos que na relação com outros enunciados da mesma série, a menção a laudos e exames como prova faz parte de um dispositivo que faz falar da mulher estuprada como sujeito cuja palavra é desacreditada.

Em reportagem divulgada pelo portal R7 (2016), sob o título *Vídeo prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio* – Anexo 18, p. 146, fica evidente a polêmica gerada pelo resultado do laudo considerado negativo para estupro. A delegada do caso, no entanto, apoia-se em outra prova, o vídeo, para justificar sua convicção sobre o crime.

Está provado, **não pelo laudo**, mas com outras provas. Quais? O vídeo. **O vídeo prova o abuso sexual, além do depoimento da vítima.**

O laudo do exame feito no IML (Instituto Médico Legal) não revelou indícios da violência em razão do tempo que se passou desde o estupro. A adolescente foi abusada na madrugada do domingo (22), mas o exame só foi realizado na quinta-feira seguinte (26). **Adriane Rego, subdiretora do IML, falou sobre o prejuízo do exame.**

— **Após 72 horas, o organismo destrói os espermatozóides. Muito dificilmente será encontrado depois desse tempo. Não é possível determinar quantos estupradores abordaram determinada vítima pelo exame pericial.**

Para a delegada, no entanto, o exame de corpo de delito é importante, mas não determinante.

— **Se ela estava desacordada, não vai ter lesão porque ela não ofereceu resistência. Pra mim, [o exame] é importante, mas não determinante** para a minha convicção (R7, 2016, grifos nossos).

Novamente, embora fique confirmado o estupro e a delegada cite a importância do depoimento da vítima, os discursos policial, científico e jurídico, apresentados na prática jornalística, nos levam a identificar aí a presença do dispositivo que faz falar da mulher estuprada como sujeito desacreditado. Disso, depreendemos que há em circulação um discurso que entrega como impotente a palavra da vítima.

Sobre o mesmo caso, analisamos a matéria que leva o título *‘Estupro está provado’*, diz delegada sobre caso do Rio; suspeitos são presos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016d) – Anexo 8, p. 133. Na reportagem, o destaque vai para o uso do vídeo como prova, sendo que somente no último parágrafo está presente a referência sobre o exame.

Segundo os policiais, a **perícia técnica do IML ficou prejudicada, por causa do tempo decorrido entre o crime e o exame. “Não foram colhidos indícios de violência, o que não quer dizer que ela não aconteceu”**, disse o chefe da Polícia Civil (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016d).

O trecho ressalta que o exame não pode ser usado como prova por causa do período decorrido entre o crime e a coleta de material. A presença dessa informação considerada relevante do ponto de vista do veículo responsável por sua publicação faz parte de um regime de coexistência com os demais enunciados da mesma série que se relacionam em um domínio associado. Segundo Foucault (2008a, p. 113-114), não existe “enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo”.

No caso da série discursiva apresentada, o que agrupa os materiais em nível enunciativo são os dizeres sobre laudos que podem comprovar os estupros. Quando nos referimos ao caráter de série sobre os materiais recortados, estamos assim concebendo em razão da aplicação do dispositivo como método de análise, lembrando que sob a visada foucaultiana não ficam claros os limites desse movimento. Sentimo-nos autorizadas a fazer o uso unicamente porque o conceito nos direciona para a possibilidade de identificar no discurso relações de força que sustentam saberes, isto é, relações de poder que estão estreitamente vinculados aos enunciados produzidos pela prática jornalística sob investigação.

De tal modo, compreendemos que nos enunciados é possível identificar uma vontade de verdade calcada no poder patriarcal que força para baixo a palavra da mulher. Dito de outro

modo, é porque há esse poder sendo exercido sobre a mulher que a abordagem jornalística, afetada por essa condição de possibilidade, reproduz o que outros discursos e práticas (não só discursivas) já fazem a) com a mulher, colocando-a em papel secundário, e b) com o homem, no lugar do sujeito que só pode ser culpado se outros aspectos, para além do depoimento da vítima mulher, puderem ser utilizados como prova.

3.2.1.3 C) DISCURSO POLÍTICO

Outra série que compõe o *corpus* desta análise se encontra em relação com o discurso político, formando um domínio enunciativo que se projeta sobre a questão do estupro coletivo. Consideramos discurso político, nesse caso, os dizeres proferidos em contextos da política brasileira e que serviram de base para os discursos jornalísticos. O recorte traz duas matérias em que aparece o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e uma que referencia o ex-presidente do País, Michel Temer:

Quadro 4 – c) Discurso político

Série	Títulos
c) Discurso político	<i>Atrasado, Temer repudia estupro e cria ala da PF de crimes contra a mulher</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016b) – Anexo 4, p. 127.
	<i>Acusado de incitar estupro, Bolsonaro se exalta em sessão sobre o tema</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016a) – Anexo 1, p. 124.
	<i>Bolsonaro vira réu no STF, acusado de incitar estupro em briga com deputada</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016c) – Anexo 5, p. 129.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A matéria *Atrasado, Temer repudia estupro e cria ala da PF de crimes contra a mulher* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016b) – Anexo 4, p. 127 – traz o posicionamento do então presidente interino depois de dias de silêncio sobre o caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, o que é destacado no título da matéria. O texto recorta um trecho da nota emitida por Temer, que diz: “absurdo que em pleno século 21 tenhamos que conviver com crimes bárbaros como esse” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). Nesse caso, foi posto em circulação, como podemos observar na sequência, o discurso de que é necessário que se criem formas de combate à violência contra a mulher, evidenciando carência de políticas na área, sob o poder de um sujeito que condena ou absolve, homem.

O presidente interino disse ainda que criará um departamento na Polícia Federal para crimes contra mulheres, que agrupará informações estaduais e coordenará ações em todo país. **“Nosso governo está mobilizado, juntamente com a secretaria de segurança pública do Rio de Janeiro, para apurar as responsabilidades e punir com rigor os autores do estupro e da divulgação do ato criminoso nas redes sociais”**, disse (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016b, grifos nossos).

O enunciado coloca em evidência um saber sobre a mulher estuprada não apresentado até o momento, o de que é preciso que a vítima seja acolhida. Lateralmente, posto que participa desse mesmo campo associativo, mas no caso para fazer oposição, esse enunciado recupera a existência de um poder patriarcal, que faz com que a mulher seja alvo de crimes específicos contra ela e por isso mereça proteção específica. Sob essa última perspectiva, relacionamos com o que foi apresentado nas séries anteriores: há sobre a mulher o poder patriarcal que a diminui, seja atribuindo a ela a culpa, o descrédito ou mesmo o discurso de proteção, tudo regido por um dispositivo que gera discursos sobre como a mulher deve se comportar.

Estão presentes nesse enunciado outros saberes, além dos possíveis sobre a mulher estuprada: o saber sobre a falta de proteção à vítima de estupro no Brasil, embora no texto não se faça menção direta a essa carência. Compreendemos que essa é uma regra de possibilidade para o aparecimento do discurso jornalístico em questão.

O texto *Acusado de incitar estupro, Bolsonaro se exalta em sessão sobre o tema* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016a) – Anexo 1, p. 124, noticia o comportamento do então deputado Jair Bolsonaro em uma sessão que debatia o crime. Além disso, reconta uma fala do referido político que causou danos morais à deputada Maria do Rosário.

Réu no Supremo Tribunal Federal sob a acusação de incitar o estupro, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) compareceu nesta quarta-feira (14) a uma sessão geral do plenário da Câmara que discutia a “cultura do estupro e a proteção à vítima” e foi pivô de uma confusão [...] Exaltado, Bolsonaro subiu à Mesa do plenário e **começou a gritar com a deputada Maria do Rosário** (PT-RS), que presidia a sessão. Ele chegou a ter que ser contido pelo deputado e ex-ministro Patrus Ananias (PT-MG), que estava ao lado de Rosário. A deputada Maria do Rosário está no centro da polêmica que levou Bolsonaro a virar réu no STF [...] A deputada o acusou na ocasião de promover a violência, inclusive a sexual. **“Jamais iria estuprar você, porque você não merece”**, respondeu Bolsonaro (FOLHA DE SÃO PAULOa, 2016, grifos nossos).

A matéria é semelhante em seu conteúdo a outra publicada pelo mesmo portal anteriormente, quando Bolsonaro tornou-se réu no Supremo Tribunal Federal (STF) acusado de incitar estupro. A notícia *Bolsonaro vira réu no STF, acusado de incitar estupro em briga*

com deputada (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016c) – Anexo 5, p. 129 – coloca em destaque o fato de o então congressista precisar responder pelo que disse à deputada.

A então deputada acusou Bolsonaro de promover violência, inclusive violência sexual: “O senhor promove sim”, dizia a deputada. “Grava aí que agora eu sou estuprador”, retrucou o pepista. **“Jamais iria estuprar você, porque você não merece”, acrescentou.**

[...] Agora, **Bolsonaro responderá uma ação penal por apologia ao crime e se for condenado pode ser punido com pena de 3 a 6 meses de prisão, mais multa.** Ele foi **denunciado** pela Procuradoria-Geral da República.

Como no trecho da matéria anterior, está presente um discurso patriarcal que faz recair sobre as mulheres a culpa pela violência sexual: o discurso jornalístico faz circular um saber sobre a mulher que merece ou não respeito, portanto, que merece ou não ser estuprada, o que demonstra como as materialidades apresentadas se relacionam mutuamente em um determinado campo enunciativo, regido pelo dispositivo da culpabilização. Ainda traçando relações entre os trechos anteriores dessa mesma série e este, também está presente o discurso de que a incitação ao estupro é passível de pena, discurso possível em nossa atualidade em razão de movimentos de resistência e avanços que vêm sendo conquistados pelas mulheres em âmbitos como os legais.

À imediata impressão, a primeira notícia desta série (sobre o atraso de Temer) parece destoar das demais, mas no nível do enunciado, podemos identificar uma mesma regra de possibilidade: a carência relativa a políticas de acolhimento e de proteção às vítimas. De um lado, porque são feitas propostas para que essa lacuna seja preenchida, do outro, porque evidencia-se o posicionamento de um congressista que vai contra as ações que visam a amparar as mulheres que são alvo de violência. Ainda sobre essa série, no domínio de coexistência dos enunciados há uma só posição de sujeito ocupada tanto por Temer quanto por Bolsonaro: um porque se posiciona com atraso, outro porque comete ilícito, se considerarmos existir um determinado saber sobre políticos, que é aquele sobre o exercício de função contrária ao esperado.

Mas os saberes contidos nessas matérias vão além. Os discursos jornalísticos envolvendo os posicionamentos das figuras políticas mencionadas circulam um saber sobre a mulher estuprada que é o lugar da subjugação. Observamos nos três textos a predominância do sujeito mulher estuprada aparecendo como problema a ser discutido e a ser resolvido e não como ser que discute e resolve questões relativas às violências que sofre.

3.1.2.4 D) VIRGINDADE

Os enunciados que formam a quarta série em análise apresentam em sua materialidade questões relativas à dignidade da mulher. Em dois dos textos aparece uma relação direta com a virgindade e, em um, o casamento, aspectos relacionados a um ideal para a vida de uma mulher respeitável e que são disseminados na sociedade pelo discurso religioso.

Quadro 5 – d) Virgindade

Série	Títulos
d) Virgindade	<i>Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidores</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) – Anexo 9, p. 135.
	<i>Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo</i> (UOL; TNONLINE, 2017) – Anexo 16, p. 142.
	<i>‘Sofri um estupro coletivo no dia do meu casamento’</i> (G1; BBC, 2017) – Anexo 17, p. 143.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Há a circulação de um saber sobre o que se considera uma mulher digna e uma mulher indigna na matéria *Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidores* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) – Anexo 9, p. 135. Em diversos trechos, recortados de um relato feito a uma revista, evidencia-se o atravessamento do dispositivo da culpabilização na notícia produzida, seja nos elaborados pelo veículo, seja no depoimento direto da atriz que denuncia a violência, o que podemos observar nas seguintes formulações “*viajou com o namorado 15 anos mais velho*”; “*deixei de lado o sonho de ser atriz e namorava um cara 15 anos mais velho*”; “*Em uma boate na viagem, me lembrei da minha mãe e pedi um suco de laranja com bastante gelo no bar. Fui ao banheiro. Voltei. Bebi. Fim*”. Em outro momento da reportagem, aparecem termos que remetem a um saber sobre o que seria uma mulher virtuosa.

[...] “Em dois anos iríamos nos casar. Além disso, **ele respeitava minha virgindade** e minha vontade de casar assim”, acrescentou.

[...] “Acordei. Olhei para o lado, e lá estava ele, dormindo. Olhei melhor e o vi nu. Susto. Me olhei. Nua. O chão forrado de garrafas vazias. Eu forrada de amnésia. Foi difícil sentar. Então vi o que eu já imaginava. **Perdi a virgindade. Me perdi**”, detalhou.

Em casa, a atriz disse que contou para a mãe o que havia acontecido. **Preferiu não contar para o pai por medo da reação dele**. Segundo a atriz, a mãe procurou por X e bateu nele (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017, grifos nossos).

A noção de que o valor de uma mulher está relacionado à sua virgindade recupera um poder-saber sobre o que é considerado, em uma sociedade com bases no patriarcado, uma mulher digna. Aqui opera o que chamamos por grande dispositivo da sexualidade, que rege discursos sobre os corpos e comportamentos sexuais femininos.

Nesse mesmo campo enunciativo está inserida a matéria *Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo* (UOL; TNONLINE, 2017) – Anexo 16, p. 142. Desde o título, o texto enuncia toda uma historicidade sobre o que é ser virgem: a mulher que se preserva, se guarda, para o casamento, que tem valor, fazendo parecer que o ato do estupro, nesse caso, seja considerado mais grave. Nos seguintes excertos, detalhe-se como ficou provado que professora, enfatiza-se, aos 27 anos, “era mulher de valor” antes de ser estuprada.

[...] **Amanda era virgem até o momento do estupro.**

[...] **O exame ginecológico aponta que o hímen teve um rompimento recente** “às seis horas, com presença de sangue nas bordas e presença de equimose junto à fúrcula vaginal”. Para Facchi, isso **evidencia a versão das dores sentidas por Amanda ao acordar.**

[...] “O laudo é categórico em afirmar que houve conjunção carnal e, mais, que a **Amanda tinha preservada sua virgindade aos 27 anos** (UOL; TNONLINE, 2017, grifos nossos).

Essa mesma noção de preservação do corpo está presente no texto *‘Sofri um estupro coletivo no dia do meu casamento’* (G1; BBC, 2017) – Anexo 17, p. 143. Embora não se fale em virgindade, a reportagem destaca quão esperado era o dia do casamento para uma mulher religiosa/de valor. Neste caso, a mídia jornalística faz circular um saber não só sobre a mulher estuprada, mas sobre o casamento, como aquele que deve ser o ideal de vida das mulheres, também sob feixe do poder de ordem masculina, como se pode observar nos trechos:

“Seria um grande casamento. Era pastora, então, todos os membros da nossa igreja haviam sido convidados, assim como nossos parentes. Harry, meu noivo, e eu estávamos muito ansiosos - afinal, nos casaríamos na Catedral de Todos os Santos de Nairóbi (capital do Quênia) e eu havia alugado um lindo vestido”.

“Mas na noite anterior ao casamento, percebi que algumas das roupas de Harry estavam comigo, incluindo sua gravata. Ele não poderia se casar sem ela, então, uma amiga que havia passado a noite na minha casa se ofereceu a levá-la para ele logo de manhã. Acordamos durante a madrugada e eu a levei até o ponto de ônibus”.

“Quando estava voltando para casa, passei por um homem que estava sentado no capô de um carro. De repente, ele me segurou por trás e me jogou no banco traseiro. Havia mais dois homens dentro do veículo, que partiu. Tudo aconteceu numa fração de segundo” (G1; BBC, 2017, grifos nossos).

O estupro é enunciado como o ato violento que destrói a vida da mulher como indivíduo, ao afetar um sonho e o ideal de casamento. Nesse caso, também observamos o dispositivo da culpa, porque detalha-se o comportamento da mulher no passado imediato ao ato: ela andava de madrugada, na rua, após deixar a amiga no ponto de ônibus. Ao mesmo tempo, está presente a questão do cuidado com os perigos que a noite pode oferecer, por isso a presença da informação sobre a companhia até o ponto de partida do ônibus – há então, de outro lado, no enunciado o discurso que denuncia o cerceamento do livre ir e vir da mulher. De todo modo, há nos três materiais um discurso de preservação do corpo para alguém, já que a virgindade é tida, sob a visão patriarcal, como uma virtude de que um homem poderá desfrutar.

3.2.1.5 E) RESISTÊNCIA

Assim, identificamos espaço na mídia para discursos que de algum modo se mostram como um movimento de resistência, ao compreendermos como discursos de resistência aqueles em que se mostra a reação das mulheres ou de organizações frente ao estupro. A série enunciativa sobre resistência, a maior delas, é composta pelas seguintes matérias intituladas

Quadro 6 – e) Resistência

Série	Títulos
e) Resistência	<i>Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: ‘socorro’</i> (G1, 2018) – Anexo 2, p. 125.
	<i>Enterro de namorado de vítima de estupro é marcado por revolta no Piauí</i> (UOL, 2017b) – Anexo 7, p. 132.
	<i>Anonymous está procurando os envolvidos no estupro coletivo realizado no Rio de Janeiro</i> (UOL; JORNAL DO COMÉRCIO, 2017) – Anexo 3, p. 126.
	<i>Atrasado, Temer repudia estupro e cria ala da PF de crimes contra a mulher</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016b) – Anexo 4, p. 127.
	<i>Jovem liga para amiga durante estupro e criminoso é preso</i> (R7, 2018a) – Anexo 11, p. 137.
	<i>Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo</i> (UOL; TNONLINE, 2017) – Anexo 16, p. 142.
	<i>Vítima de estupro coletivo volta a ser molestada por criminoso em viatura</i> (R7; AGÊNCIA ESTADO, 2016) – Anexo 19, p. 147.
	<i>‘Sofri um estupro coletivo no dia do meu casamento’</i> (G1; BBC, 2017) – Anexo 17, p. 143.
	<i>Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidores</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) – Anexo 9, p. 135.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A notícia *Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: 'socorro'* (G1, 2018) – Anexo 2, p. 125 destaca que o criminoso foi preso em razão da ação da adolescente estuprada. Disso, podemos depreender que no discurso está presente a ideia de que depende da vítima uma atitude para que seu algoz seja responsabilizado, como podemos observar nos trechos em destaque.

Um homem de 25 anos foi preso no começo da noite desta quinta-feira (22) suspeito de estuprar a sobrinha de 15 anos em Taubaté (SP). De acordo com o pai da vítima, **a menina conseguiu pedir socorro por telefone. Por telefone, ela enviou mensagem de áudio para o pai pedindo ajuda. "Socorro, o tio está tentando me estuprar."** Enquanto o pai ia para casa, **a menina tentava se livrar do estuprador**, que é irmão do pai dela. Para **evitar o ato sexual, a adolescente lutou com o homem. "Ele arrastou ela para a minha cama e tentou abusar"**, contou o pai (G1, 2018, grifos nossos).

O uso de termos como *conseguiu, socorro, pediu, ajuda, lutou, livrar, evitar* abre possibilidade para diversas interpretações. Ao nosso ver, está mais presente neste recorte um discurso sobre a culpabilização das vítimas de estupro do que sobre uma resistência ao poder patriarcal. Embora o texto destaque que o pedido de ajuda foi bem-sucedido evidenciando, o levante de uma adolescente contra um homem, que acaba preso, ou seja, o poder da resistência feminina impondo-se como superior, na relação com enunciados de outras séries já apresentadas é possível identificar novamente o dispositivo da culpabilização. Pela ênfase dada ao esforço da jovem para evitar o ato, é possível que se leve a crer que em outros casos não houve resistência ou, se houve, não fora suficiente para impedir o ato. Pela ação do dispositivo da culpabilização esse enunciado poderia ser reescrito, por exemplo, da seguinte forma: “Quem resiste, se livra, quem não resiste o suficiente, sucumbe”.

Analisamos sob a mesma ótica a notícia *Jovem liga para amiga durante estupro e criminoso é preso* (R7, 2018a) – Anexo 11, p. 137, conforme os trechos “mulher, no entanto, conseguiu ligar para uma amiga. Ela ouviu palavras obscenas, achou estranho e ligou para a polícia”; “o delegado Bruno Gilaberte, titular da 166ª DP (Angra dos Reis), afirmou ao Extra que a ação da vítima e da amiga permitiram localizar o acusado”; “durante o ato sexual, a vítima conseguiu acionar o telefone e botar uma amiga do trabalho para ouvir. Essa amiga ouviu algumas palavras obscenas ditas ao fundo, na voz de um homem. Ela achou estranho e foi à delegacia”.

Ainda sob esse mesmo olhar, analisamos o texto *Vítima de estupro coletivo volta a ser molestada por criminoso em viagem* (R7, 2016) – Anexo 19, p. 147. Primeiro, a matéria mostra

que os policiais colocaram em dúvida se a mulher realmente resistiu ao ato – esse enunciado assevera o que os anteriores permitiram inferir, mas ao detalhar exatamente os termos usados no registro do caso, acaba por possibilitar a mesma interpretação por parte do leitor. Contudo, não buscamos aqui apontar as intencionalidades do discurso, mas em que campo se inscrevem, assim, compreendemos que no da culpabilização, por meio do dispositivo que objetiva no discurso o sujeito mulher estuprada como aquele responsável pelo que acontece consigo. No seguinte excerto, consideramos estar presente o discurso da resistência, pois há espaço para a palavra da vítima que acusa, ao mesmo tempo que se observa o julgamento.

No registro de ocorrência, o policial escreveu expressões como “boquete triplo”, “fizeram anal e vaginal”, “não usaram camisinha, no pelo”, e ainda “que **a declarante só gritou quando empurraram um galho de árvore na sua bunda**”.

Protesto em Copacabana pelo fim da violência contra mulher

“Não é fácil. Durante o depoimento, fiquei muito desconcertada. Tinha acabado de acontecer tudo aquilo comigo. Estava sentindo dor e ainda muito abalada. Depois, fui para casa e me senti muito abandonada”, disse a vendedora, em entrevista ao Extra” (R7, 2017, grifos nossos).

Entendemos que, quando são esses os discursos comuns na prática jornalística sobre o estupro contra a mulher, existe uma espécie de pré-julgamento quanto ao comportamento das vítimas. Com o *status* de portador da verdade, o jornalismo faz emergir discursos que podem desencorajar mulheres a denunciarem agressões por receio do julgamento sobre sua atitude diante de um estuprador. Nesses casos, há um poder patriarcal novamente em exercício dando condições de possibilidade para a construção do texto da forma como foi produzido, em que há uma vontade de verdade apontando para a mulher como responsável por sofrer ou não o estupro, por manter ou não sua dignidade, por buscar ou não punição para o estuprador. Uma possibilidade de reescrita do enunciado é, portanto: “Depende da mulher o desencadear de um estupro”. A esse exemplo a mulher estuprada é objetivada pela mídia: como responsável pelo que acontece com ela antes, durante e após o estupro.

No texto ‘*Sofri um estupro coletivo no dia do meu casamento*’ (G1; BBC, 2017) – Anexo 17, p. 143 – o discurso de resistência está evidente pela presença do depoimento da mulher, que não só denunciou o crime como escreveu um longo relato que rodou o mundo, tendo repercutido inclusive no Brasil. Neste caso, o jornalista limita-se a escrever uma introdução para o depoimento da mulher.

[...] Quando a queniana Terry Gobanga - então Terry Apudo - não apareceu no dia do seu casamento, ninguém poderia imaginar que ela havia sido

sequestrada, estuprada e deixada à beira da morte no acostamento de uma estrada. **Foi a primeira das duas tragédias a atingi-la. Mas ela sobreviveu.** Veja abaixo o seu depoimento: [...] (G1; BBC, 2017, grifos nossos).

A construção “ela sobreviveu” indica também o movimento de resistência, por mostrar que a mulher superou duas tragédias. Considerando o domínio associado, podemos dizer que o dispositivo da culpabilização também opera na construção deste discurso. Do mesmo modo, emerge na materialidade a resistência da mulher perante o poder de ordem masculina, o que só é possível em razão de discursos sobre o poder e emancipação femininos que vêm circulando na sociedade com as conquistas das mulheres, o que pode ser recuperado por meio de uma memória discursiva, como podemos observar nos excertos

Os homens se revezaram para me estuprar. Sabia que ia morrer, mas **estava lutando por minha vida**, então quando um dos homens tirou o pano da minha boca, **mordi o pênis dele**. Ele gritou de dor e outro me esfaqueou na altura do meu estômago. Então, eles abriram a porta e me jogaram para fora do carro em movimento [...] **Escrevi um livro, *Crawling out of Darkness* (Rastejando para Fora da Escuridão, em tradução livre), sobre a minha vida. Meu objetivo era dar esperanças às pessoas. Também montei uma ONG, chamada Kara Olmurani [...] Trabalhamos com sobreviventes de estupro, como gosto de chamá-los, não vítimas de estupro. Oferecemos terapia e apoio. Queremos construir um abrigo, onde eles possam permanecer até conseguir encarar a realidade novamente.** [...] Perdoei meus agressores. Não foi fácil, mas percebi que não valia a pena. Minha fé me estimula a perdoar e não pagar o mal com o mal, mas com o bem [...] (G1; BBC, 2017, grifos nossos).

Em diversos trechos do depoimento da mulher encontramos elementos que posicionam esse discurso posto em circulação pelo jornalismo como um ato de resistência. Como pôde ser observado, são recorrentes termos que remetem à luta pela vida e a reação de superação após o ato violento, o que é uma evidência de discurso outro, que não o patriarcal, circulando em nossa atualidade.

O modo como a reportagem sobre o que se passa no Quênia é apresentada se assemelha ao que observamos em *Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidores* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) – Anexo 9, p. 135. Em um primeiro momento, o texto mostra recortes de um depoimento anterior feito pela atriz a uma revista, em que em um ato de resistência ela denuncia o abuso sofrido. A matéria faz recortes de trechos da entrevista, fazendo disso a introdução para apresentar, na sequência, outro depoimento feito pela atriz, desta vez em uma rede social própria para rebater algumas críticas recebidas por seguidores

pelo que contou à revista – as críticas, em geral, remetem a exposição e culpa. Antes de colar a imagem da postagem com o relato completo, a reportagem destaca os seguintes trechos

No fim da manhã desta quarta (11), a atriz respondeu as críticas em um post no Instagram. Ela lamentou os comentários negativos que recebeu de outras mulheres e disse que elas precisam se unir para combater o machismo. **“Quando nós, mulheres, somos unidas e levantamos a bandeira a favor da nossa liberdade e igualdade de gêneros, nós, mulheres, nos tornamos mais fortes para combater a sociedade machista”**, declarou. **“Quando leio comentários de mulheres julgando o abuso que sofri e/ou a violência que a mulher sofre todos os dias... E julgando como? Reagindo com insensibilidade e indiferença e acreditando que a vítima ‘ajuda’ para que o agressor seja violento. Bem, é muito frustrante perceber esse tipo de reação ainda mais de mulheres”**, completou (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017, grifos nossos).

Sobre a prática jornalística, a deixa para que a mulher fale por si por meio de depoimento próprio atende nessas duas matérias, de forma mais incisiva que em outros materiais recortados, a uma característica do texto jornalístico, que é o distanciamento do sujeito enunciador como se este pudesse se isentar da informação que produz. Nas reportagens em análise, observamos a necessidade de que a ação de resistência apareça por meio da palavra do sujeito enunciado, objetivado, o que pode indicar outro saber sobre as mulheres para as quais se produz subjetividades: a de que elas sabem e conseguem se defender. Ao lembrarmos a série de laudos científicos e discursos jurídicos examinada anteriormente, podemos dizer os discursos de agora são outros em circulação, que aliam crédito ao depoimento da vítima, estando mais distantes, na rede discursiva, dos enunciados jornalísticos apoiados em saberes científicos e jurídicos sobre estupro.

Na matéria *Enterro de namorado de vítima de estupro é marcado por revolta no Piauí* (UOL, 2017) – Anexo 7, p. 132 – está mais presente o uso da terceira pessoa, o que é o mais comum na prática jornalística. A reportagem descreve o sentimento de revolta de pessoas próximas às vítimas – a mulher estuprada e grávida e o namorado dela, morto. Neste material, há menção tanto à resistência da mulher durante o ato quanto à da sociedade local frente a um crime de gênero – por inferência, compreendemos que revolta tenha ganhado corpo porque circularam discursos sobre o estado de gravidez da mulher e pelo fato de ela ter sido violentada em frente ao seu parceiro –, conforme os trechos

O clima entre moradores do município de Uruçuí, localizado na região sul do Piauí, é de **revolta com o crime brutal ocorrido contra uma adolescente com seis meses de gestação e o namorado dela**, que foram **atacados** por três adolescentes, na madrugada desta quarta-feira (3). A **adolescente foi**

estuprada e o namorado Flaviano Marinho da Silva, 19, morto a golpes de faca.

[...] Durante o velório e enterro de Silva, ocorrido na tarde de quinta-feira (4), **familiares e amigos contaram que estão revoltados com a brutalidade do crime. Dezenas de pessoas foram ao enterro e protestaram pedindo punição aos acusados. Moradores de Uruçuí, ao saber que os acusados foram apreendidos, fazem plantão na frente do prédio da delegacia cobrando Justiça. “Meu sentimento é de muita tristeza de ver meu irmão daquele jeito, pai do meu sobrinho, assassinado covardemente. Peço Justiça ao promotor, juiz, delegado, a força máxima, para não deixar mais aqueles meninos fazerem aquilo com filho de ninguém mais porque estamos sofrendo. Não quero que aconteça mais e peço Justiça. Isso é uma covardia que fizeram com meu sobrinho”, disse o tio da vítima, Givaldo Antonio Marinho, em entrevista ao Portal de Uruçuí.**

[...] **Familiares e amigos do casal estão organizando uma caminhada no próximo domingo (7) para pedir paz na cidade e Justiça para as vítimas do crime.** A concentração será às 7h, na praça da Câmara de Vereadores, de onde os participantes seguirão até a igreja da Matriz, onde ocorrerá uma **missa em memória de Flaviano Silva** (UOL, 2017, grifos nossos).

Após trazer o relato de um tio do jovem morto pelos agressores, que não menciona a adolescente, o texto permite que reiteremos nossa percepção de que a revolta tenha sido mais motivada pelo assassinato do rapaz e pela violação de uma gestante do que pelo estupro contra a jovem em si. A reportagem evidencia em um segundo momento a versão da jovem estuprada, em que aparecem termos como “conseguiu”, “encontrou” ajuda, indicando resistência por parte da vítima. Contraditoriamente, a informação sobre a adolescente ainda não ter procurado atendimento em um serviço de saúde específico após a agressão funciona como um ponto de interrogação para o leitor, colocando a jovem em situação de descrédito.

Em depoimento, a garota relatou que ficou em poder dos acusados do crime por cerca de uma hora. **Apesar de estar machucada, adolescente conseguiu sair do local, encontrou uma guarnição da Polícia Militar e foi socorrida para o hospital regional Dirceu Arcoverde, em Uruçuí.** Até às 11h desta sexta-feira (5), a **adolescente não deu entrada na maternidade Dona Evangelina Rosa para ser atendida pela equipe do Serviço de Apoio à Mulher Vítima de Violência Sexual** (UOL, 2017, grifos nossos).

Essa última informação reposiciona o enunciado segundo o dispositivo da culpabilização, que faz falar sobre a mulher estuprada enquanto sujeito cujo comportamento é colocado em dúvida. Nisso está implicada uma vontade de verdade sobre esse sujeito, que existe em razão do poder patriarcal sendo exercido no discurso jornalístico.

Nesta série sobre resistência, enquadrámos a matéria *Anonymous está procurando os envolvidos no estupro coletivo realizado no Rio de Janeiro* (UOL; JCONLINE, 2016) – Anexo 3, p. 126. Em terceira pessoa, o jornalista se isenta de “fazer justiça”, conforme proposto pelos

hackeres com a descoberta da identidade dos envolvidos. Embora no texto produzido de fato o jornalista assuma o lugar do distanciamento, ao destacar a mensagem do grupo inscreve o material em um contexto de resistência, como pode ser observado

O grupo de hackers Anonymous afirmou nesta quinta-feira (26) que aderiu a causa e está buscando a identidade dos 33 suspeitos de praticarem um estupro coletivo contra uma menina de 16 anos, no Rio de Janeiro.

O crime foi divulgado no Twitter pelos próprios criminosos e é a partir da rede social que o grupo identificado como AnonOpsBrazil, começou a buscar os envolvidos no ato. [...] a mensagem deixada pelos hackers na rede Pastebin (serviço na web que permite publicar fragmentos de textos/ código fonte de programas, que ficam disponíveis na net por um período ou indefinidamente): “CIDADÃOS DO MUNDO, NÓS SOMOS ANONYMOUS!” **“Estupradores não são doentes: são filhos saudáveis do patriarcado.”**

“A sociedade e o machismo impregnado nela agem muitas vezes de maneira silenciosa. Pessoas banalizam o tempo inteiro e acabam por aceitar sua naturalização, costumeiramente atribuindo a culpa às vítimas das opressões [...] (UOL; JCONLINE, 2016, grifos nossos).

O depoimento posto em circulação atribui os crimes de estupro diretamente ao poder patriarcal, o que não identificamos em nenhum outro dos recortes que compõem o *corpus*. Compreendemos que, por este motivo, o material em questão também pode ser considerado um discurso outro sobre os casos de estupro, que não o patriarcal, mas que se filia diretamente a uma vertente que possivelmente busca resistir ao modelo de sociedade em que vivemos.

A notícia *Atrasado, Temer repudia estupro e cria ala da PF de crimes contra a mulher* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016) – Anexo 4, p. 127 – também se enquadra, segundo nossa análise, na série enunciativa sobre resistência porque fala sobre o repúdio ao crime do estupro e a criação de um serviço de atendimento qualificado para as mulheres vítimas de crimes que possam ser considerados de gênero.

Ao pontuar que no “dia seguinte à repercussão negativa por não ter se pronunciado prontamente sobre o estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro, o presidente interino, Michel Temer (PMDB), divulgou nota nesta sexta-feira (27) repudiando o ocorrido” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017), a reportagem se posiciona contrária à atitude de Michel Temer. Isso torna-se mais perceptível quando aparece, na sequência, a informação de que a “presidente afastada Dilma Rousseff (PT) usou o Twitter para falar do assunto no mesmo dia”. Sob esse ponto de vista, fica evidente uma vontade de verdade sobre o presidente que coloca suas atitudes em descrédito, como a medida que o mesmo propõe e que inscreve a reportagem no campo da resistência. Trata-se de resistir sob dois pontos de vista nossos: primeiro frente à

pouca importância dada ao estupro coletivo ocorrido do Rio de Janeiro; segundo porque coloca em circulação uma movimentação do governo para se adotar medidas específicas de combate à violência contra a mulher.

A matéria não se limita a tratar da repercussão do posicionamento tardio de Michel Temer. Após o intertítulo “caso”, materializa que a garota “contou que saiu de casa no sábado (21), à 1h, para ir à comunidade da Barão, em Jacarepaguá. Lá, encontraria um garoto de 19 anos com quem estava “ficando” e a quem identificou como “Petão” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017), fazendo emergir uma subjetividade para a jovem, a da culpa. Nesse mesmo espaço, antes de detalhar o depoimento da garota à polícia, surgiram elementos que bastariam para mostrar que não pôde ter havido resistência, pelas circunstâncias apresentadas

[...] A investigação teve início após um vídeo da jovem, nua e **desacordada**, ser postado em redes sociais na terça (24). Entre os quatro suspeitos identificados estão dois rapazes que **divulgaram imagens da menina na internet**; os outros dois **teriam** praticado abusos. O garoto com quem ela se relacionava também teve a prisão pedida. Os suspeitos têm entre 18 e 41 anos. [...] **Na gravação, um grupo de homens, em meio a risadas, toca nas partes íntimas da garota e diz que ela foi violentada por "mais de 30". Em 2009, a lei 12.015 foi alterada e passou a considerar, além da conjunção carnal, atos libidinosos como crime de estupro** (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017, grifos nossos).

Além do uso do termo “teriam” e de apresentar o comportamento da jovem antes do ocorrido, a explicação sobre a mudança na legislação coloca mais de um enunciado em circulação. Enquanto traz do discurso jurídico um saber na tentativa de defender uma concepção de estupro, a informação, no contexto em que é apresentada, recupera pela memória a ideia de que a versão da jovem possa ser exagerada e de que o que ela sofreu não é como o estupro que pode existir no imaginário popular.

Em *Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo* (UOL, TNONLINE, 2017) – Anexo 16, p. 142, o discurso de resistência fica mais evidente em apenas um trecho, que diz que a mulher “acusa um motorista do aplicativo Uber de se aproveitar da embriaguez dela para o crime”. A decisão da mulher de partir para a denúncia é colocada em circulação, fazendo com que o poder feminino diante do masculino ganhe espaço na mídia jornalística. No entanto, se considerarmos que a embriaguez da vítima aparece associada à denúncia da mesma, e que há em funcionamento um saber que condena mulheres que consomem bebidas alcoólicas, o sujeito que acusa cede a posição para o sujeito da culpa.

3.2.1.6 F) MULHER EM VOZ ATIVA

Como esta pesquisa aborda as subjetividades sobre o sujeito mulher estuprada postas em circulação, investigamos em quais matérias aparece a voz delas e primeira pessoa, o que por si só já configura um ato de resistência. Destacamos que a minoria dos materiais, seis deles, apresentam a os dizeres diretos das mulheres. Cabe pontuar novamente aqui que levamos em conta que é próprio da prática jornalística a edição de falas e depoimentos atendendo a interesses sejam editoriais, técnicos ou ideológicos. Elencamos os títulos das matérias em questão no seguinte quadro

Quadro 7 – f) Mulher em voz ativa

Série	Títulos
f) Mulher em voz ativa	<i>Vítima de estupro coletivo volta a ser molestada por criminoso em viatura</i> (R7; AGÊNCIA ESTADO, 2016) – Anexo 19, p. 147.
	<i>Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidores</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) – Anexo 9, p. 135.
	<i>Bolsonaro vira réu no STF, acusado de incitar estupro em briga com deputada</i> (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016c) – Anexo 5, p. 129
	<i>'Sofri um estupro coletivo no dia do meu casamento'</i> (G1; BBC, 2016) – Anexo 17, p. 143.
	<i>'Não dói o útero e sim a alma', diz menina vítima de estupro coletivo</i> (G1, 2016) – Anexo 15, p. 141.
	<i>Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: 'socorro'</i> (G1, 2018) – Anexo 2, p. 125.
	<i>Cena de estupro em "O Outro Lado do Paraíso" choca web; Gael vira vilão</i> (UOL, 2017a) – Anexo 6, p. 131.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A matéria *Vítima de estupro coletivo volta a ser molestada por criminoso em viatura* (R7; AGÊNCIA ESTADO, 2016) – Anexo 19, p. 147 – traz o relato da mulher sobre como ela se sentiu no momento do depoimento dado a polícia, colocando em circulação algo muitas vezes desconhecido, que é o tratamento direcionado à mulher que denuncia o ato violento, conforme o excerto

“Não é fácil. Durante o depoimento, fiquei muito desconcertada. Tinha acabado de acontecer tudo aquilo comigo. Estava sentindo dor e ainda muito abalada. Depois, fui para casa e me senti muito abandonada”, disse a vendedora, em entrevista ao Extra.

“Estou me sentindo completamente desamparada. Eu tinha medo de que justamente isso pudesse acontecer se eu registrasse o caso. Minha vida está devastada. Eu e minhas filhas não podemos ir para casa. As amigas das minhas

filhas foram a minha casa e encontraram tudo revirado. Tentaram levar até a minha máquina de lavar”, disse ao jornal (R7; AGÊNCIA ESTADO, 2016).

Compreendemos que, por dar voz à mulher estuprada, colocando-a na posição de sujeito que acusa, denuncia, o material remete a um discurso que faz resistência ao sistema patriarcal. No entanto, principalmente na segunda parte do depoimento recortado para a matéria, a mulher destaca quão devastador estava sendo para sua vida o fato de ter denunciado o estupro. A nosso ver, os depoimentos em si, conforme foram editados, acabam por objetivar a mulher estuprada como um sujeito impotente, outra objetivação construída sobre a mulher estuprada.

O lugar da impotência também é ocupado pela atriz Gisele Itié conforme recorte feito pela reportagem *Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidores* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) – Anexo 9, p. 135. Consideramos que a mulher assume ao mesmo tempo a posição de culpada, o que nos mostra que o material fora redigido sob o dispositivo da culpabilização. Há dois momentos de depoimento no material. O primeiro, que trata de um relato feito a uma revista, aponta para a culpa, como podemos observar nos seguintes trechos (os excertos se enquadram ora nesta série, ora na série sobre substâncias alucinógenas e alcoólicas).

“Quando eu tinha 17 anos, deixei de lado o sonho de ser atriz e namorava um cara 15 anos mais velho”, disse a Itié. “Em dois anos iríamos nos casar. Além disso, ele respeitava minha virgindade e minha vontade de casar assim”, acrescentou. “Em uma boate na viagem, me lembrei da minha mãe e pedi um suco de laranja com bastante gelo no bar. Fui ao banheiro. Voltei. Bebi. Fim”, contou. “X me desejou boa noite e me chamou de Cinderela”, declarou. “Acordei. Olhei para o lado, e lá estava ele, dormindo. Olhei melhor e o vi nu. Susto. Me olhei. Nua. O chão forrado de garrafas vazias. Eu forrada de amnésia. Foi difícil sentar. Então vi o que eu já imaginava. Perdi a virgindade. Me perdi”, detalhou. Gisele, então, armou que decidiu ir para o chuveiro para tirar a sensação de sujeira. O namorado bateu na porta, e ela quis ir embora para casa. “Aos prantos exigí, do outro lado da porta: ‘Quero ir para a minha casa agora’. Ele tentou dizer que não dava, e entrei em surto. X concordou em me levar”, contou (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

A circulação de discursos, por vezes, implica em processos de subjetivação. Nesse caso, em seu depoimento, a atriz considera que se perdeu por ter tido sua virgindade desrespeitada. Para nós, apresenta-se aqui o modo como o poder patriarcal objetiva a mulher pelo discurso, desencadeando processos de subjetivação, como o que inferimos que tenha ocorrido à atriz com base nesse depoimento.

Em sua conclusão, a matéria dá visibilidade, como no título, às críticas feitas por seguidoras, não de forma direta, “culpando o comportamento que ela [teve] com o ex-namorado —aceitando viajar com ele— e dizendo que ela provocou o abuso” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017). Está posto em circulação, portanto, um saber sobre a mulher estuprada, que o que a subjetiva como sujeito não-respeitável. Mas a matéria também abre espaço para o depoimento feito pela atriz em defesa própria. A declaração completa e longa, aparece ao final do texto, porém recortamos para fins de análise os trechos selecionados e evidenciados pela reportagem.

“Quando nós, mulheres, somos unidas e levantamos a bandeira a favor da nossa liberdade e igualdade de gêneros, nós, mulheres, nos tornamos mais fortes para combater a sociedade machista”, declarou. “Quando leio comentários de mulheres julgando o abuso que sofri e/ou a violência que a mulher sofre todos os dias... E julgando como? Reagindo com insensibilidade e indiferença e acreditando que a vítima 'ajuda' para que o agressor seja violento. Bem, é muito frustrante perceber esse tipo de reação ainda mais de mulheres”, completou (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

O destaque para as referidas declarações nos leva a crer que há um discurso que espera que a mulher que sofre estupro tenha de se defender perante a sociedade que a julga. Quando o jornalismo dá espaço para a argumentação, ao mesmo tempo que pode ser posicionada ao lado da mulher em um lugar de resistência, se mostra como uma prática que admite que a mulher tenha, sim, de se defender: quem se defende nem sempre é culpado, mas há uma memória que atrela defesa e culpa.

Pontuamos que a matéria também permite a circulação de um saber sobre a ocorrência de estupros dentro de relacionamentos, o que em certa medida se encaixa em um processo de desconstrução da ideia de que estupro atinge mulheres não-respeitáveis. O mesmo acontece com a matéria *Cena de estupro em “O Outro Lado do Paraíso” choca web; Gael vira vilão* (UOL, 2017) – Anexo 6, p. 131, que situamos nessa mesma série sobre a voz ativa da mulher pela presença da fala da personagem alvo do estupro. O texto narra a cena em que a personagem Clara pede para que o marido, Gael, pare com a tentativa de estupro. A fala destacada é a seguinte: “‘Ai, Gael, você está me machucando. Eu estou ficando com medo’, dizia a moça” (UOL, 2017). Embora haja aqui o discurso da impotência, há também o da resistência e, principalmente, a visibilidade a um saber sobre o estupro marital.

A reportagem *‘Sofri um estupro coletivo no dia do meu casamento’* (G1; BBC, 2016) – Anexo 17, p. 143, traz o longo relato de uma mulher queniana que sofreu um estupro e tentativa de homicídio. São 11 páginas de relato, portanto analisamos alguns trechos presentes em vários

momentos do depoimento. O que nos chamou a atenção foi o quanto os dizeres da mulher se configuram como uma forma de resistir, embora nos mostre que inicialmente havia a sensação de culpa.

“Harry continuava a dizer que queria se casar comigo. "Quero cuidar dela e garantir que ela volte para casa com saúde", disse ele. Verdade seja dita, não estava numa posição de dizer Sim ou Não porque ainda não havia conseguido esquecer o que tinha acontecido comigo. Dias depois, quando a sedação diminuiu, pude olhá-lo no olho. Não parava de pedir desculpas. Sentia que eu o havia desapontado. Algumas pessoas disseram que foi minha culpa sair de casa de manhã. Foi bem doloroso, mas minha família e Harry me apoiaram. A polícia nunca conseguiu prender os estupradores. Por diversas vezes, fui chamada para identificar possíveis suspeitos, mas nenhum deles se parecia com meus agressores. A cada vez que ia à delegacia, era um sofrimento e acabava prejudicando minha recuperação. No final, disse aos policiais: “Você sabe de uma coisa? Estou farta disso”.

Perdoei meus agressores. Não foi fácil, mas percebi que não valia a pena. Minha fé me estimula a perdoar e não pagar o mal com o mal, mas com o bem. O mais importante para mim foi o luto [perda do primeiro marido]. Passe por cada etapa dele. Fique triste até você conseguir lidar com a situação. Você tem de continuar em frente, mesmo que tenha de rastejar. Mas siga na direção do seu destino porque ele está te esperando” (G1; BBC, 2017).

Na nossa compreensão, há uma multiplicidade de saberes que são repassados pela mídia jornalística ao dar visibilidade a esse depoimento. O que há de regra nesse enunciado na relação com os outros da série em questão são as condições de possibilidade, calcadas em um poder patriarcal em que a mulher estuprada precisa se defender, mas também nessa força que pode ser atualmente questionada.

Ao estudarem a mídia e a relação do corpo com a historicidade, viés de estudo não aprofundado neste trabalho, mas que nos auxilia a investigar o discurso neste momento, Lachi e Navarro (2012) dão instrumentos para examinarmos o exercício de um poder patriarcal aparecendo nos materiais jornalísticos. Em um excerto, ora a atriz afirma ter se sentido perdida e ter tido medo de contar para o pai o ocorrido, ora denuncia a violência em um movimento de autovalorização. Em outro, destrói-se um sonho – o momento do casamento. Trata-se de um dispositivo que faz falar da mulher em sua relação com a própria sexualidade e consequentemente o corpo, este, “constitui não só como lugar de conflito e disputas dos saberes e discursos, mas também como um conflito do sujeito com o próprio corpo [...]. É nesse jogo que se dá o processo de subjetivação do sujeito e este é chamado a assumir uma posição” (LACHI; NAVARRO, 2012, p. 37).

Na matéria *Bolsonaro vira réu no STF, acusado de incitar estupro em briga com deputada* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016) – Anexo 5, p. 129, a fala da deputada Maria do Rosário aparece recortada de uma nota divulgada pela mesma em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF): “vitória contra impunidade que compartilho com todas as mulheres, sobretudo, às vítimas da violência”. Em meio a uma polêmica que fora criada em torno do caso, no texto o espaço para o posicionamento de Maria do Rosário em primeira pessoa, como aquela que acusa e que ratifica uma atitude da justiça, situa o discurso no campo da resistência, como nos seguintes trechos:

“Em um país em que a cada onze minutos é cometido um estupro, e em que nos deparamos cotidianamente com crimes atrozes contra a dignidade sexual, é fundamental combater a cultura do estupro e para tal a decisão do dia hoje é um passo extremamente importante nesta caminhada”, afirmou.
[...] Esta é a segunda vez em que Bolsonaro, na condição de deputado, diz que não estuprará Maria do Rosário porque ela não merece. Em novembro de 2003, ele discutiu com ela, que era deputada, diante das câmeras da RedeTV! no Congresso Nacional. A então deputada acusou Bolsonaro de promover violência, inclusive violência sexual: “O senhor promove sim”, dizia a deputada (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Ressaltamos que embora esteja presente o discurso da resistência, a prática jornalística reproduz, na ordem indireta, o que diz Bolsonaro sobre a mulher, recuperando dizeres que ligam a violência do estupro à beleza ou sensualidade da mulher e que, impregnado de ironia, diz exatamente o contrário do que diz: que existem mulheres que merecem ser estupradas. No nível enunciativo, as possibilidades de existência do texto se dão sob o grande dispositivo da sexualidade, como no caso de todos os demais, o da culpabilização e, de outro lado, o da resistência, se partirmos da compreensão de que o dispositivo pode ser entendido como aquele que confere visibilidade a um discurso.

A essa mesma linha de análise submetemos o texto *Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: ‘socorro’* (G1, 2018) – Anexo 2, p. 125, em que há um pequeno trecho de voz ativa da jovem, além de “socorro”, no título, abordando a mensagem enviada por ela pedindo ajuda: “Socorro, o tio está tentando me estuprar”. Um espaço um pouco maior é dedicado à voz ativa da outra jovem alvo de estupro em *‘Não dói o útero e sim a alma’, diz menina vítima de estupro coletivo* (G1, 2016) – Anexo 15, p. 141, que aparece no título e em outros recortes feitos a partir de uma publicação em uma rede social. Embora o termo “teriam” tenha sido empregado, permitindo ao jornalista distanciar-se da afirmação sobre a quantidade de homens agressores, o foco do material está voltado ao desabafo da adolescente e não à

constatação da violência. Podemos conferir os trechos da postagem recortados para a matéria no seguinte excerto:

A adolescente de 16 anos que foi vítima de um estupro coletivo em uma comunidade da Zona Oeste do Rio voltou a fazer um desabafo nas redes sociais. Diante de tantas mensagens de apoio e solidariedade, a jovem acrescentou a mensagem: **“Todas podemos um dia passa e por isso .. Não, não doi o útero e sim a alma por existirem pessoas cruéis sendo impunes !! Obrigada ao apoio”**, disse a menina, que na manhã desta sexta (27) também aderiu à campanha na rede social pelo “fim da cultura do estupro”. Na noite desta quinta (26), ela já havia feito um agradecimento na internet. **“Venho comunicar que roubaram meu telefone e obrigada pelo apoio de todos. Realmente pensei que seria julgada mal”**. De acordo com relatos da vítima, 33 homens armados **teriam** participado do crime (G1, 2016, grifos nossos).

Sobre essas duas matérias, a respeito da adolescente alvo do tio e da jovem estuprada por vários homens no Rio de Janeiro, compreendemos que o dispositivo da resistência foi um dos fatores que fizeram com que os dizeres da jovem tenham sido levados à visibilidade, bem como o da culpabilização, que inferimos que, em um momento anterior, tenha dado condições de existência ao texto escrito pela jovem. Esse movimento demonstra como os enunciados nunca estão sozinhos e estão sempre ligados a outros que os margeiam, uma das características que fazem de uma formulação um enunciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como leitores de notícias que dizem respeito a mulheres estupradas e inseridos em uma sociedade que, embora ainda regida por um poder patriarcal, busca reposicionar a mulher em posição de igualdade, procedemos às questões: quem é a mulher estuprada conforme discursivizado pelos/nos discursos de mídia? De que forma é discursivizada? Que papel a mídia tem desempenhado? Traçar uma única definição seria incorrer ao risco de inconsistência, considerando que uma multiplicidade de fatores, para muito além dos apresentados nesta dissertação, está imbricada na prática discursiva jornalística. No entanto, após o percurso de análise que propusemos, podemos fazer alguns apontamentos sobre quais condições têm contribuído para que os jornais falem das mulheres estupradas da forma como vêm falando.

Considerando a problematização sobre uma sociedade que subjuga mulheres, a que fazemos em torno dos números alarmantes de casos de estupro no Brasil, acerca do modo como os discursos jornalísticos se apresentam como verdade, podendo contribuir para a perpetuação da prática de um crime que possui bases no patriarcado, iniciamos este trabalho partindo do acontecimento de um estupro coletivo contra uma adolescente no Rio de Janeiro, em 2016, que nos causou indignação e nos levou à reflexão sobre o que o jornalismo tem dito sobre a mulher estuprada dada à repercussão sobre o caso, que culpabilizou a jovem. Indubitavelmente, as práticas que subjagam a mulher precisam ser combatidas, por essa razão, justificamos esta pesquisa, no sentido de que esta se posiciona como uma forma de resistir a esse poder. Também justificamos este trabalho por questionar uma pretensa neutralidade do jornalismo, porque tal prática imprime autoridade para dizer, portanto trata-se de um poder que se exerce sobre os outros, gerando saberes sobre as mulheres que sofreram estupro.

O estupro coletivo ocorrido em 2016 gerou enunciados que se relacionam a outros, configurando assim um acontecimento discursivo, possibilitando as análises do campo dos Estudos do Texto e do Discurso. Selecionamos matérias veiculadas entre maio de 2016 e março de 2019 pelos portais G1, R7, UOL e Folha de São Paulo, publicações essas que tiveram “chamadas” realizadas nas *fanpages* dos respectivos veículos. A partir da rede social, filtramos, por meio do mecanismo de busca das postagens no Facebook, materiais que tratam da mulher estuprada, nos debruçando sobre a íntegra dos mesmos conforme publicados nos sites. Ao todo, para o momento da análise recortamos 19 notícias e reportagens, por esses gêneros se pretenderem mais neutros.

Na busca pelo objetivo geral que estabelecemos para este trabalho, que é analisar o modo como a mulher alvo de estupro é discursivizada em materialidades jornalísticas,

buscamos apoio em duas fases da obra de Michel Foucault, abarcando conceitos relacionados à questão do saber-poder. Para tanto, nos propusemos aos objetivos específicos: por meio do trabalho de descrição dos enunciados, buscar saberes e poderes que atravessam e constituem discursos sobre a mulher estuprada; estabelecer regularidades entre os enunciados, partindo-se das noções de acontecimento discursivo, função enunciativa e arquivo; identificar dispositivos, que pressupõem uma vontade de verdade, em funcionamento nas práticas discursivas jornalísticas sobre a mulher estuprada.

Para chegarmos até aqui, mobilizamos um arcabouço teórico e metodológico que possibilitou cumprir o propósito inicial de compreender como a mulher estuprada é objetivada. Como método, dividimos as matérias em séries enunciativas (FOUCAULT, 2008a), conforme regularidades discursivas no interior de um domínio de coexistência. As séries por nós identificadas foram a) Substâncias alucinógenas e alcoólicas, b) Discurso jurídico, c) Discurso político, d) Virgindade/dignidade e) Resistência e f) Mulher em voz ativa. Não separamos os materiais por veículo porque, embora no G1 tenha havido maior recorrência da mulher em voz ativa e na Folha de São Paulo o discurso jurídico, os enunciados se mostraram heterogêneos e nosso interesse está voltado à prática jornalística – frisamos que a escolha pelos veículos não se deu por viés discursivo, mas porque são os veículos de maior audiência nas redes sociais, o que pressupõe que suas “chamadas” para matérias de sites reverberem mais.

Com base na interpretação e descrição dos enunciados, alcançamos a noção de sujeito (FOUCAULT, 2008a), identificamos a posição do sujeito mulher digna, posição do sujeito mulher indigna e posição do sujeito mulher estuprada. O primeiro, oposto ao segundo, tido como inadequado (a mulher anda à noite, sai sozinha, que usa roupas curtas, justas). O sujeito mulher estuprada apresenta as características do sujeito mulher indigna, porque recai sobre ela a culpa pelo estupro.

Os processos mencionados foram fundamentais para que aplicássemos o dispositivo como método sobre os enunciados. Como foi possível notar interceptações e orientações nos discursos, característica do dispositivo, como mostra Deleuze (1990), chegamos aos processos de objetivação e subjetivação da mulher. No trecho “[...] Tequila é uma bebida muito forte. Quem estava ali sabia que ela não estava acostumada e que isso derrubaria ela fácil” (UOL, 2019), da série a, observamos o atravessamento do dispositivo da culpabilização. Em outros termos, a mulher foi objetivada como culpada pelo estupro sofrido, porque teve uma conduta que desviou do que se espera para uma mulher digna. Nessa mesma série enunciativa, o trecho sobre um caso de novela, “Tudo ia aparentemente muito bem quando, depois de alguns goles, o comportamento de Gael muda completamente. Bêbado e fora de controle, ele pega a mulher

pelos braços, a joga na cama com força, rasga o vestido e a manda calar a boca” (UOL, 2017), parece isentar o personagem. Dentro do dispositivo da culpabilização, parece, então, haver outros jogos de relação saber/poder, que se colocam na narrativa jornalística atenuando do homem a responsabilidade.

Também observamos como o jornalismo constitui verdades. Com base em Foucault (2002), que mostra como as formas jurídicas são presentes nos tribunais, compreendemos que ao assumir tal prática, o jornalismo exerce esse poder, funcionando como um dispositivo de produção de verdades. Assim, há uma vontade de verdade sobre a palavra da mulher estuprada como não sendo suficiente para compor uma prova sobre estupro, conforme análise realizada sobre a série b, em que laudos são utilizados como provas. Assim, são produzidos acontecimentos discursivos, com a recuperação de memórias sobre o que caracteriza o estupro contra a mulher. Paralelamente, apontamos para uma vontade de verdade que faz com que determinados sentidos sobre a mulher estuprada sejam produzidos: se saiu tarde, se namorou alguém mais velho, se ingeriu bebida alcoólica, se não resistiu o suficiente, se não apresenta marcas físicas, a mulher tem culpa. As análises também nos fazem pensar que as mulheres, conforme discursiviza e legitima a mídia jornalística, são impotentes e dependem de proteção para desfrutar de direitos que deveriam ser de todos os seres humanos.

Nos chamou a atenção o que pudemos examinar na série d, sobre virgindade. Quando a mídia faz circular um dizer da mulher sobre ter se perdido ao perder a virgindade, que o sonho do casamento foi destruído por ter sido estuprada, quando dá visibilidade a uma discussão que buscar provar se uma mulher ainda é virgem próximo dos 30 anos, isso mostra que os sujeitos assumem os discursos para si, o que nos coloca diante de processos de subjetivação.

Outro ponto da análise que destacamos é o exame das matérias em que percebemos o funcionamento de um dispositivo da resistência, iluminando saberes sobre políticas públicas para mulheres vítimas de violência, um saber sobre o estupro dentro de relacionamentos e dando voz à mulher, embora muitas vezes presente dispositivo da culpabilização, o que faz parte de uma cultura do estupro. Atrelar aos textos sobre estupro contra a mulher esquemas que a culpam é, conforme o que podemos perceber neste percurso, a principal forma como a mídia jornalística corrobora para a cultura do estupro.

Ressaltamos que, decorrer do trabalho, percebemos o dispositivo da sexualidade atravessando todos os textos, com a predominância do dispositivo da culpabilização constituindo o modo como os acontecimentos foram reconstruídos. Evocamos aqui o que diz Foucault (2005) sobre a possibilidade de nos rebelarmos diante do esclarecimento sobre o que nos fez ser o que somos, para a possibilidade de rejeitar e resistir a tal poder.

A título de efeito conclusivo, o que se espera ao final de um trabalho de dissertação, lembramos que na análise discursiva não se buscam verdades, mas a compreensão do que anima o interior dos discursos. Diante disso, podemos afirmar que o exame dos materiais que analisamos foi produtivo ao evidenciar um saber sobre a mulher estuprada que tem bases patriarcais regendo discursos que ainda se supõem neutros e que, por isso, acabam por prolongar a vida de um modelo de sociedade que subjuga e tenta invisibilizar metade da humanidade.

Apresentadas as considerações, manifestamos a existência de outras possibilidades para o desdobramento dessa pesquisa, no sentido da abordagem de outras séries, como o discurso policial. Poderíamos ter aprofundado a discussão em torno da virgindade e do estupro marital. Outra hipótese de análise poderia ser a entrada pelo “desobedecer”. Ainda, uma análise de comentários das notícias e reportagens inspira trabalhos futuros, para pensarmos a intervenção na história da atualidade. Em razão do tempo e da necessidade de se fechar um campo de visão para a análise, no entanto, escolhemos não abordar tais possibilidades neste momento.

Pontuamos aqui que não nos cabe fazer afirmações sobre o ato em si do estupro na relação com a sexualidade, nem sobre quais aspectos poderiam ser levados em conta para a punição para o estuprador, mas podemos dizer que em razão do controle da sexualidade por meio dos discursos, são produzidos enunciados que tanto subjagam mulheres quanto dão visibilidade a um movimento de resistência. Acreditamos que conscientes dos dispositivos que regem lugares de fala, talvez os indivíduos que atuam na mídia jornalística possam repensar os discursos que colocam em circulação.

Conduzir o que se diz em uma sociedade como a nossa, na qual emergem discursos de ódio, intolerância, de desprezo pelas minorias e de desvalorização da mulher, entre outros que subjagam quem, neste jogo, por vezes aparece do lado mais fraco na relação de poder, se considerarmos uma perspectiva macro que influencia as microperspectivas, parece-nos ser fundamental na busca por uma sociedade menos desigual e violenta. Essa condução se mostra possível mediante as possibilidades de ruptura.

Mas como “driblar” as continuidades se todos estamos inseridos em uma mesma sociedade onde tudo se dá por meio da linguagem? Queremos dizer que as produções jornalísticas sobre as mulheres estupradas podem ser outras: há condições para isso, como Foucault (2005) nos apresenta ao abordar a questão da ultrapassagem dos acontecimentos históricos, mas, mais do que isso, pelas práticas discursivas podem se dar as resistências frente a esse poder que oprime, já que o poder se exerce, abrindo a possibilidade de construção de saberes outros.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo. **Outra travessia**, revista de literatura, Ilha de Santa Catarina, n.5. p. 9-16. 2005.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A soberania patriarcal**: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. Florianópolis: Sequência, nº 50, p. 71-102, jul. 2005. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/4f33baebd636cb77eb9a4bdc2036292c.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.
- ASSIS, Francisco. Gêneros jornalísticos: antologia sincrônica. In: PEREIRA, Clarissa Josgrilberg; GURGEL, Eduardo Amaral, ARAGÃO, Iury Parente (Orgs.). **Fortuna Crítica de José Marques de Melo – Liderança e Vanguardismo**. Vol. 4. São Paulo: Intercom, 2015.
- BÍBLIA. **Bíblia da mulher de fé**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.
- BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- BLAY, Eva Alterman. Oito de março: conquistas e controvérsias. **Estudos Feministas**, 2001, 601-607. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2017/04/butler-problemasdegenero-ocr.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- BUSTAMENTE, Luisa. Depois daquele estupro coletivo: o que aconteceu com os acusados? **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/03/08/violencia-contra-a-mulher-2/>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- CAMPOS, Andrea Almeida. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 183, ago. 2016, p. 1-13. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32937>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- CANAVILHAS, João Messias. **Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. São Paulo, Paz e Terra. Vol. II, Cap. 4, 2000.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo Edições, 1998.

COITO, Roselene de Fátima. O corpo tatuado: a imagem de uma identidade em 3D. *In*: NAVARRO, P., TASSO, I. (Orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá/PR: Eduem, 2012, p. 57-77.

CROCE; CROCE JÚNIOR. **Manual de Medicina Legal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica** (além do estruturalismo e da hermenêutica) / Hubert Dreyfus, Paul Rabinow; tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **O Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei 8.069 de 16 de junho de 1990. Brasília: Autor, 1990.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 11ª ed. Trad. Leandro Konder. Civilização Brasileira. 2010.

FALEIROS, Eva. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: os (des)caminhos da denúncia. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

FERNANDES JÚNIOR, Antônio. Dispositivos de poder e construção do sujeito na sociedade de controle: singularidade e poesia. *In*: FERNANDES JR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de. (org.). **Dispositivos de poder em Foucault**: práticas e discursos da atualidade. Goiânia: Gráfica UFG, 2014, p. 55-69.

FINKELHOR, D. **Abuso Sexual al Menor**: Causas, consecuencias y tratamiento psicossocial. México: Editorial Pax México, 1980.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. **Educação & Realidade – Dossiê Michel Foucault**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1999, v. 24, n. 1, p. 5-11. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55804/33902>. Acesso em: 5 mar. 2019.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Na companhia de Foucault: multiplicar acontecimentos. **Educação & Realidade – Dossiê Michel Foucault**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2004, v. 29, n. 1, p. 215-226. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25427/14753>. Acesso em: 3 mar. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação da Folha de S. Paulo**. São Paulo, SP: Publifolha, 2015.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Memória, mulher e política: do governo das capitâneas à presidência da república, rompendo barreiras. *In*: NAVARRO, P., TASSO, I. (org.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá/PR: Eduem, 2012, p. 183-208.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2017**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018, ano 11. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf. Acesso em: 11 nov. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2018**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019, ano 12. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: **Ética, sexualidade e política, por Michel FOUCAULT**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 277-293.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, M. **Estratégia, Saber-Poder**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade** (Ditos & Escritos, vol. IX). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 20ª. ed. São Paulo: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. “O que são as Luzes”. *In: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos & Escritos, vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 35. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008b.

GAROTAS foram jogadas de penhasco com mais de 10 metros de altura. **G1**, Piauí, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/05/garotas-foram-jogadas-de-penhasco-com-mais-de-cinco-metros-de-altura.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GIMBUTAS, M. **Civilisation of the Goddess**: the world of old Europe. San Francisco: Harper and Row, 1991.

GREGOLIN, M. R. V. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. *In: NAVARRO, P., SARGENTINI, V. (org.). Foucault e os domínios da linguagem*: discurso, poder, subjetividade. São Carlos/SP: Claraluz, 2004, p. 23-44.

GREGOLIN, Maria. R. Análise do discurso: conceitos e aplicações. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 39, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/107724>. Acesso em: 10 mar. 2019.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo, Ubu Editora, 2018.

HOUAISS. **Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2015.

KOOPAMNS, Ruud. Movements and media: Selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere *In: Theory and Society* **33**, 2004, p. 367–391.

LACHI, P; NAVARRO, P. O corpo moldado: corporeidade mediada e subjetivação. *In: NAVARRO, P; TASSO, I. Produção de identidades e processo de subjetivação em práticas discursivas*. Maringá/PR: Eduem, 2012, p. 57-77.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e reconstrução. **Educação e Realidade**, 1995, 20(2), p. 101-132.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 25ª Ed. São Paulo: Editora Graal, 2010. p. 7-23.

MILANEZ, Nilton. **As aventuras do corpo**: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/cp030105.pdf>. Acesso em 20 fev. 2019.

MILANEZ, Nilton; PRATA, V. Sujeito Digital. Espaço, corpo e vídeos de suicídio em uma cidadezinha qualquer. **MOARA**, v. 43, p. 45-61, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2635/3784>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MOURA, Samantha Nagle Cunha de. **Estupro de mulheres como crime de guerra**. Lições sobre Direito, Feminismo e Vitimização. São Paulo: Servanda, 2017.

NARVAZ, Martha, G; KOLLER, Sílvia H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**. Maringá, 2006, v. 11, n. 3, p. 647-654. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

NAVARRO, Pedro Luis. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, Ismara (org.). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre lingua(gens), identidade e memória**. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 59-74.

NAVARRO, Pedro Luis. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na história. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis (org.). **Michel Foucault e os domínios da linguagem** – discurso, poder, subjetividade. São Carlos/SP: Claraluz, 2004, p. 97-130.

NAVARRO, P; ZÍNGARA, A, M. Contra o que lutamos, como lutamos e de qual lado estamos? Discurso, poder e resistência. In: CURCINO, L; SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C. (org.). **(In) subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos**. São Carlos: EduFSCar, 2016, p. 32-46.

NOLASCO-SILVA, Leonardo. **O público de um crime privado: estupro, masculinidades e condicionantes culturais – Apontamentos para políticas públicas de prevenção, reintegração de infratores e atendimento a mulheres**. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/P_SOCIAIS_4856_1245942530.pdf. Acesso em: 28 mar. 2019.

O estupro coletivo que chocou Índia e mudou a lei. **BBC**, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36400156>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PEREIRA, Josana Maria Oliveira. **A relativização do estupro** – uma análise foucaultiana do estupro nos discursos sociais. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6800>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PESSIS, Anne-Marie; MARTÍN, Gabriela. Das origens da desigualdade de gênero. In: CASTILLO, Márcia Martin; OLIVEIRA, Suely (org.). **Marcadas a ferro**. Violência contra

mulher: uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, Governo Federal, 2005, p. 17-22.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro, crime ou “cortesias”**: uma abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

POLÍCIA apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts. **G1**, Rio de Janeiro, 27 mai. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-do-rio-apura-suposto-estupro-coletivo-e-identifica-autores-de-posts.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PORTER, Roy. Estupro – será que tem um significado histórico? *In*: TOMASELLI, Sylvana; PORTER, Roy (Orgs). **Estupro**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

PRADO, M. do C. C. de A; PEREIRA, A. C. C. Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 25(2), p. 277-291, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3953/395335888012.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

SANTOS, Lígia Pereira dos. **Mulher e violência**: histórias do corpo negado. Campina Grande: EDUEP, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** (v. 16). Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2001, p.115-136. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 3 fev. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARGENTINI, V. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. *In*: SARGENTINI, V., NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). **Michel Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. 2004. São Carlos/SP, Claraluz, p. 77-96.

SARGENTINI, V. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. *In*: SOUSA, K, M; PAIXÃO, H, P. (org.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015, p. 17-27.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação & Realidade**, 1995, vol. 20, nº 2, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 18 out. 2018.

SERRANI, Silvana M. **A linguagem na pesquisa sociocultural**: um estudo da repetição em discursividade. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1988.

SILVA, Joelma. **Amordaçadas e ruidosas**. Um estudo sobre estupro, assassinato e santidade de meninas no Brasil – 1973/1996. Curitiba: CRV, 2013. Disponível em:

<http://www.silviaterencio.com/tagmoulinrouge/tagmoulinrouge.html>. Acesso em: 31 mar. 2019.

SILVA, Késia Alves da. **Silêncios que ecoam**. Corpos, dinâmica e campo gravitacional da Cultura do Estupro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **FAMECOS, Revista da Faculdade de Comunicação Social da PUC/RS**, Porto Alegre, n. 21, agosto, 2003, p. 110-120.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista de Estudos Feministas**. 2017, vol.25, n.1, p.9-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/1806-9584-ref-25-01-00009.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2019.

SOUZA, V. A.; CARVALHO, M. E. **Por uma educação escolar não-sexista**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

TIBURI, Marcia. Cultura e Política: relação desnaturada. **Zero Hora**, Rio Grande do Sul, 2016.

VEYNE, P. **Foucault**. Seu pensamento, sua pessoa. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIGARELLO, Georges. **Historia de la violación**: siglos XVI-XX. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.

VOSS, J.; NAVARRO, P. A noção de enunciado reitor de Michel Foucault e a análise de objetos discursivos midiáticos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 13, n. 1, p. 95-116, jan./abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322013000100005. Acesso em: 24 mar. 2019.

FONTES DO CORPUS

ADOLESCENTE pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: ‘socorro’. **G1**, Vale do Paraíba, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/adolescente-pede-socorro-ao-pai-por-celular-antes-de-estupro-por-tio-pai-corre.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ALCÂNTARA, Fábio. Jovem liga para amiga durante estupro e criminoso é preso. **R7**, São Paulo, 16 jan. 2018. Disponível em: http://www.virgula.com.br/inacreditavel/jovem-liga-para-amiga-durante-estupro-e-criminoso-e-preso/?fbclid=IwAR2xgJ6kCvryuSKQXm_9oC01YKXxUAdGm-Rt8WQYWau5nzjjjamzgsms-Z4#img=1&galleryId=1180863. Acesso em: 10 fev. 2019.

ANONYMOUS está procurando os envolvidos no estupro coletivo realizado no Rio de Janeiro. **UOL; Jornal do Comércio**, 2017. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2016/05/26/anonymous-esta-procurando-os-envolvidos-no-estupro-coletivo-realizado-no-rio-de-janeiro-237597.php>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ATRASADO, Temer repudia estupro e cria ala da PF de crimes contra a mulher. **Folha de São Paulo**, Brasília, 2016b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1775541-ministro-da-justica-diz-que-estupro-e-a-maior-violencia-a-dignidade-da-mulher.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRAGON, Ranier. Acusado de incitar estupro, Bolsonaro se exalta em sessão sobre o tema. **Folha de São Paulo**, Brasília, 2016a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1813237-acusado-de-incitar-estupro-bolsonaro-se-exalta-em-sessao-sobre-o-tema.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRUNO, Tiago. Mulher é estuprada por três homens em condomínio na Barra da Tijuca. **R7**, Rio de Janeiro, 30 abr. 2018b. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/mulher-e-estuprada-por-tres-homens-em-condominio-na-barra-da-tijuca-30042018>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CENA de estupro em “O Outro Lado do Paraíso” choca web; Gael vira vilão. **UOL**, São Paulo, 2017a. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/10/24/cena-de-estupro-em-o-outro-lado-do-paraíso-choca-web-gael-vira-vilão.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

‘ESTUPRO está provado’, diz delegada sobre caso do Rio; suspeitos são presos. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 30 mai 2016d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776352-o-estupro-esta-provado-diz-delegada-sobre-caso-no-rio-e-polícia-prende-um.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FALCÃO, Márcio. Bolsonaro vira réu no STF, acusado de incitar estupro em briga com deputada. **Folha de São Paulo**, Brasília, 2016c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1783973-bolsonaro-vira-reu-no-stf-por-fala-sobre-estupro-de-deputada.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GAMA, Aliny. Enterro de namorado de vítima de estupro é marcado por revolta no Piauí. **UOL**, Maceió, 5 mai. 2017b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/05/05/enterro-de-namorado-de-gravida-vitima-de-estupro-e-marcado-por-revolta-no-piaui.htm>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GISELE Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 2017. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2017/01/gisele-itie-detalha-estupro-que-sofreu-de-ex-namorado-e-lamenta-criticas-de-seguidoras.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GONZALEZ, Mariana. Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga. **UOL; UNIVERSA**, São Paulo, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/08/ela-confiava-muito-nele-diz-amiga-de-jovem-queimada-no-interior-de-sp.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

JOVEM foi estuprada e morta com taco de baseball; suspeito é gerente de bar na zona Leste. **R7**, São Paulo, 22 dez. 2016a. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/jovem-foi-estuprada-e-morta-com-taco-de-basebol-suspeito-e-gerente-de-bar-na-zona-leste-22122016#!/foto/1>. Acesso em: 12 nov. 2018.

‘NÃO dói o útero e sim a alma’, diz menina vítima de estupro coletivo. **G1**, Rio de Janeiro, 27 mai. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/nao-doi-o-uterio-e-sim-alma-diz-menina-vitima-de-estupro-coletivo.html>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PROFESSORA que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo. **UOL**; **TNONLINE**, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/cotidiano/67,445370,23,11,professora-que-acusa-motorista-de-uber-de-estupro-era-virgem-aponta-laudo.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2019

‘SOFRI um estupro coletivo no dia do meu casamento’. **G1**; **BBC**, 30 jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/sofri-um-estupro-coletivo-no-dia-do-meu-casamento.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2018.

TEIXEIRA, Ellyo. Jovem presenciou estupro de namorada antes de ser degolado, diz polícia. **G1**, Piauí, 3 mai. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/jovem-presenciou-estupro-de-namorada-antes-de-ser-degolado-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2019.

VÍDEO prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio. **R7**, Rio de Janeiro, 30 mai. 2016b. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/video-prova-estupro-coletivo-diz-delegada-que-investiga-violencia-contra-adolescente-no-rio-03062016>. Acesso em: 12 nov. 2018.

VÍTIMA de estupro coletivo volta a ser molestada por criminoso em viatura. **R7**; **AGÊNCIA ESTADO**, Rio de Janeiro, 22 out. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/vitima-de-estupro-coletivo-volta-a-ser-molestada-por-criminoso-em-viatura-22102016>. Acesso em: 12. nov. 2018.

ANEXOS

ANEXO 1 – Acusado de incitar estupro, Bolsonaro se exalta em sessão sobre o tema

Acusado de incitar estupro, Bolsonaro se exalta em sessão sobre o tema

RANIER BRAGON

DE BRASÍLIA

14/09/2016 13h39 - Atualizado às 14h08

Réu no Supremo Tribunal Federal sob a acusação de incitar o estupro, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) compareceu nesta quarta-feira (14) a uma sessão geral do plenário da Câmara que discutia a "cultura do estupro e a proteção à vítima" e foi pivô de uma confusão.

Criticado por convidadas da sessão, como a vice-presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Distrito Federal, Daniela Teixeira, que defendeu o seu julgamento e a sua condenação, Bolsonaro se exaltou e começou a gritar no plenário exigindo direito de resposta.

Ele estava acompanhado de uma série de apoiadores que passaram a gritar em coro "direito de resposta", entre eles uma das líderes dos movimentos de rua que apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff, Carla Zambelli.

Exaltado, Bolsonaro subiu à Mesa do plenário e começou a gritar com a deputada Maria do Rosário (PT-RS), que presidia a sessão. Ele chegou a ter que ser contido pelo deputado e ex-ministro Patrus Ananias (PT-MG), que estava ao lado de Rosário.

Ao final, a vice-presidente da OAB-DF pediu proteção para deixar o Congresso afirmando se sentir ameaçada.

PROCESSOS

A deputada Maria do Rosário está no centro da polêmica que levou Bolsonaro a virar réu no STF. Em novembro de 2003, os dois bateram boca e quase se agrediram no Salão Verde da Câmara, uma confusão gravada pelas câmeras da "RedeTV!"

A deputada o acusou na ocasião de promover a violência, inclusive a sexual. "Jamais iria estuprar você, porque você não merece", respondeu Bolsonaro. Em dezembro de 2014, o caso voltou à tona quando o deputado do PSC atacou a petista no plenário da Câmara, minutos após ela defender a Comissão da Verdade e as investigações dos crimes da ditadura militar.

"Não saia, não, Maria do Rosário, fique aí. Fique aí, Maria do Rosário. Há poucos dias [na verdade a discussão havia ocorrido em 2003] você me chamou de estuproador no Salão Verde e eu falei que eu não estuproava você porque você não merece. Fique aqui para ouvir", afirmou Bolsonaro em discurso.

Em junho deste ano o STF aceitou a denúncia relativa a esses dois casos e transformou em réu o deputado sob a acusação de incitação ao crime de estupro. O tribunal ainda acolheu uma queixa-crime contra o congressista por injúria.

O caso foi discutido pela primeira turma do STF, que recebeu a denúncia por 4 votos a 1. Se condenado, Bolsonaro pode ser punido com pena de 3 a 6 meses de prisão, mais multa.

Ele havia sido denunciado pela vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko.

Na hora reservada para sua fala na sessão desta quarta-feira, Bolsonaro atacou a procuradora, a vice-presidente da OAB e Rosário. "Essa sessão está sendo um desserviço à mulher vítima de violência", discursou.

Bolsonaro é um defensor público da ditadura militar (1964-1985) e é conhecido por se envolver em polêmicas diversas. Na votação do impeachment de Dilma Rousseff chegou a fazer um elogio ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados durante a ditadura –motivo pelo qual responde a processo de cassação na Câmara.

O deputado do PSC afirma que pretende disputar a Presidência da República em 2018. Segundo a última pesquisa do Datafolha, em julho, ele aparece, no principal cenário, com 7% das intenções de voto. Sua rejeição é de 19%.

Fonte: Folha de São Paulo, 14 set. 2016. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1813237-acusado-de-incitar-estupro-bolsonaro-se-exalta-em-sessao-sobre-o-tema.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANEXO 2 – Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: ‘socorro’

Adolescente pede ajuda ao pai por celular antes de estupro por tio: ‘socorro’

Crime aconteceu nesta quinta-feira (22) em Taubaté (SP). Suspeito foi preso horas depois do crime no bairro Vila São José.

Por G1 Vale do Paraíba e Região
22/02/2018 20h35 · Atualizado

Um homem foi preso em Taubaté suspeito de estuprar a própria sobrinha
Um homem de 25 anos foi preso no começo da noite desta quinta-feira (22) suspeito de estuprar a sobrinha de 15 anos em Taubaté (SP). De acordo com o pai da vítima, a menina conseguiu pedir socorro por telefone. (ouça áudio acima)

Por telefone, ela enviou mensagem de áudio para o pai pedindo ajuda. "Socorro, o tio está tentando me estuprar. Enquanto o pai ia para casa, a menina tentava se livrar do estuprador, que é irmão do pai dela. Para evitar o ato sexual, a adolescente lutou com o homem. "Ele arrastou ela para a minha cama e tentou abusar", contou o pai.

Minutos depois de ter cometido o estupro, o homem foi encontrado pela Polícia Militar na Vila São José. "Ele disse que está arrependido, que é usuário de drogas, bebidas. Não houve conjução carnal, mas houve estupro de acordo com a lei", disse o policial militar Sidney Barbosa.

O homem foi levado para a delegacia da mulher e preso em agrante por estupro. Ele pode pegar de oito a doze anos de prisão.

Fonte: G1, 22 fev. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/adolescente-pede-socorro-ao-pai-por-celular-antes-de-estupro-por-tio-pai-corre.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANEXO 3 – Anonymous está procurando os envolvidos no estupro coletivo realizado no Rio de Janeiro

Anonymous está procurando os envolvidos no estupro coletivo realizado no Rio de Janeiro

Grupo deixou um recado na rede Pastebin alegando a 'urgente necessidade' de que os criminosos não continuem solto

Publicado em 26/05/2016, às 22h10

Atualizada no dia 27/05/2016 às 9h35

O grupo de hackers Anonymous armou nesta quinta-feira (26) que aderiu a causa e está buscando a identidade dos 33 suspeitos de praticarem um estupro coletivo contra uma menina de 16 anos, no Rio de Janeiro.

O crime foi divulgado no Twitter pelos próprios criminosos e é a partir da rede social que o grupo identificado como AnonOpsBrazil, começou a buscar os envolvidos no ato.

CONFIRA ABAIXO a mensagem deixada pelos hackers na rede Pastebin (serviço na web que permite publicar fragmentos de textos/ código fonte de programas, que ficam disponíveis na net por um período ou indefinidamente):

"CIDADÃOS DO MUNDO, NÓS SOMOS ANONYMOUS!"

"Estupradores não são doentes: são filhos saudáveis do patriarcado."

"A sociedade e o machismo impregnado nela agem muitas vezes de maneira silenciosa. Pessoas banalizam o tempo inteiro e acabam por aceitar sua naturalização, costumeiramente atribuindo a culpa às vítimas das opressões.

Uma sociedade doente, gera pessoas doentes, assim como o caso do Rafael, que divulgou e achou graça da desgraça e covardia extrema a qual cometeu com uma jovem, ainda por cima menor de idade, junto com mais cerca de 30 homens.

A exposição desta figura é muito importante para que se possa facilitar a sua localização junto às autoridades competentes, para que possam dessa maneira localizar ainda os demais envolvidos nessa barbárie.

Não há, infelizmente, justiça que repare a dor e o trauma sofridos, porém, há a urgente necessidade de que indivíduos como estes não continuem soltos junto à sociedade.

Pedimos que compartilhem para que possamos dessa maneira localizar e, quem sabe dessa maneira, possamos assistir ao mínimo de justiça possível dentro de uma sociedade que se despreocupa com a criação de monstros como estes."

Estamos com mais dados em relação a ele, mas, esses dados serão entregues para as autoridades na ajuda pra localizar o estuprador. Sim, tomamos toda cautela para confirmar a identidade dele."

Fonte: UOL; Jornal do Comércio, 2017. Disponível em:

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2016/05/26/anonymous-esta-procurando-os-envolvidos-no-estupro-coletivo-realizado-no-rio-de-janeiro-237597.php>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANEXO 4 – Atrasado, Temer repudia estupro e cria ala da PF de crimes contra mulher

Atrasado, Temer repudia estupro e cria ala da PF de crimes contra mulher

DE BRASÍLIA

27/05/2016 11h37 - Atualizado às 20h08

No dia seguinte à repercussão negativa por não ter se pronunciado prontamente sobre o estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro, o presidente interino, Michel Temer (PMDB), divulgou nota nesta sexta-feira (27) repudiando o ocorrido.

O peemedebista classificou como um "absurdo que em pleno século 21 tenhamos que conviver com crimes bárbaros como esse" e anunciou que o ministro Alexandre de Moraes (Justiça) convocou uma reunião na terça-feira (31) com secretários de segurança pública do país para tomar "medidas efetivas para combater a violência contra a mulher."

"Repúdio com a mais absoluta veemência o estupro da adolescente no Rio de Janeiro. É um absurdo que em pleno século 21 tenhamos que conviver com crimes bárbaros como esse", disse.

A ausência de um posicionamento do presidente interino gerou críticas na redes sociais. A Folha entrou em contato nesta quinta-feira (26) com a equipe do peemedebista, que não se pronunciou. A presidente afastada Dilma Rousseff (PT) usou o Twitter para falar do assunto no mesmo dia. "Mais uma vez, reafirmo meu repúdio à violência contra as mulheres. Precisamos combater, denunciar e punir este crime", escreveu.

Para o ministro da Justiça, "o estupro representa a maior violência à dignidade da mulher e deve ser duramente reprimido".

O presidente interino disse ainda que criará um departamento na Polícia Federal para crimes contra mulheres, que agrupará informações estaduais e coordenará ações em todo país. "Nosso governo está mobilizado, juntamente com a secretaria de segurança pública do Rio de Janeiro, para apurar as responsabilidades e punir com rigor os autores do estupro e da divulgação do ato criminoso nas redes sociais", disse.

Desde a noite de quarta-feira (25), o Ministério Público do Rio de Janeiro e a Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática apuram denúncia de um estupro coletivo em uma comunidade no bairro da Praça Seca, na zona oeste da capital fluminense.

CASO

A Polícia Civil já pediu a prisão de quatro homens após a abertura de inquérito para identificar 33 suspeitos. A investigação teve início após um vídeo da jovem, nua e desacordada, ser postado em redes sociais na terça (24). Entre os quatro suspeitos identificados estão dois rapazes que divulgaram imagens da menina na internet; os outros dois teriam praticado abusos. O garoto com quem ela se relacionava também teve a prisão pedida. Os suspeitos têm entre 18 e 41 anos.

Na gravação, um grupo de homens, em meio a risadas, toca nas partes íntimas da garota e diz que ela foi violentada por "mais de 30". Em 2009, a lei 12.015 foi alterada e passou a considerar, além da conjunção carnal, atos libidinosos como crime de estupro.

A vítima depôs à polícia na madrugada desta quinta (26) e contou que saiu de casa no sábado (21), à 1h, para ir à comunidade da Barão, em Jacarepaguá. Lá, encontraria um garoto de 19 anos com quem estava "ficando" e a quem identificou como "Petão".

Os dois se conheceram no colégio há três anos. A jovem contou que, ao chegar na Barão, foi para a casa do rapaz, onde ficaram sozinhos. A partir daí, afirmou só se lembrar de ter acordado no dia seguinte, domingo, em outra casa.

Segundo seu relato, estava dopada, nua e sendo observada por 33 homens armados de fuzis e pistolas. A polícia suspeita que eles integrem a quadrilha

REPERCUSSÃO

A denúncia de estupro coletivo gerou fortes reações nas redes sociais, com manifestações de indignação e a convocação de protesto contra a violência sexual. O estupro coletivo da adolescente também desencadeou um amplo debate sobre a existência de uma cultura do estupro no Brasil em sites de publicações pelo mundo. Órgãos de imprensa de diferentes continentes relataram a investigação do crime e a campanha massiva que tomou as redes sociais no Brasil.

A ONU Mulheres Brasil, um braço das Nações Unidas no país, também divulgou nota se solidarizando com as vítimas de estupro coletivo no país. A declaração cita, além do caso do Rio de Janeiro, um estupro ocorrido contra uma garota de 17 anos, no último dia 20 no Piauí.

A organização pede às autoridades brasileiras que não permitam a exposição social das vítimas. "À sociedade brasileira, a ONU Mulheres pede a tolerância zero a todas as formas de violência contra as mulheres e a sua banalização", diz a nota.

O crime também provocou reações no mundo jurídico. O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes divulgou nota repudiando o caso. "Estou extremamente indignado diante de tamanha violência que envergonha e provoca dor em todos os brasileiros", disse Mendes. O ministro disse ter certeza de que "os culpados serão punidos pela Justiça".

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também repudiou o estupro no Rio e também um caso ocorrido no Piauí. "Esse tipo de crime bárbaro, além de chocar toda a população brasileira, evidencia a necessidade de punições rígidas contra a violência de gênero, que possui números alarmantes no Brasil. A conduta dos agressores merece rechaço e apuração rigorosa das autoridades policiais, a fim de coibir esse tipo de prática criminosa, que traz danos irreversíveis à integridade das vítimas", afirmou a entidade em nota.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, reforçou o discurso. "O compromisso que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) assume diante desses bárbaros episódios é de vigilância e de responsabilização dos agentes públicos cujas iniciativas, inclusive no campo simbólico, comprometam uma Constituição que carrega dentro de si a percepção genuinamente utópica de uma comunidade livre e igualitária de indivíduos independentes".

FAMÍLIA EM CHOQUE

Após o depoimento, a garota foi encaminhada a um hospital público no qual recebeu um coquetel de medicamentos para evitar doenças sexualmente transmissíveis. Também foi examinada no Instituto Médico Legal.

A família da adolescente, que é mãe de um garoto de três anos, soube do crime por meio de um vizinho, que telefonou após ver o vídeo na internet, na quarta (25).

"Chorei quando vi o vídeo. Choramos todos. Me arrependi de ter visto. Quando ouvimos a história, não acreditávamos no que estava acontecendo. É uma situação deprimente", afirmou a avó materna da adolescente.

"Ela não está bem. Está muito confusa. A coisa foi muito séria", afirmou. "Estamos muito fragilizados. O pai dela sofreu dois AVCs [Acidente Vascular Cerebral] no último ano", disse a avó.

Fonte: Folha de São Paulo, Brasília, 2016b. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1775541-ministro-da-justica-diz-que-estupro-e-a-maior-violencia-a-dignidade-da-mulher.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANEXO 5 – Bolsonaro vira réu no STF, acusado de incitar estupro em briga com deputada

Bolsonaro vira réu no STF, acusado de incitar estupro em briga com deputada

MÁRCIO FALCÃO

DE BRASÍLIA

21/06/2016 16h33 - Atualizado às 23h04

O STF (Supremo Tribunal Federal) aceitou nesta terça-feira (21) denúncia e transformou em réu o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), acusado de incitação ao crime de estupro. O tribunal ainda acolheu uma queixa-crime contra o congressista por injúria.

Com isso, ele passa a responder por duas ações penais. As acusações foram motivadas por declaração de Bolsonaro no plenário da Câmara e também durante entrevistas afirmando que só não estupraria a colega Maria do Rosário (PT-RS), ex-ministra de Direitos Humanos, porque ela "não merecia".

O caso foi discutido pela primeira turma do STF, que recebeu a denúncia por 4 votos a 1.

Agora, Bolsonaro responderá uma ação penal por apologia ao crime e se for condenado pode ser punido com pena de 3 a 6 meses de prisão, mais multa. Ele foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República.

Os ministros também abriram outra ação penal por injúria contra Bolsonaro pelo episódio –a partir de uma queixa-crime apresentada pela deputada.

Para a maioria dos integrantes da turma do Supremo, neste episódio, Bolsonaro não estava respaldado por imunidade parlamentar porque o fato não tinha ligação com o exercício do mandato. Ministros também consideraram que não se pode subestimar os efeitos dos discursos que possam gerar consequências como o encorajamento da prática do estupro.

Relator do caso, o ministro Luiz Fux afirmou que a mensagem passada pela afirmação de Bolsonaro não só menospreza, inferioriza o papel da mulher, como prega que mulheres estivessem na posição de merecimento ou não para casos de estupro.

"A violência sexual é um processo consciente de intimidação pelo qual as mulheres são mantidas em estado de medo", disse Fux.

O relator foi seguido pelos ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso.

"Todas as pessoas merecem respeito e penso que ninguém deve achar que a incivilidade a grosseria com o outro são formas naturais de viver a vida", afirmou Barroso.

"[A declaração] é ofensa também a condição feminina de maneira geral. É a naturalização do desprezo, a naturalização da violência contra a mulher. Eu penso que é impossível não acreditar que esse tipo de atitude não contribua para uma cultura de violência, para uma cultura de estupro que ainda é recorrente no Brasil", completou.

O ministro Marco Aurélio Mello foi o único a defender a rejeição das duas ações. Ele justificou que o deputado estava protegido pela imunidade parlamentar e que teria agido por um arroubo de retórica.

Segundo ele, "é lastimável que o Supremo perca tempo com a situação jurídica como a presente". "Durma-se com esse barulho. É o preconceito invertido", disse.

No Twitter, Bolsonaro comentou a decisão do STF. "Diante de tantos escândalos, a ética e a moral serão condenadas?", questionou.

Em nota, Maria do Rosário saudou a decisão do STF como uma "vitória contra impunidade que compartilho com todas as mulheres, sobretudo, às vítimas da violência".

"Em um país em que a cada onze minutos é cometido um estupro, e em que nos deparamos cotidianamente com crimes atrozos contra a dignidade sexual, é fundamental combater a cultura do estupro e para tal a decisão do dia hoje é um passo extremamente importante nesta caminhada", afirmou.

ATAQUE

O caso ocorreu em dezembro de 2014. Conhecido por suas posições polêmicas, Bolsonaro atacou a ministra ao rebater um discurso feito por Maria do Rosário minutos antes no plenário da Câmara, no qual a ex-ministra defendeu a Comissão da Verdade e as investigações dos crimes da ditadura militar.

Não saia, não, Maria do Rosário, fique aí. Fique aí, Maria do Rosário. Há poucos dias [na verdade a discussão ocorreu há alguns anos] você me chamou de estuprador no Salão Verde e eu falei que eu não estuprava você porque você não merece. Fique aqui para ouvir", afirmou Bolsonaro.

Irritado, o deputado também mandou a deputada "catar coquinho" e fez sucessivos ataques ao governo Dilma Rousseff.

"Maria do Rosário, por que não falou sobre sequestro, tortura, execução do prefeito Celso Daniel, do PT? Nunca ninguém falou nada sobre isso aqui, e estão tão preocupados com os direitos humanos. Vá catar coquinho", disse o deputado. "Mentirosa, deslavada e covarde", completou.

Em seu discurso, Maria do Rosário criticou as manifestações pelo país que defendem o retorno da ditadura militar, o que irritou Bolsonaro.

A petista também fez uma defesa da democracia e das Forças Armadas que não são "avessas ao Estado democrático de direito".

REINCIDENTE

Esta é a segunda vez em que Bolsonaro, na condição de deputado, diz que não estuprará Maria do Rosário porque ela não merece. Em novembro de 2003, ele discutiu com ela, que era deputada, diante das câmeras da RedeTV! no Congresso Nacional.

A então deputada acusou Bolsonaro de promover violência, inclusive violência sexual: "O senhor promove sim", dizia a deputada. "Grava aí que agora eu sou estuprador", retrucou o petista. "Jamais iria estuprar você, porque você não merece", acrescentou.

Diante da fala, Maria do Rosário disse que daria uma bofetada em Bolsonaro se este tentasse algo. Passou a receber empurrões do deputado, que a respondia "dá que eu te dou outra", antes de começar a chamá-la de "vagabunda" e ser contido pelos seguranças da Câmara.

Alterada, a petista o criticou por chamar qualquer mulher de "vagabunda".

Em entrevista, Bolsonaro disse que a briga começou com um comentário sobre a redução da maioridade penal. Ao ouvir que Maria do Rosário era contrária à medida, sugeriu que a deputada contratasse o Champinha (Roberto Alves da Silva), que participou do estupro e assassinato de Liana Friedenbach, para ser motorista de sua filha.

Fonte: Folha de São Paulo, Brasília, 2016. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1783973-bolsonaro-vira-reu-no-stf-por-fala-sobre-estupro-de-deputada.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANEXO 6 – Cena de estupro em “O Outro Lado do Paraíso” choca web; Gael vira vilão

Cena de estupro em "O Outro Lado do Paraíso" choca web; Gael vira vilão

24/10/2017 - UOL TV e Famosos

Clara Tavares (Bianca Bin), no segundo capítulo de "O Outro Lado do Paraíso", da Globo, exibido nesta terça-feira (24), chocou a internet.

No capítulo, Gael e Clara viajam de barco em direção ao local onde seria comemorada a noite de núpcias do casal. Eles chegam felizes com o casamento, trocam carícias e abrem uma champanhe para comemorar o momento. Tudo ia aparentemente muito bem quando, depois de alguns goles, o comportamento de Gael muda completamente.

Bêbado e fora de controle, ele pega a mulher pelos braços, a joga na cama com força, rasga o vestido e a manda calar a boca. Aos gritos, Clara pede para que ele pare, mas o seu pedido é ignorado e Gael faz sexo forçado com a jovem.

"Ai, Gael, você está me machucando. Eu estou ficando com medo", dizia a moça. "Cala a boca", respondeu ele, agressivo. "Para, para, para", gritava Clara, mas sem sucesso.

momentos de agressividade. Ele é irmão de Lívia (Grazi Massafera) e Estela (Juliana Caldas).

Já Clara é uma jovem simples do Jalapão que dava aulas para crianças de um quilombo em Pedra Santa e morava com o avô, Josafá (Lima Duarte) até conhecer Gael. Apaixonada, ela aceitou o pedido de casamento e se mudou para Palmas, onde vai sofrer grandes decepções.

Ao longo da novela de Walcyr Carrasco, a mocinha receberá ajuda do amigo Renato (Rafael Cardoso) nos momentos mais complicados. Além do temperamento agressivo do marido, ela vai sofrer nas mãos da sogra e da cunhada Lívia.

Fonte: UOL, São Paulo, 2017. Disponível em:

<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/10/24/cena-de-estupro-em-o-outro-lado-do-paraíso-choca-web-gael-vira-vilao.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANEXO 7 – Enterro de namorado de vítima de estupro é marcado por revolta no Piauí

Enterro de namorado de vítima de estupro é marcado por revolta no Piauí

Aliny Gama

Colaboração para o UOL, em Maceió

05/05/2017 12h14

O clima entre moradores do município de Uruçuí, localizado na região sul do Piauí, é de revolta com o crime brutal ocorrido contra uma adolescente com seis meses de gestação e o namorado dela, que foram atacados por três adolescentes, na madrugada desta quarta-feira (3). A adolescente foi estuprada e o namorado Flaviano Marinho da Silva, 19, morto a golpes de faca.

A polícia apreendeu os três suspeitos e eles aguardam decisão judicial para serem transferidos para o Centro Educacional Masculino, em Teresina. Dois adolescentes têm 16 anos e o terceiro, 13 anos. Os menores foram autuados em flagrante acusados de estupro e latrocínio (roubo seguido de morte). A polícia tem dez dias para concluir o inquérito.

Durante o velório e enterro de Silva, ocorrido na tarde de quinta-feira (4), familiares e amigos contaram que estão revoltados com a brutalidade do crime. Dezenas de pessoas foram ao enterro e protestaram pedindo punição aos acusados. Moradores de Uruçuí, ao saber que os acusados foram apreendidos, fazem plantão na frente do prédio da delegacia cobrando Justiça.

“Meu sentimento é de muita tristeza de ver meu irmão daquele jeito, pai do meu sobrinho, assassinado covardemente. Peço Justiça ao promotor, juiz, delegado, a força máxima, para não deixar mais aqueles meninos fazerem aquilo com filho de ninguém mais porque estamos sofrendo. Não quero que aconteça mais e peço Justiça. Isso é uma covardia que fizeram com meu sobrinho”, disse o tio da vítima, Givaldo Antonio Marinho, em entrevista ao Portal de Uruçuí.

Segundo o site, ele disse que o sobrinho que “era um menino obediente, amigo e respeitador” e nunca teve problemas com ninguém. “Era um menino calmo e todos os vizinhos compareceram no velório porque era uma pessoa muito boa”, disse emocionado.

A adolescente e o namorado Flaviano Marinho Silva estavam em uma moto passando pela ponte do rio Parnaíba quando foram abordados pelos três adolescentes, segundo a polícia. O casal foi imobilizado pelo grupo e em seguida dois adolescentes estupraram a grávida. O namorado dela presenciou o estupro e depois foi assassinado por dois dos três adolescentes a golpes de faca. O corpo dele foi arremessado no rio.

Em depoimento, a garota relatou que ficou em poder dos acusados do crime por cerca de uma hora. Apesar de estar machucada, adolescente conseguiu sair do local, encontrou uma guarnição da Polícia Militar e foi socorrida para o hospital regional Dirceu Arcoverde, em Uruçuí. Até às 11h desta sexta-feira (5), a adolescente não deu entrada na maternidade Dona Evangelina Rosa para ser atendida pela equipe do Serviço de Apoio à Mulher Vítima de Violência Sexual.

Cerca de duas horas depois, os acusados do crime foram apreendidos e confessaram os crimes a Polícia Militar. Entretanto, a Polícia Civil informou que eles acusam uns aos outros dos crimes. Os acusados são residentes no município de Benedito Leite (MA), município vizinho a Uruçuí.

SÉRIE DE ESTUPROS NO PIAUÍ

No ano passado, o Piauí registrou três estupros coletivos nas cidades de Sigefredo Pacheco, região norte do Estado, Pajeú do Piauí, região sul do Estado, e Bom Jesus, região sul do Estado.

Fonte: UOL, Maceió, 5 mai. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/05/05/enterro-de-namorado-de-gravida-vitima-de-estupro-e-marcado-por-revolta-no-piaui.htm>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ANEXO 8 – ‘ESTUPRO está provado’, diz delegada sobre caso do Rio

‘ESTUPRO está provado’, diz delegada sobre caso do Rio

DO RIO 30/05/2016 15h05 - Atualizado às 15h53

Em entrevista na tarde desta segunda (30), a delegada Cristiana Bento, que assumiu neste domingo (29) as investigações do caso do estupro da adolescente de 16 anos, afirmou não ter dúvida de que o crime aconteceu. "A minha convicção é de que houve estupro. Está lá no vídeo, que mostra um rapaz manipulando a menina. O estupro está provado. O que eu quero agora é verificar a extensão desse estupro, quantas pessoas praticaram esse crime", disse a delegada.

Titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV), Cristiana alegou que o processo está em segredo de Justiça, motivo pelo qual não daria acesso às declarações prestadas pela vítima e pelos suspeitos. A investigação teve início após um vídeo da jovem, nua e desacordada, ser postado em redes sociais na terça (24). Na gravação, um grupo de homens, em meio a risadas, toca nas partes íntimas da garota e diz que ela foi violentada por "mais de 30". Em 2009, a lei 12.015 foi alterada e passou a considerar, além da conjunção carnal, atos libidinosos como crime de estupro.

Na entrevista, a delegada afirmou ter pedido a prisão temporária de seis suspeitos de envolvimento no crime "para que possamos investigar com mais calma" e afirmou que já havia indícios suficientes para justificar o pedido. "O vídeo prova o abuso sexual. Além do depoimento da vítima." Além da delegada, participaram da entrevista o chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, e Adriane Rego, diretora do Instituto Médico-Legal (IML), órgão responsável pelo exame físico da garota cinco dias após o crime. Segundo os policiais, a perícia técnica do IML ficou prejudicada, por causa do tempo decorrido entre o crime e o exame. "Não foram colhidos indícios de violência, o que não quer dizer que ela não aconteceu", disse o chefe da Polícia Civil.

A diretora do IML afirmou que os peritos procuraram material biológico dos estupradores no corpo da vítima e não encontraram. Diferentes fatores, segundo ela, interferem nessa questão, desde o uso de preservativos até o tempo decorrido para o exame. "O prazo de cinco dias dificulta muita coisa. Quanto mais próximo da violência for o exame, mais fácil é a gente detectar qualquer vestígio. O corpo tem reações que são muito fugazes, desaparecem rapidamente. Então, quanto mais próximo da lesão for o exame, maiores as chances de produzir provas técnicas", disse Adriane Rego.

"Os vestígios se perderam em razão dos vários dias que se passaram. Mas a polícia não pode afirmar que não houve lesão só porque o laudo não constatou." A delegada Cristiana relativizou a importância do laudo. "Nos crimes sexuais, o exame de corpo de delito é importante, mas não é determinante. Às vezes há lesão, mas foi consentida pela vítima. E pode acontecer de ter havido estupro mesmo não tendo havido lesão." A policial aventou uma outra possibilidade para a falta de vestígios no corpo da adolescente: "Como ela estava desacordada, não vai haver lesão porque ela não ofereceu resistência. Por isso o laudo não é determinante."

CAÇA AOS TRAFICANTES

Dois dos seis suspeitos foram presos nesta segunda-feira. Raí de Souza se entregou à polícia, e o jogador de futebol Lucas Perdomo, 20, foi detido na porta de um restaurante no centro do Rio, em torno de 15h30. Os outros quatro estão foragidos. O chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, afirmou que os policiais vão prender "qualquer pessoa que tenha envolvimento com o tráfico naquela comunidade, esteja lá ou em outras". "Independentemente da investigação pelo envolvimento com o tráfico, há o interesse de que sejam investigadas e ouvidas nessa investigação comandada pela doutora Cristiana."

CRONOLOGIA DO CASO

21.mai.2016 - A adolescente é estuprada na madrugada no complexo de favelas São José Operário, zona oeste do Rio, após ir a um baile funk

22.mai.2016 - Segundo diz em depoimento, acorda cercada por homens armados, no mesmo dia em que volta para casa

24.mai.2016 - A vítima fica sabendo que um vídeo com ela circula na internet e volta ao morro para falar com o chefe do tráfico

25.mai.2016 - A família da menina é avisada por um vizinho sobre o vídeo. Na gravação, um grupo de homens, em meio a risadas, toca nas partes íntimas da garota e diz que ela foi violentada por "mais de 30". Em 2009, a lei 12.015 foi alterada e passou a considerar, além da conjunção carnal, atos libidinosos como crime de estupro

26.mai.2016 - A jovem presta o primeiro depoimento à polícia, é medicada em um hospital e faz exames no IML

27.mai.2016 - A menina presta mais dois depoimentos à polícia, assim como dois dos suspeitos de participar do crime; neste mesmo dia, a polícia localiza a casa em que o crime aconteceu

28.mai.2016 - A advogada da vítima, Eloísa Samy, pede à Promotoria do Rio o afastamento do delegado Alessandro Thiers, titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DCRI). Segundo Samy, Thiers estava tratando o caso com "machismo e a misoginia"

29.mai.2016 - Pressionada, a Polícia Civil do Rio tira o delegado Alessandro Thiers do comando das investigações. O caso passa para as mãos da delegada Cristina Bento, titular da DCAV (Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima) O Chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, diz, em entrevista ao "Fantástico", da TV Globo, que o laudo do vídeo sobre o crime deverá contrariar o "senso comum" e que não havia registro de sangue nas imagens. Também neste domingo, a polícia informa que a vítima entrou no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte A advogada da adolescente, Eloísa Samy, anuncia nas redes sociais que deixou o caso. A Defensoria Pública do Rio passa a representar a vítima. Na TV, a adolescente diz que está com medo e tem recebido ameaças de morte na internet.

Fonte: Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 30 mai 2016. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776352-o-estupro-esta-provado-diz-delegada-sobre-caso-no-rio-e-policia-prende-um.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2018

ANEXO 9 – GISELE Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidoras

Gisele Itié detalha estupro que sofreu de ex-namorado e lamenta críticas de seguidoras

DE SÃO PAULO

11.jan.2017 às 16h16

A atriz Gisele Itié, que interpretou a personagem Zípora na novela "Os Dez Mandamentos" (Record), detalhou o estupro que sofreu quando tinha apenas 17 anos de idade. A primeira vez que ela tinha revelado o abuso que sofreu na adolescência foi no m de 2016, quando havia gravado um vídeo para a campanha Nenhuma a Menos.

Agora, em depoimento à revista "Glamour", publicado nesta terça-feira (10), Itié lembrou que na época viajou com o namorado 15 anos mais velho —chamado por ela apenas de X. Segundo a atriz, ele colocou alguma substância na bebida dela e a estuprou enquanto dormia. "Quando eu tinha 17 anos, deixei de lado o sonho de ser atriz e namorava um cara 15 anos mais velho", disse a Itié. "Em dois anos iríamos nos casar. Além disso, ele respeitava minha virgindade e minha vontade de casar assim", acrescentou. "Em uma boate na viagem, me lembrei da minha mãe e pedi um suco de laranja com bastante gelo no bar. Fui ao banheiro. Voltei. Bebi. Fim", contou. "X me desejou boa noite e me chamou de Cinderela", declarou.

"Acordei. Olhei para o lado, e lá estava ele, dormindo. Olhei melhor e o vi nu. Susto. Me olhei. Nua. O chão forrado de garrafas vazias. Eu forrada de amnésia. Foi difícil sentar. Então vi o que eu já imaginava. Perdi a virgindade. Me perdi", detalhou. Gisele, então, armou que decidiu ir para o chuveiro para tirar a sensação de sujeira. O namorado bateu na porta, e ela quis ir embora para casa. "Aos prantos exigi, do outro lado da porta: 'Quero ir para a minha casa agora'. Ele tentou dizer que não dava, e entrei em surto. X concordou em me levar", contou.

Em casa, a atriz disse que contou para a mãe o que havia acontecido. Preferiu não contar para o pai por medo da reação dele. Segundo a atriz, a mãe procurou por X e bateu nele. Com terapia e o apoio da mãe, Itié conseguiu superar o estupro e voltar à carreira. críticas Após a revista "Glamour" publicar o depoimento, a atriz recebeu diversas críticas na web, culpando o comportamento que ela com o ex-namorado —aceitando viajar com ele— e dizendo que ela provocou o abuso sofrido. No m da manhã desta quarta (11), a atriz respondeu as críticas em um post no Instagram.

Ela lamentou os comentários negativos que recebeu de outras mulheres e disse que elas precisam se unir para combater o machismo. "Quando nós, mulheres, somos unidas e levantamos a bandeira a favor da nossa liberdade e igualdade de gêneros, nós, mulheres, nos tornamos mais fortes para combater a sociedade machista", declarou. "Quando leio comentários de mulheres julgando o abuso que sofri e/ou a violência que a mulher sofre todos os dias... E julgando como? Reagindo com insensibilidade e indiferença e acreditando que a vítima 'ajuda' para que o agressor seja violento. Bem, é muito frustrante perceber esse tipo de reação ainda mais de mulheres", completou.

Fonte: Folha de São Paulo, São Paulo, 12 jan. 2017. Disponível em:

<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2017/01/gisele-itie-detalha-estupro-que-sofreu-de-ex-namorado-e-lamenta-criticas-de-seguidoras.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ANEXO 10 – JOVEM foi estuprada e morta com taco de basebol; suspeito é gerente de bar na zona Leste

Jovem foi estuprada e morta com taco de basebol; suspeito é gerente de bar na zona Leste

Willy Gorayeb Liger, o acusado, é primo do dono do bar; Débora, a vítima, era ativista feminista

SÃO PAULO

Do R7

22/12/2016 - 05h29 (Atualizado em 22/12/2016 - 09h12)

No último dia 14, a jovem Débora Soriano, de 23 anos, foi espancada, estuprada e assassinada dentro de um bar na zona Leste de São Paulo. Ela deixou duas crianças pequenas. Débora era militante feminista da UBM (União Brasileira de Mulheres) e filiada à UJS (União da Juventude Socialista)

O crime aconteceu no bar Sr. Boteco, na rua Aparaju, região da Mooca. O suspeito, que chegou a confessar o crime para um parente, é o gerente do bar Willy Gorayeb Liger.

Quem foi ao 18º Distrito Policial, no Alto da Mooca, registrar a ocorrência foi o comerciante e dono do bar, Delano Ruiz Liger, de 34 anos, primo do suspeito. Ele contou que o gerente ligou avisando que tinha cometido o crime e que era para ele não abrir o bar naquele dia, pois tinha a intenção de esconder o corpo da vítima.

O comerciante consultou um outro parente que é policial civil e decidiu registrar a ocorrência. O boletim foi feito às 17h23. O assassino ligou para o primo às 7h30.

Segundo o laudo pericial, Havia hematomas nas partes íntimas, rosto e cabeça. Seu pescoço tinha fios enrolados. Débora estava sem calcinha e com a saia levantada na altura do quadril. Vestia sutiã e estava com a blusa levantada acima do peito.

Willy Gorayeb Liger (foto) é suspeito de ter estuprado e assassinado a jovem Débora com um taco de basebol. Willy já era procurado pela polícia. Ele tinha um mandado de prisão em aberto, desde 2011, porque respondia pelos crimes de estupro e de roubo. Willy fugiu e é procurado pela polícia.

Fonte: R7, São Paulo, 22 dez. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/jovem-foi-estuprada-e-morta-com-taco-de-basebol-suspeito-e-gerente-de-bar-na-zona-leste-22122016#!/foto/1>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ANEXO 11 – Jovem liga para amiga durante estupro e criminoso é preso

Jovem liga para amiga durante estupro e criminoso é preso

Fabiano Alcântara x 16 de janeiro de 2018

Uma jovem de 26 anos foi estuprada em um matagal por um homem de 27 anos sob a mira de uma arma. A mulher, no entanto, conseguiu ligar para uma amiga. Ela ouviu palavras obscenas, achou estranho e ligou para a polícia.

O delegado Bruno Gilaberte, titular da 166ª DP (Angra dos Reis), afirmou ao Extra que a ação da vítima e da amiga permitiram localizar o acusado.

“Durante o ato sexual, a vítima conseguiu acionar o telefone e botar uma amiga do trabalho para ouvir. Essa amiga ouviu algumas palavras obscenas ditas ao fundo, na voz de um homem. Ela achou estranho e foi à delegacia. Lá, ela narrou o que tinha ouvido no telefone. O pessoal da delegacia viu logo que se tratava de um caso de violência sexual e traçaram a rota que a vítima pegava da academia até em casa” afirmou.

Ele disse que a amiga foi com a polícia no caminho que ela seguia para a academia e achou o matagal. “Mesmo baleado, ele pulou dentro de um condomínio e conseguiu alcançar uma praia. Os policiais continuaram no encalço. Ele mergulhou e os policiais mergulharam atrás dele até que ele se rendeu e foi capturado”, detalhou o delegado.

“Ela estava extremamente abalada em virtude da violência sexual que sofreu. Inclusive, até com dificuldades para narrar o que aconteceu. Depois de muito custo e com muita habilidade, conseguimos conversar com ela. Ela será levada a um hospital para que receba atendimento médico”, completou.

Casos de violência sexual em Hollywood a até mesmo situações que mostram as escolhas que os pais precisam fazer para educar seus filhos sexualmente têm sido amplamente noticiados nos últimos tempos.

Fonte: R7, São Paulo, 16 jan. 2018. Disponível em: http://www.virgula.com.br/inacreditavel/jovem-liga-para-amiga-durante-estupro-e-criminoso-e-preso/?fbclid=IwAR2xgJ6kCvryuSKQXm_9oC01YKXxUAdGm-Rt8WQYWau5nzjjjamzgsms-Z4#img=1&galleryId=1180863. Acesso em: 10 fev. 2019.

ANEXO 12 – Jovem presenciou estupro de namorada antes de ser degolado, diz polícia

Jovem presenciou estupro de namorada antes de ser degolado, diz polícia

Em depoimento para a polícia, vítima de 15 anos grávida afirmou que seu namorado presenciou estupro. Três adolescentes foram apreendidos.

Por Ellyo Teixeira, G1 PI

03/05/2017 17h44 · Atualizado há 2 anos

Em depoimento à Polícia Civil, a adolescente de 15 anos revelou nesta quarta-feira (3) que o namorado presenciou ela sendo estuprada e logo depois foi degolado e teve o corpo jogado no Rio Parnaíba, na cidade de Uruçuí, no Sul do Piauí. Segundo o delegado Bruno Ursulino, responsável pelas investigações, a jovem ficou em poder dos criminosos por cerca de uma hora.

“Em choque e chorando muito, a jovem de 15 anos, que está grávida de seis meses, disse que ela e o namorado foram abordados por três pessoas. O namorado foi brutalmente agredido e amarrado. Já a mulher disse que foi estuprada na frente do namorado por dois, dos três suspeitos. Após cometerem a violência sexual, os suspeitos degolaram o namorado da jovem e jogaram o corpo no rio”, disse.

Segundo a Polícia Civil, na madrugada desta quarta-feira (3) Flaviano da Silva Marinho, de 19 anos, trafegava com a namorada, de 15 anos grávida de seis meses, quando foram abordados por três adolescentes e o jovem foi imobilizado e degolado. Já sua namorada foi estuprada por dois dos suspeitos. O corpo de Flaviano foi encontrado por pescadores que auxiliavam a polícia nas buscas por volta das 9h30. Poucas horas após o crime a polícia apreendeu três adolescentes suspeitos de participação na morte do jovem e estupro de sua namorada.

“Tudo teria acontecido por volta da meia noite e por volta de 1 hora da madrugada a vítima que sobreviveu conseguiu pedir socorro. Muito machucada ela encontrou uma viatura da Polícia Militar e pediu ajuda. Poucas horas após o caso, nós conseguimos apreender os adolescentes, que confessaram tudo”, disse o delegado Bruno Ursulino.

Morte foi filmada

Logo após a apreensão dos adolescentes suspeitos, a polícia recolheu celulares dos envolvidos e das vítimas em busca de imagens do momento em que um rapaz de 19 anos foi degolado e após ser assassinado teve o corpo jogado no rio. O delegado relatou que as imagens teriam sido feitas pelos infratores usando celulares. “Tanto os celulares das vítimas como dos suspeitos foram apreendidos e serão submetidos a perícia. Existe a suspeita que o crime foi filmado pelos adolescentes infratores”, relatou.

Investigação

Os três suspeitos permanecem na delegacia de Uruçuí e deverão em breve ser transferidos para Teresina. O Conselho Tutelar já foi informado do caso e deve acompanhar. Já a Defensoria Pública aguarda notificação para ouvir os menores. O delegado informou que a namorada do jovem morto será encaminhada para o Serviço de Apoio à Mulher Vítima de Violência Sexual (Samvis) em Teresina, onde deve ser submetida a vários exames.

Fonte: G1, Piauí, 3 mai. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/jovem-presenciou-estupro-de-namorada-antes-de-ser-degolado-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ANEXO 13 – Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era “perfeito”, diz amiga

Jovem queimada pelo namorado em SP falava que ele era "perfeito", diz amiga

Mariana Gonzalez

Da Universa, em São Paulo, 08/03/2019 18h32

Estuprada pelo cunhado e queimada pelo namorado durante um churrasco em Franco da Rocha, na Grande São Paulo, no domingo (3), a universitária Isabela Miranda de Oliveira mantinha o relacionamento com William Felipe de Oliveira Alves havia cerca de um ano. "Ele pediu a mão dela em casa, na frente da nossa família e dos pais dele", conta à Universa a tia da vítima, a assistente financeiro Luana Oliveira. A tia lembra que, na época, achou bacana a atitude de William -- "hoje não existem mais essas coisas" -- mas conta que começou a duvidar do rapaz, segundo ela, apenas por intuição. "Sabe quando você não sente segurança?"

Um episódio de machismo deixou a tia de Isabela desconfiada: William não gostava que a namorada usasse salto alto. "Ela comentou isso com a mãe dela [minha cunhada] e fiquei sabendo. Disse a Isabela que isso não tinha nada a ver, era machismo e, mesmo que ele fosse mais baixo, ela tinha de usar o que quisesse. Aquilo me deixou incomodada", conta. "Mas a gente respeitava, afinal, era uma escolha dela." "Ela estava no melhor momento da vida. Tinha em um emprego que amava, ia terminar a faculdade de Administração e dizia que o William era um namorado perfeito e um ótimo pai [ele tinha um filho de três anos, de um relacionamento anterior]", disse, à Universa.

A felicidade de Isabela é corroborada por Luana. Ela conta que neste ano a sobrinha comemorava não só a contratação em uma multinacional como estava orgulhosa por estar se tornando fluente em inglês e por estar comprando o primeiro carro. "Estávamos muito orgulhosos dela. Ela era uma menina doce, esforçada. Ia à missa todo domingo com os pais." Isabela completaria 20 anos no domingo (10). "De presente, entregaram ela dentro de um caixão", lamenta a amiga.

O crime De acordo com o "Estadão Conteúdo", a polícia (e a maioria das manchetes de jornais do país) dizem que William matou Isabela depois de flagrar a namorada com o seu cunhado, o namorado de sua irmã, Leonardo, de 23 anos. Segundo a família da vítima, ela teria sido estuprada por Leonardo enquanto descansava em um dos quartos da casa, depois de ingerir muita bebida alcoólica. Thais -- que não estava no churrasco mas diz que passou boa parte da festa conversando com Isabela -- conta que a amiga não tinha o costume de beber, mas ingeriu algumas doses de tequila durante uma brincadeira em que, quem errasse determinadas perguntas, deveria beber um "shot". "Tequila é uma bebida muito forte. Quem estava ali sabia que ela não estava acostumada e que isso derrubaria ela fácil", acredita. De acordo com testemunhas ouvidas pela polícia, Isabela teria passado mal após o consumo de álcool e sido levada para se recuperar em um dos quartos, onde foi deitada sobre uma cama só de biquíni, que era o traje do evento. Ali, teria sido estuprada.

"Eu não sei dizer se foi de propósito, mas ele [o cunhado] se aproveitou da situação. Pegou ela bêbada, frágil, vulnerável, sem poder reagir", diz Thais. Segundo o "Estadão Conteúdo", testemunhas disseram que William viu a cena, achou que o ato era consensual, espancou Isabela e, por fim, incendiou o cômodo com a menina dentro, embriagada e machucada. A SSP (Secretaria de Segurança Pública) informou que a estudante teve mais de 80% do corpo queimado e foi socorrida ao Hospital Estadual Francisco Morato, assim como o cunhado. A jovem não resistiu aos ferimentos e morreu na quinta-feira (7). "A gente tem certeza de que ela sofreu abuso.

Descobri que o Leonardo estava no mesmo hospital e avisei a polícia, por que ele estava sem documentos, registrado como desconhecido. Minha sobrinha era uma pessoa decente, com boa índole, e estava apaixonada pelo William. Ela não teria um caso nem um ato sexual com o Leonardo, de maneira nenhuma. Foi violentada, sim. Ela não estava em condições, por causa da bebida. Não estava acostumada a beber e naquele dia tinha bebido tequila. Ficou muito vulnerável", diz Luana, tia da vítima. O namorado, William, está preso de forma preventiva. Já o cunhado, Leonardo, e a cunhada, Kathlein, que moravam juntos, estão foragidos. Isabela foi enterrada às 10h desta sexta-feira (8), no Cemitério Municipal Orlando Mollo, em Caieiras, município da Grande São Paulo.

Fonte: UOL; UNIVERSA, São Paulo, 08 mar. 2019. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/08/ela-confiava-muito-nele-diz-amiga-de-jovem-queimada-no-interior-de-sp.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ANEXO 14 – Mulher é estuprada por três homens em condomínio na Barra da Tijuca

Mulher é estuprada por três homens em condomínio na Barra da Tijuca

Vítima foi sedada no interior de um veículo, só retomando a consciência após ser deixada no mesmo local onde foi raptada

RIO DE JANEIRO

Tiago Bruno, do R7*

30/04/2018 - 12h53 (Atualizado em 30/04/2018 - 13h45)

Uma mulher foi raptada, sedada e estuprada por três homens em um condomínio de classe média na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio.

Segundo a vítima, após sair para realizar uma transação bancária em um caixa eletrônico próximo ao condomínio, ela foi abordada por três homens em um carro.

Após ser colocada no veículo, a mulher foi sedada por alguma substância e abusada posteriormente, sendo deixada desacordada no mesmo local onde foi abordada. O dinheiro que ela carregava também foi levado.

O caso foi registrado na Deam (Delegacia Especial de Atendimento à Mulher de Jacarepaguá. A polícia não divulgou mais informações para não atrapalhar as investigações. No entanto, existe suspeita de que os criminosos conhecessem a vítima, pois a chamaram pelo nome.

*Estagiário do R7, sob supervisão de PH Rosa

Fonte: R7, Rio de Janeiro, 30 abr. 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/mulher-e-estuprada-por-tres-homens-em-condominio-na-barra-da-tijuca-30042018>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ANEXO 15 – ‘NÃO DÓI O ÚTERO E SIM A ALMA’, DIZ MENINA VÍTIMA DE ESTUPRO COLETIVO

'Não dói o útero e sim a alma', diz menina vítima de estupro coletivo

Trinta e três homens são procurados por participação no estupro. Polícia já pediu a prisão de quatro suspeitos. Do G1 Rio

A adolescente de 16 anos que foi vítima de um estupro coletivo em uma comunidade da Zona Oeste do Rio voltou a fazer um desabafo nas redes sociais. Diante de tantas mensagens de apoio e solidariedade, a jovem acrescentou a mensagem: "Todas podemos um dia passa e por isso .. Não, não doi o útero e sim a alma por existirem pessoas cruéis sendo impunes !! Obrigada ao apoio", disse a menina, que na manhã desta sexta (27) também aderiu à campanha na rede social pelo "fim da cultura do estupro". Na noite desta quinta (26), ela já havia feito um agradecimento na internet. "Venho comunicar que roubaram meu telefone e obrigada pelo apoio de todos. Realmente pensei que seria julgada mal". De acordo com relatos da vítima, 33 homens armados teriam participado do crime.

A polícia já pediu a prisão de quatro homens. Um deles é Lucas Perdomo Duarte Santos, de 20 anos, com quem a adolescente tinha um relacionamento, Marcelo Miranda da Cruz Correa, de 18 anos, Michel Brazil da Silva, de 20, e Raphael Assis Duarte Belo, de 41.

Segundo a família da menina, o rapaz que a menina conheceu na escola e com o qual ela já havia tido um relacionamento, teria agido premeditadamente. "Um deles é namorado dela, tinha sido namorado dela, que ela conheceu na escola. E isso foi uma vingança dele. Ele fez isso com ela e chamou mais 30 para fazer o mesmo. O pai dela nem aguenta falar que chora muito. Um ser humano que é capaz de fazer isso com uma menina de 16 anos só, cheia de sonho, né? E eles fazem isso. A família está assim, sem palavras", lamentou.

A polícia pede que qualquer pessoa que tenha informações sobre um dos suspeitos de participação nesse crime entre em contato com o Dique-Denúncia através do telefone 2253-1177. A família da adolescente disse que a família ainda se sentiu aliviada pela vida da garota ter sido poupada. "Esse agente comunitário que veio trazê-la [para casa] eu acho que ele foi uma pessoa que salvou a vida dela, porque eles iriam matá-la. Porque é isso que eles fazem, né. Não é normalmente a história que a gente conhece? Eles estupram e matam", disse a parente da adolescente. A polícia já identificou pelo menos quatro homens envolvidos no crime. A adolescente de 16 anos foi estuprada no sábado (21) numa comunidade da Zona Oeste.

Em depoimento à polícia, ela disse que foi até a casa de um rapaz com quem se relacionava há três anos. Ela se lembra de estar a sós na casa dele e só se lembra que acordou no domingo, em uma outra casa, na mesma comunidade, com 33 homens armados com fuzis e pistolas. Ela destacou que estava dopada e nua. A garota retornou para casa na terça-feira (24). "Ela chegou descalça, descabelada, com aspecto de que tinha se drogado muito e com uma roupa masculina toda rasgada. Provavelmente eles deixaram ela nua e ela vestiu aquilo pra vir em casa", contou a parente. A família teria questionado a menina o que havia acontecido, mas ela não revelou nada.

Ainda na terça-feira, segundo contou a pessoa da família, menina teria voltado à comunidade para tentar reaver seu celular, que foi roubado. Um agente comunitário foi quem a acolheu, ao perceber como ela estava, e a conduziu para junto da família novamente. A família só soube do estupro na quarta-feira (25), quando fotos e vídeos exibindo a adolescente nua, desacordada e ferida estava sendo compartilhado na internet pelos agressores, que ironizam o próprio crime. "Eu a mãe, a gente chora quando vê o vídeo. O pai dela não aguenta falar que chora muito. Nosso sentimento é de tristeza, de indignação, estamos estarrecidos de ver até que ponto chega a maldade humana, né. A família está, assim, sem palavras, consternada", desabafou a avó da garota. A ouvidoria do Ministério Público recebeu mais de 800 denúncias sobre esse caso.

Nesta quinta-feira (26) a adolescente foi ao médico e tomou um coquetel para evitar doenças sexualmente transmissíveis. A Secretaria Municipal de Saúde disse que ela vai ter acompanhamento psicológico. A OAB do RJ disse, em uma nota de repúdio, que um ato repulsivo como este nos mostra que precisamos combater diariamente a cultura do machismo. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal divulgou uma nota pedindo rapidez e rigor na identificação de todos os envolvidos.

Fonte: G1, Rio de Janeiro, 27 mai. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/nao-doi-o-utero-e-sim-alma-diz-menina-vitima-de-estupro-coletivo.html>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANEXO 16 – Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo

Professora que acusa motorista de Uber de estupro era virgem, aponta laudo

Por DA REDAÇÃO, TNonline

23 de novembro de 2017 . Atualizado há 1 ano

Laudo de conjunção carnal da Polícia Científica, divulgado nesta quinta-feira (23) pela defesa da professora Amanda Goulart, confirma que a jovem de 27 anos foi abusada sexualmente na madrugada de 30 de outubro, em Curitiba. Conforme o documento, obtido pela Rádio Banda B, Amanda era virgem até o momento do estupro. A vítima acusa um motorista do aplicativo Uber de se aproveitar da embriaguez dela para o crime.

Conforme o advogado Edson Facchi, o laudo confirma a versão da professora de inglês, nos dias após o crime. “A Amanda está bastante abalada, sofrendo de transtornos psicológicos e chegou a ser levada para fora de Curitiba. Queremos agora que o autor seja punido, esse caso não vai ficar impune”, disse.

O exame ginecológico aponta que o hímen teve um rompimento recente “às seis horas, com presença de sangue nas bordas e presença de equimose junto à fúrcula vaginal”. Para Facchi, isso evidencia a versão das dores sentidas por Amanda ao acordar.

“O laudo é categórico em afirmar que houve conjunção carnal e, mais, que a Amanda tinha preservada sua virgindade aos 27 anos. Vamos agora ler o inquérito policial e aguardar as câmeras de segurança, mas houve a conjunção, o que afirma e reafirma o que a Amanda disse. Entretanto, estamos aguardando a conclusão de todos os laudos”, concluiu o advogado.

Os demais pontos do exame não confirmam se houve uso de violência para a prática do abuso e que, de causa médica, não haveria impedimentos para a vítima reagir.

Após a acusação, o motorista foi banido do aplicativo Uber. Ele excluiu o perfil pessoal da rede social Facebook, mas antes comentou, em uma das publicações de Amanda sobre o caso, negando que tenha praticado o crime. Segundo a polícia, ele é de Santa Catarina e esteve no aplicativo por quatro meses.

O abuso

Segundo a acusação de Amanda, o abuso sexual aconteceu no bairro Portão. O caso aconteceu na madrugada de 30 de outubro, quando a vítima pediu por uma corrida por volta das 2 horas e, apesar do trajeto ser de seis minutos, teria ficado uma hora rendida pelo abusador.

A professora de inglês, de 27 anos, havia saído de uma despedida dos pais de amigos, no bairro Portão, quando acabou sofrendo o abuso. Ela teria tomado vinho e, possivelmente, o condutor se aproveitou da vulnerabilidade dela.

O motorista nega todas as acusações e promete processar Amanda, informação essa divulgada pelo próprio em uma rede social.

As informações são do portal da Rádio Banda B

Fonte: UOL; TNONLINE, 23 nov. 2017. Disponível em:

<https://tnonline.uol.com.br/noticias/cotidiano/67,445370,23,11,professora-que-acusa-motorista-de-uber-de-estupro-era-irgem-aponta-laudo.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2019

ANEXO 17 – ‘SOFRI um estupro coletivo no dia do meu casamento’

'Sofri um estupro coletivo no dia do meu casamento'

Queniana Terry Gobanga foi estuprada por grupo de homens, esfaqueada e deixada à beira da morte, mas sua vida ainda seria marcada por uma segunda tragédia.

Por BBC 30/06/2017 12h13 · Atualizado há 2 anos

Quando a queniana Terry Gobanga - então Terry Apudo - não apareceu no dia do seu casamento, ninguém poderia imaginar que ela havia sido sequestrada, estuprada e deixada à beira da morte no acostamento de uma estrada. Foi a primeira das duas tragédias a atingi-la. Mas ela sobreviveu. Veja abaixo o seu depoimento:

"Seria um grande casamento. Era pastora, então, todos os membros da nossa igreja haviam sido convidados, assim como nossos parentes. Harry, meu noivo, e eu estávamos muito ansiosos - afinal, nos casaríamos na Catedral de Todos os Santos de Nairóbi (capital do Quênia) e eu havia alugado um lindo vestido. Mas na noite anterior ao casamento, percebi que algumas das roupas de Harry estavam comigo, incluindo sua gravata. Ele não poderia se casar sem ela, então, uma amiga que havia passado a noite na minha casa se ofereceu a levá-la para ele logo de manhã. Acordamos durante a madrugada e eu a levei até o ponto de ônibus.

Quando estava voltando para casa, passei por um homem que estava sentado no capô de um carro. De repente, ele me segurou por trás e me jogou no banco traseiro. Havia mais dois homens dentro do veículo, que partiu. Tudo aconteceu numa fração de segundo. Um pano foi enfiado na minha boca. Chutava, me debatia e tentava gritar. Quando consegui me livrar da mordida, gritei: "É o dia do meu casamento!" Foi quando levei o primeiro soco. Um dos homens me disse para "cooperar ou eu morreria". Os homens se revezaram para me estuprar. Sabia que ia morrer, mas estava lutando por minha vida, então quando um dos homens tirou o pano da minha boca, mordi o pênis dele. Ele gritou de dor e outro me esfaqueou na altura do meu estômago.

Então, eles abriram a porta e me jogaram para fora do carro em movimento. Estava a quilômetros de casa, fora de Nairóbi. Mais de seis horas se passaram desde que havia sido sequestrada. Uma criança me viu sendo lançada para fora do carro e chamou sua avó. As pessoas vieram correndo. Quando a polícia chegou para verificar minha pulsação, ninguém conseguiu. Pensaram que estava morta, me envolveram num lençol e começaram a me levar ao necrotério. Mas, no caminho, engasguei e tossi. O policial me perguntou: "Você está viva?" Então, ele deu meia volta e me levou ao maior hospital público do Quênia.

Cheguei em choque, murmurava palavras incoerentes. Estava seminua e coberta de sangue, e meu rosto estava inchado por causa do soco. Mas algo fez a enfermeira chefe desconfiar de que eu era uma noiva. "Vamos às igrejas perguntar se não há uma noiva desaparecida", disse ela às enfermeiras. "Você estão dando falta de uma noiva?", perguntou a enfermeira em telefonema para a Catedral de Todos os Santos. "Sim, havia um casamento às 10h e ela não veio". Quando eu não apareci na igreja no horário marcado, meus pais entraram em pânico. As pessoas saíram para me buscar. Boatos se espalharam. Alguns se perguntaram: "Será que ela mudou de ideia". Outros afirmaram: "Não é do feitio dela...o que aconteceu?"

Depois de algumas horas, eles retiraram a decoração para que a próxima cerimônia fosse realizada. Harry foi colocado na sacristia para esperar. Quando eles ouviram onde eu estava, meus pais vieram para o hospital com praticamente todos os convidados. Harry estava carregando meu véu. Mas a imprensa rapidamente ficou sabendo da história e jornalistas passaram a cercar o hospital. Fui encaminhada a outro hospital onde tinha mais privacidade. Foi quando os médicos trataram dos meus ferimentos e compartilharam uma das piores notícias da minha vida: "O ferimento foi muito profundo e atingiu seu útero, e você não poderá ter filhos". Recebi a pílula do dia seguinte, além de retrovirais para evitar que contraísse HIV. Fiquei sem reação, me recusava a aceitar o que havia acontecido. Harry continuava a dizer que queria se casar comigo.

"Quero cuidar dela e garantir que ela volte para casa com saúde", disse ele. Verdade seja dita, não estava numa posição de dizer Sim ou Não porque ainda não havia conseguido esquecer o que tinha acontecido comigo. Dias depois, quando a sedação diminuiu, pude olhá-lo no olho. Não parava de pedir desculpas. Sentia que eu o havia desapontado. Algumas pessoas disseram que foi minha culpa sair de casa de manhã. Foi bem doloroso, mas minha família e Harry me apoiaram.

A polícia nunca conseguiu prender os estupradores. Por diversas vezes, fui chamada para identificar possíveis suspeitos, mas nenhum deles se parecia com meus agressores. A cada vez que ia à delegacia, era um sofrimento e acabava prejudicando minha recuperação. No final, disse aos policiais: "Você sabe de uma coisa? Estou farta disso". Três meses depois do ataque, recebi o resultado negativo do meu teste de HIV e fiquei

muito feliz, mas eles me disseram que eu deveria esperar mais três meses para garantir. Ainda assim, eu e Harry começamos a planejar nosso 'segundo' casamento.

Embora tenha ficado muito zangada com a pressão da imprensa, alguém leu minha história e me pediu para se encontrar comigo. Seu nome era Vip Ogolla, e ela havia sobrevivido a um estupro. Conversamos e fui informada de que ela e seus amigos queriam me dar uma festa de casamento de graça. "Faça o que você quiser", disse ela. Fiquei paralisada. Escolhi um tipo diferente de bolo, muito mais caro. Em vez de um vestido alugado, agora eu poderia comprar um.

Em julho de 2005, sete meses depois do que seria o nosso primeiro casamento, eu e Harry nos casamos e saímos de lua de mel. Quase um mês depois, estávamos em casa numa noite bem fria. Harry acendeu um aquecedor a carvão e o colocou no quarto. Depois do jantar, ele o tirou de lá porque o quarto já estava bem aquecido. Me joguei debaixo das cobertas e ele trancou a casa. Então, ele veio para a cá e disse que estava um pouco tonto, mas não nos demos muita importância.

Estava tão frio que eu não consegui dormir, então sugeri que pegássemos outro cobertor. Mas Harry disse que não conseguiria, pois não tinha forças. Estranhamente, eu não conseguia me levantar. Percebemos que algo estava errado. Ele desmaiou. Eu desmaiei. Ainda guardo na memória o que aconteceu. Eu me lembro de falar com ele. Em alguns momentos, ele me respondia, em outros não. Saí da cama e vomitei, o que me recobrou as forças. Engatinhei até o telefone. Chamei minha vizinha e disse: "Algo está errado. Harry não está respondendo". Ela veio até a minha casa imediatamente, mas me levou muito tempo para engatinhar e abrir a porta da frente, pois desmaiava a todo instante. Vi uma multidão de pessoas entrando, gritando. E, então, desmaiei novamente. Acordei no hospital e perguntei onde meu marido estava.

Me disseram que estavam cuidando dele no outro quarto. Eu disse: 'Sou pastora, já passei por muitas situações na minha vida, preciso que vocês sejam diretos comigo.' O médico me olhou e disse: "Desculpe, seu marido morreu". Não conseguia acreditar. Voltar à igreja para o funeral foi horrível. Um mês antes, estava lá usando meu vestido branco. Harry me esperava no altar, com seu terno. Agora, estava vestida de preta e ele estava dentro de um caixão. As pessoas pensavam que eu estava amaldiçoada e impediam seus filhos de se aproximar de mim. "Há um mau presságio sobre ela", diziam. Em determinado momento, cheguei a acreditar nisso. Outros me acusaram de matar meu marido. Isso realmente me deixou muito mal - eu estava de luto. A necropsia mostrou o que realmente aconteceu: envenenamento por monóxido de carbono.

Entrei em colapso. Me senti traída por Deus, traída por todos. Morri para mim mesma. Um dia, estava sentada na varanda olhando para os pássaros e disse a mim mesma: 'Deus, como o Senhor pode cuidar dos pássaros e não de mim?' Naquele instante, lembrei que o dia tem 24 horas - ficar trancada em casa com as cortinas fechadas é um desperdício de tempo. Antes de você perceber, passaram-se semanas, meses e anos. A realidade é dura. Disse a todo mundo que nunca me casaria de novo. Deus levou meu marido, e o pensamento de passar por uma nova perda era demais para mim. É algo que eu não desejaria para ninguém. A dor é tão intensa, você a sente em todas as partes do seu corpo.

Mas havia um homem - Tonny Gobanga - que continuava a me visitar. Ele me incentivava a falar do meu marido e dos bons momentos que passamos juntos. Uma vez, ele não me telefonou por três dias e eu fiquei muito chateada. Foi quando percebi que estava apaixonada por ele. Tonny me pediu em casamento, mas disse a ele para comprar uma revista, ler minha história e dizer se ele ainda me amava. Ele voltou e afirmou que ainda queria se casar comigo. Mas eu disse: 'Escute, há outra coisa - eu não posso ter filhos, então, não posso me casar com você'. 'Crianças são um presente de Deus', respondeu ele. 'E se nós os tivermos, amém.

Caso contrário, vou ter mais tempo para te amar'. Depois disso, disse 'sim'. Tonny foi contar sobre o casamento a seus pais, que ficaram muito entusiasmados, até ouvirem minha história. 'Você não pode se casar com ela - ela é amaldiçoada', disseram eles. Meu sogro se recusou a vir ao casamento, mas nós decidimos seguir com os planos. Tínhamos 800 convidados - muitos vieram movidos pela curiosidade. Três anos após meu primeiro casamento, estava com muito medo. Quando estávamos trocando votos, pensei: 'Estou aqui de novo, Pai, por favor, não o deixe morrer'. Quando a congregação rezou por nós, chorei compulsivamente. Um ano depois de nos casarmos, me senti mal e fui ao médico - para a minha surpresa, soube que estava grávida.

Os meses se passaram e me colocaram de cama, por causa do ferimento à faca no meu útero. Mas tudo correu bem, e nós tivemos uma menina, que chamamos de Tehille. Quatro anos depois, tivemos outra, Towdah. Hoje, eu e meu sogro temos um ótimo relacionamento. Escrevi um livro, *Crawling out of Darkness* (Rastejando para Fora da Escuridão, em tradução livre), sobre a minha vida. Meu objetivo era dar esperanças às pessoas. Também montei uma ONG, chamada Kara Olmurani. Trabalhamos com sobreviventes de estupro, como gosto de chamá-los, não vítimas de estupro. Oferecemos terapia e apoio. Queremos construir um abrigo, onde eles possam permanecer até conseguir encarar a realidade novamente.

Perdoei meus agressores. Não foi fácil, mas percebi que não valia a pena. Minha fé me estimula a perdoar e não pagar o mal com o mal, mas com o bem. O mais importante para mim foi o luto. Passe por cada

etapa dele. Fique triste até você conseguir lidar com a situação. Você tem de continuar em frente, mesmo que tenha de rastejar. Mas siga na direção do seu destino porque ele está te esperando. "

Fonte: G1; BBC, 30 jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/sofri-um-estupro-coletivo-no-dia-do-meu-casamento.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ANEXO 18 – Vídeo prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio

Vídeo prova estupro coletivo, diz delegada que investiga violência contra adolescente no Rio

Cristiana Onorato, da DCAV, disse que objetivo da investigação é identificar os suspeitos

RIO DE JANEIRO, Do R7

30/05/2016 - 14h38 (Atualizado em 03/06/2016 - 17h05)

A delegada Cristiana Onorato, da DCAV (Delegacia da Criança e Adolescente Vítima), afirmou em entrevista à imprensa, nesta segunda-feira (30), que vídeo publicado em redes sociais prova o estupro coletivo da adolescente de 16 anos em uma comunidade da zona oeste do Rio. Durante a entrevista, a polícia informou que Raí de Souza, suspeito de gravar o vídeo, se apresentou à DCAV. Ele teve a prisão temporária decretada. O jogador de futebol Lucas Perdomo também foi detido.

— Está provado, não pelo laudo, mas com outras provas. Quais? O vídeo. O vídeo prova o abuso sexual, além do depoimento da vítima.

Segundo a responsável pelas investigações, a polícia quer descobrir agora quantos suspeitos participaram da ação. Apesar de o vídeo não mostrar a identidade dos suspeitos, o registro revela que há mais de uma pessoa no local, o que já configuraria abuso sexual coletivo, segundo a delegada. Cristiana disse, além de ser vítima da violência, a adolescente ainda está sendo "criminalizada".

— A minha convicção é de que houve estupro, até porque o vídeo mostra o rapaz manipulando a menina. O que quero provar é a extensão desse estupro se foram cinco, dez ou 30. A gente quer determinar quantas pessoas praticaram esse crime. Segundo a delegada, é possível identificar que ao menos três homens estavam presentes no local onde a garota foi gravada nua e desacordada.

A polícia diz acreditar que dois deles seriam Raí de Souza, cujo advogado nega que ele tenha gravado o vídeo, e Raphael Assis Duarte Belo, que postou uma selfie ao lado da jovem. O laudo do exame feito no IML (Instituto Médico Legal) não revelou indícios da violência em razão do tempo que se passou desde o estupro.

A adolescente foi abusada na madrugada do domingo (22), mas o exame só foi realizado na quinta-feira seguinte (26). Adriane Rego, subdiretora do IML, falou sobre o prejuízo do exame.

— Após 72 horas, o organismo destrói os espermatozóides. Muito dificilmente será encontrado depois desse tempo. Não é possível determinar quantos estupradores abordaram determinada vítima pelo exame pericial.

Para a delegada, no entanto, o exame de corpo de delito é importante, mas não determinante. — Se ela estava desacordada, não vai ter lesão porque ela não ofereceu resistência. Pra mim, [o exame] é importante, mas não determinante para a minha convicção.

O chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, afirmou que "não há provas tão robustas" de que o crime teria sido cometido por mais de 30 homens — a jovem relatou a presença de 33 homens quando retomou a consciência —, mas que a polícia continua a buscar elementos que possam comprovar o que foi dito pela própria vítima e por um homem que aparece no vídeo divulgado na internet.

Nesta manhã, a polícia fez operação para cumprir seis mandados de prisão contra suspeitos de envolvimento no crime.

Os mandados de prisão temporária e de busca e apreensão expedidos pela Justiça são contra Marcelo Miranda da Cruz Correa, Michel Brasil da Silva, suspeitos de divulgar o vídeo, Sergio Luiz da Silva Junior, Raphael Assis Duarte Belo, Raí de Souza e Lucas Perdomo Duarte Santos, por suspeita de estupro.

As investigações do caso estavam sendo feitas pela DRCI (Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática), mas, no domingo (29), o chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, decidiu que a investigação do crime de estupro coletivo seria transferida para a DCAV.

Em nota, a Civil informou que "a medida visa evidenciar o caráter protetivo à menor vítima na condução da investigação, bem como afastar futuros questionamentos de parcialidade no trabalho". Alessandro Thiers, que conduzia o caso, também não continuará investigando o vazamento das imagens do crime na internet.

Fonte: R7, Rio de Janeiro, 30 mai. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/video-prova-estupro-coletivo-diz-delegada-que-investiga-violencia-contra-adolescente-no-rio-03062016>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ANEXO 19 – Vítima de estupro coletivo volta a ser molestada por criminoso em viatura

Vítima de estupro coletivo volta a ser molestada por criminoso em viatura

A vítima, de 34 anos, foi conduzida à delegacia ao lado dos seus agressores

RIO DE JANEIRO por Agência Estado

22/10/2016 - 16h20 (Atualizado em 22/10/2016 - 17h06)

A Polícia Civil e a Polícia Militar abriram procedimentos para investigar a conduta de seus agentes ao atenderem caso de estupro coletivo de uma mulher de 34 anos. A vítima foi conduzida à delegacia ao lado dos seus agressores e voltou a ser molestada no carro da PM. Na delegacia, o agente escreveu termos vulgares ao registrar a ocorrência, como "só gritou quando empurraram um galho de árvore na sua bunda". Dois adolescentes foram apreendidos pelo crime. Era o quarto ataque sexual que a mulher sofria do mesmo grupo.

O caso foi revelado pelo jornal Extra. A vendedora X., de 34 anos, foi atacada na madrugada de segunda-feira (17). Ela estava em um bar com um amigo, no bairro Lagoinha, em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, quando quatro jovens ligados ao tráfico da região a arrastaram para o banheiro do bar. De lá, ela foi levada para uma rua deserta e com pouca iluminação, onde passou a ser estuprada pelo grupo. Um carro do 7º Batalhão da PM (São Gonçalo) passou pelo local, a encontrou nua e a socorreu.

Mais à frente, os policiais encontraram os adolescentes, que foram reconhecidos pela mulher. Eles foram detidos e sentaram na mesma viatura, ao lado da vítima. No caminho para a delegacia, um deles alisou sua perna e a ameaçou: "Fica tranquilinha, vai dar tudo certo".

A vendedora foi levada para a 74ª Delegacia de Polícia (Alcântara), que não tem Núcleo de Atendimento à Mulher nem seguiu o novo protocolo da Polícia Civil para atendimento de vítimas de violência sexual, que prevê "atendimento humanizado à vítima, proporcionando condições necessárias para que ela possa comunicar a violência sofrida".

No registro de ocorrência, o policial escreveu expressões como "boquete triplo", "fizeram anal e vaginal", "não usaram camisinha, no pelo", e ainda "que a declarante só gritou quando empurraram um galho de árvore na sua bunda".

Protesto em Copacabana pelo fim da violência contra mulher

"Não é fácil. Durante o depoimento, fiquei muito desconcertada. Tinha acabado de acontecer tudo aquilo comigo. Estava sentindo dor e ainda muito abalada. Depois, fui para casa e me senti muito abandonada", disse a vendedora, em entrevista ao Extra.

A vendedora contou que há quatro anos um ex-namorado divulgou vídeo íntimo gravado sem consentimento na favela onde ela mora. Depois disso, os traficantes a estupraram quatro vezes, em quatro anos.

"Estou me sentindo completamente desamparada. Eu tinha medo de que justamente isso pudesse acontecer se eu registrasse o caso. Minha vida está devastada. Eu e minhas filhas não podemos ir para casa. As amigas das minhas filhas foram a minha casa e encontraram tudo revirado. Tentaram levar até a minha máquina de lavar", disse ao jornal.

A polícia abriu inquérito e tenta localizar os outros criminosos. A Chefia de Polícia Civil determinou a redistribuição do inquérito policial à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) de São Gonçalo. O caso segue em sigilo e está sendo acompanhado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos. A mulher está na casa de amigos.

"A Polícia Civil destaca que, diante de eventual descumprimento do protocolo de atendimento e da conduta do policial civil veiculada pela imprensa, o delegado titular da 74ª Delegacia de Polícia instaurou procedimento para apurar a ocorrência de infração disciplinar", informou a Polícia Civil, em nota.

Já a PM informou que outras viaturas estavam ocupadas em outras ocorrências, "por se tratar de área de risco". "A ação da PM foi fundamental para que acusados de envolvimento neste crime fossem presos. Todavia, as circunstâncias da ocorrência em que a vítima foi atendida e que dois suspeitos foram presos serão apuradas."

Estupro coletivo

Em maio, uma adolescente de 16 anos foi vítima de estupro coletivo numa favela da zona norte e os criminosos divulgaram vídeos e fotos da jovem desacordada. Ela chegou a dizer que "acordou com 33 homens em cima" dela.

A polícia, no entanto, entendeu que, "por perturbação ou trauma", ela fez a confusão. Raí de Souza e Raphael Duarte Belo estão em prisão preventiva pelo crime de estupro. O traficante Moisés Camilo Lucena, acusado do mesmo crime, está foragido.

Fonte: R7; AGÊNCIA ESTADO, Rio de Janeiro, 22 out. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/vitima-de-estupro-coletivo-volta-a-ser-molestada-por-criminoso-em-viatura-22102016>. Acesso em: 12. nov. 2018.